

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS E AS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ABRIGO**

RECIFE

2014

Thiago Silva Lacerda

**O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS E AS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ABRIGO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fatima Maria Leite Cruz

RECIFE

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho CRB4-985

L131a Lacerda, Thiago Silva.

O acolhimento institucional de jovens e as representações sociais de abrigo / Thiago Silva Lacerda. – Recife: O autor, 2014.
129 f. il. ; 30 cm.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Fátima Maria Leite Cruz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Abrigo para jovens. 3. Juventude. 4. Representações sociais. I. Cruz, Fátima Maria Leite. (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2014-66)

Thiago Silva Lacerda

**O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS E AS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ABRIGO**

Aprovada em 27/02/2014

Comissão organizadora:

Prof^ª. Dr^ª. Fatima Maria Leite Cruz
1ºExaminador/Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Angela Maria de Oliveira Almeida
2ºExaminador

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima de Souza Santos
3ºExaminador

Recife

2014

AGRADECIMENTOS

A vivência deste mestrado se constituiu como algo singular em minha vida. E para que toda esta trajetória fosse construída e reconstruída como positiva em minha experiência, foram necessários verdadeiros “andaimos” que se mostraram presentes ao longo da conclusão desta etapa de minha vida.

Agradeço a Deus, por tudo. A experiência da espiritualidade e da transcendência foram pilares sólidos nesta caminhada em particular, que tanto exigiu de minhas forças por vezes em estado de precariedade.

Agradeço a minha querida mãe, Graça, que com sua graça me ensinou a sonhar e a correr para realizar o sonho. A ela, que esteve sempre comigo, reafirmo minha total gratidão.

A minha companheira, Taciana, agradeço pelo esforço e pelo incentivo. Por estar ao meu lado nos momentos de turbulência e tensão, que não foram poucos durante esta caminhada.

A minha querida tia Lourdes, agradeço a confiança que sempre depositou em mim e o amor que faz dela mais uma mãe em minha vida, sempre preocupada comigo demonstrando todo o amor que sente a cada gesto.

Agradeço grandemente a minha orientadora, Fatima Maria Leite Cruz. Obrigado pela amizade, pelo carinho, pela força, pelo ânimo, pela parceria, pelos insights, pelos momentos tão ricos de orientação. Fatima, você é uma das grandes responsáveis pela conclusão desta dissertação, sem o seu apoio e incentivo talvez eu tivesse desistido de continuar frente as adversidades, que foram muitas. Mas o seu profissionalismo e sua postura enquanto orientadora me forneceram mais um estímulo para terminar o que havia sido iniciado. Muito obrigado por tudo!

Agradeço aos amigos da minha turma, os quais figuram em muitas das páginas escritas nesta dissertação. Em especial gostaria de agradecer aos amigos do LABINT, Raiza, grande amiga que me acompanha desde a graduação, Cecília, Livia, Manoel, Dany, Edclécia, Fernanda, Yuri, Elizangêla e tantos outros que se dedicaram em me ajudar.

Agradeço a professora Fátima Santos, por ter me aceito em seu laboratório de pesquisa e ter feito grande parte da minha formação acadêmica. Agradeço pelos valiosos conselhos, tanto os formais,

nas bancas das quais participou, quanto os informais, às vezes nos corredores do Programa. Obrigado pela disponibilidade demonstrada sempre que a procurei.

Agradeço as professoras Fátima Santos, Bel, Alessandra, Renata, Luciana, Karla, Rosineide e ao professor Benedito pelas discussões tão atraentes em sala de aula, nas quais, por muitas vezes o atual trabalho esteve em discussão para um melhor ajustamento.

A João Cavalcanti, pela disponibilidade sempre demonstrada em atender as minhas demandas acadêmicas na secretaria do programa.

Agradeço a professora Angela Almeida pelas ricas considerações tanto na banca da qualificação quanto na banca da defesa da dissertação. Suas considerações balizaram muito do conteúdo desta dissertação.

A Silvana, Lucas e ao professor Walfrido Menezes, pessoas da maior importância na minha graduação e no aflorar do desejo pela pesquisa acadêmica. A entrada de vocês em minha vida foi fundamental para que esta empreitada fosse desenvolvida.

A Sara, Josélia, e a todos que compõem o IASC pela rica participação nesta pesquisa.

Aos jovens acolhidos que participaram de toda essa empreitada e cujas vozes e discursos ecoam por essas páginas emprestando sentido às minhas palavras. Vocês foram fundamentais para que tudo isto se concretizasse.

Quando citamos nomes sempre esquecemos de alguém, que talvez por descuido ou falha na memória não veio a mente no momento em que escrevo esses agradecimentos. A você, que com certeza contribuiu muito, direta ou indiretamente para este trabalho, eu agradeço com sinceridade, pois, acredito que a pesquisa acadêmica se concretiza na ação coletiva de diversos atores e autores. Obrigado!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As esferas de pertença das Representações Sociais – p. 60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAT – Casa de Acolhida Temporária

CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

DATASUS – Banco de dados do sistema único de saúde

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GPCA – Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente

IASC – Instituto de Assistência Social e Cidadania

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOFE – Núcleo de Orientação e Fiscalização de Entidades

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

PIA – Plano Individual de Atendimento

RS – Representações Sociais

SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TJPE – Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

TRS – Teoria das Representações Sociais

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

Este estudo investigou Representações Sociais de abrigo e as suas relações com o acolhimento institucional de jovens usuários das Casas de Acolhida Temporária na cidade de Recife. Os estudos acerca das juventudes pobres em situação de vulnerabilidade social e vínculos familiares fragilizados contribuem para uma melhor compreensão do fenômeno da institucionalização de crianças e jovens, inscrito na sociedade brasileira desde o período colonial, e que, atualmente passa por mudanças substanciais em seus paradigmas de atuação. Pesquisamos as incidências da judicialização do acolhimento institucional nas representações e práticas de jovens acolhidos devido à situação de rua e vulnerabilidade social, utilizando como eixos teóricos a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2012), e sua abordagem culturalista (JODELET, 2009), a noção de Espaços de Fronteira (SANTOS, 2002) e o conceito tridimensional de Vulnerabilidade Social (AYRES et al, 2006). A pesquisa foi delineada em três etapas: 1) Observação direta dos jovens nas unidades de acolhimento institucional. 2) Análise de conteúdo de textos jornalísticos da imprensa pernambucana no período pós-judicialização. 3) Entrevistas qualitativas com os jovens em situação de acolhimento. Identificamos que o contexto da judicialização tem contribuído para a mudança das Representações Sociais de abrigo e de acolhimento, ao reorientar algumas de suas práticas. Tem conduzido também muitos jovens a tensionarem os limites impostos pelas instituições a partir das informações que aqueles obtêm das leis, constituindo práticas sociais e estratégias de enfrentamento às situações de vulnerabilidade a que estão sujeitos. Encontramos representações de acolhimento institucional relacionadas ao abrigo como um andaime psicossocial, enfatizando o caráter de apoio para elaboração de novos modos de vida pelos seus usuários.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional, Abrigo, Juventude, Judicialização, Representações Sociais.

ABSTRACT

This study investigated social representations of institutional childcare for young users of Temporary Reception houses in the city of Recife. The studies about the poor youth in situation of social vulnerability and weakened family ties contribute to a better understanding of the phenomenon of institutionalization of children and young people enrolled in Brazilian society since the colonial period, and that currently passes through substantial changes in their operating paradigms. We researched the incidences of the legalization of institutional childcare in representations and practices of young welcomed due to the situation of street and social vulnerability, using theoretical axes as the theory of social representations (MOSCOVICI, 2012), and his approach substantially (JODELET, 2009), the notion of border Spaces (SANTOS, 2002) and the three-dimensional concept of Social Vulnerability (AYRES et al., 2006). The research was outlined in three steps: 1) direct observation of the young people in institutional care units. 2) Content analysis of journalistic texts of Pernambuco press in the post-legalization period. 3) Qualitative Interviews with young people in foster care. Identify the context of legalization has contributed to the change of the social representations of host, to redirect some of their practices. It has also led many young people strained the limits imposed by institutions from the information that those are the laws and social practices and coping strategies to situations of vulnerability to which they are subject. We found the host related institutional representations under scaffolding, emphasizing the character of psychosocial support for elaboration of new modes of life by its users.

Keywords: Institutional Host, Shelter, Youth, Legalization, Social Representations.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	5
ABREVIATURAS E SIGLAS	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS	18
Objetivo geral	18
Objetivos específicos	18
1 AS JUVENTUDES E AS JUVENTUDES POBRES NO CONTEXTO BRASILEIRO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	19
1.1 A recriação da categoria juventude para a psicologia social no brasil	20
1.2 Considerando a juventude um espaço de fronteira	23
1.3 A importância do estudo das juventudes no panorama atual do brasil	27
1.4 Juventudes pobres enquanto categoria política	30
1.5 A infância e a juventude em situação de rua e vulnerabilidade social no brasil	33
1.6 A noção de vulnerabilidade social	35
1.7 Acolhimento institucional no brasil: das raízes históricas aos desenvolvimentos recentes	36
1.8 O estatuto da criança e do adolescente e os avanços no processo de acolhimento institucional	39
1.9 O acolhimento institucional de pernambuco em perspectiva	42
2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A TEORIA DO SENSO COMUM E SEUS CONSTRUTOS	45

2.1 A emergência da teoria	45
2.2 A psicossociologia como campo epistemológico da Teoria das Representações Sociais	47
2.3 Pressupostos elementares da Psicossociologia	49
2.4 A noção de Representações Sociais	53
2.5 Os processos de construção das Representações Sociais	55
2.6 A abordagem processual das Representações Sociais	58
3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	62
3.1 Da construção do objeto de pesquisa	62
3.2 Da constituição da amostra da pesquisa	63
3.3 Da construção dos dados	65
3.3.1 Procedimento de construção dos dados	65
3.3.2 Observação direta	65
3.3.3 Análise de conteúdo de notícias	65
3.3.4 Entrevistas do tipo qualitativo	66
4. INSERÇÕES NO CAMPO	67
4.1 O campo da pesquisa	67
4.2 Características dos participantes	69
4.3 Características das Casas de Acolhida Temporária	70
5. ANÁLISE DOS DADOS	72
5.1 Observação direta da vivência dos jovens em abrigos	72
5.1.1 Aplicabilidade das leis	72
5.1.2 Híbridação	74

5.1.3	Relações dos acolhidos com a instituição	77
5.1.4	Dificuldades de trabalho para os funcionários	78
5.2	Análise das notícias acerca do acolhimento institucional na imprensa pernambucana	79
5.2.1	Violência	80
5.2.2	As famílias pobres e o acolhimento institucional	85
5.2.3	Instâncias de acompanhamento à juventude institucionalizada	87
5.3	Análise das entrevistas	91
5.3.1	Saída de Casa	91
5.3.2	Vida na instituição	95
5.3.3	O futuro	101
5.3.4	Mobilidade social	102
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	117
	APÊNDICES	125
	APÊNDICE A- Termo de consentimento livre e esclarecido	125
	APÊNDICE B- Roteiro da entrevista narrativa	127
	ANEXOS	128
	ANEXO 1 - Carta de Anuência da Juíza da Vara da Infância e da Juventude	128
	ANEXO 2 - Carta de apresentação às unidades do IASC	129

INTRODUÇÃO

A presente dissertação investigou a temática do acolhimento institucional de jovens em situação de rua e vulnerabilidade social, focalizando as Representações Sociais de abrigo e suas relações com o acolhimento institucional construídas por jovens usuários de Casas de Acolhida Temporária na cidade de Recife. Buscando compreender os sentidos outorgados por esses jovens às suas vivências institucionais nas unidades pesquisadas, foram colhidos dados que permitiram explicitarmos as teorias de senso comum construídas e compartilhadas acerca do mundo vivido por desses jovens nas instituições de acolhimento que participaram da pesquisa.

Este trabalho dissertativo emergiu inicialmente da prática profissional do pesquisador como educador/cuidador social numa instituição de acolhimento de crianças, adolescentes, e adolescentes jovens em situação de rua e vulnerabilidade social. A busca por produções técnicas/científicas que fundamentassem a prática de acolher o público acima referendado em instituições e programas públicos municipais redundou no afã de produzir um conhecimento acerca desse processo tendo em vista as mudanças legislativas que estavam em implantação no serviço socioassistencial do acolhimento institucional.

A institucionalização de crianças e jovens no Brasil remete ao período colonial, constituindo-se através dos tempos como uma prática costumaz na sociedade brasileira (RIZZINI, 2011; MARCILIO, 1997). Os diversos atravassamentos e balizamentos que recebeu, todos envolvidos em um contexto social mais amplo, culminaram com a elaboração de várias teorias de senso comum acerca dos fenômenos do abandono e da institucionalização de crianças e jovens. Por conta disso, o acolhimento institucional na atualidade se apresenta como um objeto polissêmico, preñado de sentidos ora advindos do Brasil Colônia, ora provenientes do início da República, ora produzido por desenvolvimentos recentes na atualidade (RIZZINI e RIZZINI, 2004; ROSSETI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011).

Longe de demarcarem períodos distintos da história do acolhimento institucional, os sentidos que foram sendo produzidos com o passar do tempo se mesclam e se complementam criando novos acordos consensuais e conferindo novos significados para este objeto. Logo, é possível encontrar nos tempos atuais resquícios de práticas, e pensamentos acerca dessas práticas,

que remetem às ideologias de tempos antigos, que não se coadunam com os paradigmas atuais de atendimento às crianças e jovens na sociedade brasileira.

A partir do final da década de 1980 e começo da década de 1990 os movimentos sociais conseguem instaurar na legislação brasileira a ideologia da Proteção Integral (BRASIL, 1990). Com o advento da Lei n. 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerar crianças e jovens sujeitos de direitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento passou a ser imperativo nos moldes legais da sociedade.

Passados vinte e quatro anos da promulgação do ECA, ainda persistem notícias nas mídias nacional e regionais envolvendo práticas de acolhimento que remontam ao período balizado pela Doutrina da Situação Irregular, que considerava crianças e jovens um risco para a sociedade e preconizava medidas abusivas de controle e poder em suas instituições.

Tais inconsistências fizeram com que o acolhimento institucional se constituísse como um tema de grande interesse para a sociedade brasileira. Atualmente, o campo do acolhimento institucional de crianças, adolescentes e jovens, tanto no âmbito brasileiro quanto em nível internacional, tem passado por efervescências e transformações nas últimas décadas. Profissionais, pesquisadores, familiares e os próprios usuários dos serviços de acolhimento têm se reunido e discorrido sobre as práticas referentes a essa temática nos últimos anos (ROSSETI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011).

Em resposta a esse envolvimento social crescente no Brasil, o Governo Federal brasileiro produziu documentos que objetivaram orientar os serviços de acolhimento institucional existentes no país. Descata-se, dentre os demais, o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), que, partilhando interesses de profissionais dos serviços de acolhimento junto com os usuários construíram normas técnicas de atuação que balizassem o atendimento prestado nas Unidades de Acolhimento sob a ótica da Doutrina de Proteção Integral (BRASIL, 1990).

Entretanto, a ação governista que mais impactou o serviço público de acolhimento institucional foi a promulgação da Lei n. 12.010/2009, conhecida como Nova Lei da Adoção, a qual reformulou alguns pontos preconizados pelo ECA, maior autoridade normativa das instituições de acolhimento institucional no Brasil. Dentre os pontos formulados, o que ganhou

notável destaque foi a judicialização do acolhimento institucional, termo utilizado pela jurisprudência, trazendo a prática de acolher crianças e adolescentes para uma intervenção, avaliação e controle mais rigorosos por parte do Poder Judiciário.

A Lei nº 12.010/2009 estabelece a obrigatoriedade da intervenção da autoridade judiciária competente em todos os casos envolvendo o encaminhamento de crianças e adolescentes para entidades de acolhimento. No entender de Digiácomo (2009), tal medida não visa somente assegurar um rigoroso controle judicial sobre a prática do acolhimento institucional, mas também coibir de forma expressa práticas abusivas e arbitrárias que estariam se disseminando pelo Brasil.

O afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar apenas por intermédio de uma simples decisão administrativa do Conselho Tutelar e os chamados “procedimentos verificatórios” ou “procedimentos para aplicação de medida de proteção”, que pressupõem a ausência de interesse da criança e do adolescente em seu processo de afastamento do convívio familiar são exemplificados por Digiácomo (2009) como práticas arbitrárias revogadas expressamente pela Lei nº 12.010/2009. De acordo com essa perspectiva, a judicialização do acolhimento institucional pode ser colocada como um meio de romper com uma cultura de institucionalização, ainda influenciada pelo extinto “Código de Menores”, onde se pressupunha a inexistência de lide, isto é, de um conflito de interesses, já que, crianças e adolescentes, à época cognominados de “menores”, não eram vistos como sujeitos de direitos. Atualmente a lógica jurídica se inverteu e há a obrigatoriedade de jurisdição e instauração de procedimentos e processos destinados à defesa judicial dos interesses individuais e coletivos de crianças e adolescentes (DIGIÁCOMO, 2009).

No entanto, alguns atores envolvidos na prática do acolhimento institucional têm questionado se conduzir o atendimento por vida da judicialização seria realmente um avanço na história brasileira. Bazílio (2006) lembra que a lógica argumentativa do ECA era a lógica da desjudicialização, da retirada do poder das mãos dos juízes que amparados pelo extinto Código de Menores decidiam o destino de crianças e jovens pobres sem levar em conta os seus interesses nem a sua condição de pessoas possuídas de direitos.

Tais mudanças na legislação acarretam implicações nos saberes técnico-profissionais e nas práticas dos diversos atores sociais envolvidos na medida protetiva de acolhimento

institucional, podendo redundar em conflitos, de origens práticas e/ou teóricas, no campo do acolhimento institucional. Tais tensões demandam constantes negociações entre os saberes e práticas que circunscrevem este serviço socioassistencial.

Passados cinco anos da promulgação da Lei n. 12.010/2009, ainda são escassos as pesquisas acadêmicas e institucionais que avaliem o impacto das implicações das mudanças legislativas nas representações elaboradas por aqueles que utilizam os serviços socioassistenciais de acolhimento institucional. Diante desse quadro emerge a necessidade de se produzir pesquisas que retratem como os usuários dos serviços, os profissionais das instituições de acolhimento, os conselheiros tutelares e o Poder Judiciário avaliam as impressões e os resultados obtidos até agora. Como os atores que configuram o acolhimento institucional tem percebido e integrado essas mudanças às suas práticas cotidianas, no tocante aos usuários, e profissionais, no que se refere aos demais atores sociais envolvidos nesta temática?

Investigar se essas mudanças incidem sobre o processo prático de acolhimento, e como elas incidem nas práticas de usuários, funcionários e demais atores se faz necessário para uma melhor compreensão do fenômeno do acolhimento institucional na atualidade. Essas lacunas precisam ser exploradas para uma melhor compreensão crítica sobre o processo de acolhimento de crianças e jovens no Brasil nos dias atuais.

Objetivando contribuir para o avanço do debate acerca do acolhimento institucional de jovens em situação de rua e vulnerabilidade social, pretendeu-se realizar uma leitura crítica desse fenômeno de forma a possibilitar a incidência da judicialização nas práticas cotidianas dos jovens acolhidas em Casa de Acolhida vinculadas ao Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC) da cidade de Recife. Focalizando suas práticas e histórias de vida, objetivou-se estudar as Representações Sociais que estes agentes formulam no seu trato cotidiano e nas suas relações estabelecidas com as instituições, para possibilitar uma análise de como esses jovens, em situação de vulnerabilidade, constroem e reconstróem saberes, operacionalizando práticas, acerca do acolhimento institucional na atualidade.

Para tanto, utilizamos como eixos teóricos para a pesquisa a Teoria das Representações Sociais, elaborada por Serge Moscovici (MOSCOVICI, 2012), o conceito tridimensional de vulnerabilidade proposto por José Ricardo Ayres (AYRES et al, 2003) e a noção de juventude

enquanto espaço de fronteira, construída a partir da noção de Espaços de Fronteira do sociólogo Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2002).

O presente trabalho é composto por três capítulos teóricos e dois capítulos empíricos. O primeiro capítulo aborda a juventude como espaço de fronteira e enquanto categoria política, apresentando a forma como esta categoria evoluiu nas produções acadêmicas brasileiras e a necessidade de considerar a política presente nos comportamentos e modos de vida produzidos pelas juventudes. Expõe a noção de vulnerabilidade social e sua associação com o acolhimento institucional na história brasileira até o momento atual por meio de uma pesquisa histórica apresentamos uma leitura crítica da constituição da situação de vulnerabilidade e da situação de acolhimento institucional na sociedade brasileira, destacando a inscrição de práticas históricas nos saberes populares.

O segundo capítulo versa sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS). Discutimos o desenvolvimento e os pressupostos epistemológicos dessa teoria, que embasou o estudo, e apresentamos a abordagem culturalista ou processual de Denise Jodelet, a qual foi tomada por base para as discussões e as análises dos dados.

No terceiro capítulo foi apresentado delineamento metodológico utilizado para viabilizar a pesquisa, expondo os procedimentos de colheita, construção e análise de dados. O quarto capítulo foi construído a partir das impressões obtidas no contato com o campo de pesquisa e visa explicitar a constituição e os modos de operação das Unidades de Acolhimento Institucional participantes da pesquisa. O quinto capítulo contém a análise dos dados dividida em três etapas: 1) Observação direta dos jovens acolhidos durante a imersão no campo de pesquisa, através da qual pudemos compreender o contexto do qual emergiram as vivências relatadas pelos jovens nas entrevistas. 2) Análise de notícias jornalísticas, por meio das quais obtivemos conhecimento de como a imprensa pernambucana têm representado as relações que circundam o acolhimento institucional no Estado no âmbito de sua judicialização. 3) Análise de entrevistas dos jovens acolhidos, que nos permitiu compreender como esses jovens representam a instituição de acolhimento na sua história de vida, conferindo sentido à suas relações com essas instituições e desenvolvendo estratégias de enfrentamento às situações de vulnerabilidade que vivenciam.

Nas considerações finais, procuramos integrar os principais resultados obtidos pelo estudo realizado, apontando lacunas que precisam ser preenchidas por novas pesquisas na área, além de discutir as potencialidades e as limitações do estudo empreendido.

OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral: Discutir o acolhimento institucional de jovens no atual período de judicialização a partir das Representações Sociais de abrigo por jovens acolhidos institucionalmente na cidade de Recife.

2.1 Objetivos Específicos

- 1) Compreender os sentidos do acolhimento institucional elaborados por jovens acolhidos nas Casas de Acolhida Temporária da cidade de Recife, no âmbito atual da judicialização do acolhimento institucional.
- 2) Investigar como a imprensa pernambucana vem disseminando sentidos acerca dos serviços de acolhimento institucional no âmbito da judicialização desse serviço.
- 3) Compreender como a judicialização do acolhimento institucional incide nas práticas e nos sentidos atribuídos ao abrigo pelos jovens usuários das Casas de Acolhida Temporária.

1. AS JUVENTUDES E AS JUVENTUDES POBRES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Muitas são as perspectivas teóricas que se fazem presente no contexto da psicologia no Brasil a abarcar o tema da juventude ou das juventudes. Algumas se encontram e se reafirmam ao referenciar as juventudes como espaços de transição e fronteira, situados à margem, isto é, posicionados entre outras categorias distintas, podendo entre elas deslizar. Outras buscam certo espaço hegemônico, travando disputas científicas, ora privilegiando o desenvolvimento biológico, ora privilegiando enfoques sócio-culturais.

Por se configurar como um objeto polêmico, o conceito de juventude em psicologia tem enfrentado várias transformações oriundas das mais diversas tensões com outras escolas científicas, como a biologia, a sociologia e a antropologia. Um dos resultados deste constante tensionamento da categoria juventudes é certa dificuldade teórica conceitual unificada, o que é visto como positivo dado à complexidade e pluralidade deste fenômeno cultural. Mais do que uma dificuldade, esse caráter plural se configura como uma vantagem para a pesquisa acadêmica, pois, as produções científicas têm sido abastecidas pelos mais diversos enfoques teóricos e metodológicos, constituindo um campo vasto, aberto para inovações e novas formas de pesquisa.

Neste capítulo pretendemos nos inserir na problematização da categoria juventude para a psicologia no Brasil e discutir suas tensões relacionadas com categorias como pobreza, vulnerabilidade social, política, situação de rua e acolhimento institucional, pertinentes ao objeto de estudo da pesquisa em foco.

Optamos por utilizar o termo juventudes para evidenciar uma posição política que afirma a pluralidade dos modos de ser jovem. Esta posição se pauta no entendimento de que a juventude não se configura como uma categoria universal e homogênea do desenvolvimento humano, mas, antes, se constitui em um constructo sócio-histórico permeado de especificidades culturais. Também optamos por considerar as juventudes pobres uma categoria política. Tal ato, longe de “dar voz” a quem já a possuía, se constituiu antes um “falar ao” jovem, respeitando o seu direito e condição de falar por si mesmo e considerando suas ações coletivas como formas de participação na emergência de outro devir e modos de participação na vida política da sociedade.

1.1 A RECRIAÇÃO DA CATEGORIA JUVENTUDE PARA A PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL

Pesquisadores como Freitas (2005), Graciele (2006) e Menandro et al (2010) pontuam a forma como a temática da juventude tem tomado corpo no Brasil na atualidade, tendo ocorrido um considerável aumento no interesse pela temática por parte de diversos segmentos da sociedade e sob variados enfoques. No entanto, conforme assinala Graciele (2006), a perspectiva da juventude é associada a diversos problemas sociais, tais como a delinquência, violência, envolvimento com drogas ilícitas, tem sido ressaltada, acima das demais, principalmente, nos segmentos midiáticos e nos dispositivos jurídicos. Quanto a isso Kerbauy escreve:

O imaginário social continua associando a juventude à transgressão, à curiosidade, às buscas fora dos referenciais de normalidade, sem atentar para a tentativa angustiada dos jovens de serem incluídos, ouvidos e reconhecidos como membros da sociedade em que vivem (KERBAUY, 2005, p. 196).

Tal forma de conceber a juventude se encontra profundamente relacionada com a forma pela qual a psicologia brasileira conceituou historicamente a adolescência, associada quase sempre à transgressão e ao afastamento dos padrões tidos como “normais”. Aliás, no Brasil é possível encontrar a utilização simultânea dessas duas nomenclaturas, apresentando-as, ora como campos distintos, ora associados e complementares (FREITAS, 2005).

Para León (2005) “os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional que através de diferentes épocas e processos históricos e sociais vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes” (p.10). Ainda segundo o mesmo autor, historicamente, no âmbito acadêmico tem sido atribuída à psicologia a análise da adolescência, partindo de um enfoque individual e particular do desenvolvimento do sujeito, enquanto que, o estudo da juventude tem sido atribuído a outras ciências humanas e sociais, tais como a antropologia, a sociologia, a educação e a comunicação com o enfoque nas relações sociais.

De acordo com Zamboni (2007), é a partir dos anos 1980 que a psicologia social no Brasil, intensifica o debate com perspectivas mais críticas da psicologia e inicia uma fase de questionamentos às abordagens psicológicas comprometidas com visões positivistas e individualistas do ser humano que se apresentavam como hegemônicas na ciência vigente à época.

Tais modelos positivistas de se pensar o ser humano apresentavam em geral um caráter impositivo e normatizador comprometido com a procura de uma única realidade a ser desvelada por meio dos métodos das ciências naturais (TRAVERSO-YÉPEZ, 2001). Dessa feita, contribuem para a constituição de uma visão individualista do ser humano, descontextualizada dos processos de construção sócio-histórica de si mesmo, os quais atravessam continuamente o desenvolvimento humano ao longo do que se denomina por história.

Uma das consequências da influência do modelo positivista na psicologia é a definição de adolescência como uma fase natural e inevitável do desenvolvimento humano, sendo esta, perpassada por uma série de características universais que configuram o que deve ser aceito como normal ou patológico no processo de desenvolvimento. Talvez, ao menos em solo brasileiro, uma das concepções que melhor representa este paradigma e que mais tem circulado na psicologia brasileira é a definição de Aberastury e Knobel (1981).

A perspectiva de Aberastury e Knobel consolida a adolescência como uma “crise normal” no desenvolvimento humano, instituindo uma fase da vida em que são considerados como legítimos certos comportamentos que na adultez seriam caracterizadas como patológicos. A adolescência passa a ser entendida como um período comum de crise. Esta crise seria solucionada no momento da entrada no mundo adulto, preconizada pelos autores como a adaptação do adolescente à “realidade”. Nota-se que esse modelo de se pensar o desenvolvimento humano se mostrou bastante funcional para as necessidades do sistema sócio-econômico vigente à época, motivo pelo qual foi facilmente incorporado, tanto pelas chamadas sociedades científicas, quanto pelas leigas.

A noção de adaptação à realidade também se encontra em teóricos da juventude de orientação psicanalítica. Cassorla (1998), prefaciando o livro *Adolescência pelos Caminhos da Violência*, organizado por David Léo Levisky, dirá sobre a adolescência:

É nessa fase que o jovem entra em contato com uma realidade fundamental, que não pode mais negar ou adiar, como fizera enquanto era criança... agora terá que descobrir quem ele é, e a partir dessa constatação descobrir como usará esse seu “ser” para enriquecê-lo com experiências e viver sua própria vida, permitindo-se ser alguém que sente que a vida vale a pena ser vivida (CASSORLA, 1998 apud LEVISKY, 1998).

Assim, de acordo com essa perspectiva a entrada no período da juventude se daria pela impossibilidade de negar ou adiar a realidade do mundo adulto. A criança é considerada como alhures a esse mundo, sempre o negando ou postergando reconhecê-lo. E é justamente por conta

dessa entrada no mundo adulto que o adolescente desenvolverá comportamentos que caracterizam a crise da adolescência, como Castro posteriormente afirma:

Encontrar-se consigo mesmo implica ter que abandonar a proteção dos pais, e, comumente, para abandoná-la há que se rebelar contra eles. O adolescente terá que usar sua energia para uma luta, intensa, em que será presa de conflitos complexos (CASSORLA, 1998 apud LEVISKY, 1998).

O adolescente passa a ser considerado no meio desse movimento entre a proteção dos pais, que o guardam do mundo real, e os desafios que o ambiente extrafamiliar lhe propõe. Nesse ínterim, a resposta do jovem às provocações dessa outra realidade pode ocorrer por via de ações de rebeldia ao domínio dos pais. E esse movimento de se rebelar contra a ordem vigente é naturalmente permeado por conflitos que caracterizam a considerada “crise” da adolescência, legitimando os ritos de passagem que muitos jovens adotam para evidenciar a sua renúncia ao poder familiar.

Em oposição ao enfoque positivista na concepção de “adolescência normal” como uma crise, surgiram posturas críticas na psicologia social brasileira propondo outras formas de se pensar a adolescência. Desses desenvolvimentos decorre uma recriação da categoria juventude, que passa a ser concebida como produto sócio-histórico da contemporaneidade (ZAMBONI, 2007). Considerar a juventude como construção cultural concedeu à psicologia a abertura necessária para o avanço de pesquisas que problematizassem noções e conceitos de sujeitos universais, levando em consideração os processos sociais e históricos que os constroem e reconstroem.

A esse respeito Caroline Zamboni escreve:

Quando afirmamos que o ser humano é histórico, temos como pressuposto que ele se constitui e constitui o tempo em que vive independente de características biológicas, ou estruturas mentais. A realidade não é dada por ela mesma, mas é resultado de processos humanos que podem ser extintos, transformados ou reafirmados, portanto, não é natural (ZAMBONI, 2007, p. 277).

Essa concepção de ser humano histórico, e assim, não natural no sentido atribuído por uma lógica positivista, permite considerar as juventudes não como categoria estanque, estável em meio a processos normativos inerentes aos sujeitos, mas como um construto sócio-histórico e contexto-dependente. Ou, como conceituou Ariés (2003), as Idades da Vida não se configuram apenas como fenômenos biológicos, mas são construídas no processo histórico e social.

1.2 CONSIDERANDO A JUVENTUDE UM ESPAÇO DE FRONTEIRA

Por levar em consideração fatores diversos, como contexto sócio histórico, diversidade cultural e intergeracionalidade, dentre outros, conceituar a juventude enquanto categoria não se constitui tarefa fácil (SPÓSITO, 1997; ABRAMO, 1997; LEVI E SCHMITT, 1996). Como Levi e Schmitt pontuam, ela está situada “no interior de margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta” (1996, p.8) e sua definição está mais atrelada ao nível cultural do que o do desenvolvimento fisiológico humano.

Kehl (2004), acentuando esta dificuldade conceitual, aponta a elasticidade e a polissemia do conceito de juventude. Castro e Correa (2005), seguindo uma linha de pensamento similar, destacam a complexidade das questões que permeiam as juventudes colocando a impossibilidade de delimitarmos uma única chave de resposta para considerarmos tais questões.

Constituindo-se como uma fase da vida que pode melhor ser contextualizada ao nível cultural das sociedades humanas, a juventude não pode ser demarcada por limites etários e fisiológicos, tampouco jurídicos, como no caso da maioridade penal. A impossibilidade do estabelecimento de limites bem definidos se deve ao mérito da pluralidade do conceito, conforme aponta Melucci (1997), considerando-o como um assumir culturalmente a característica juvenil diante de contextos contingentes, independente da faixa etária.

Levando em conta as considerações acima, optou-se por romper com certos paradigmas individualistas, associados apenas ao desenvolvimento biológico, em favor de uma visão mais construtivista do processo social que se convencionou chamar na atualidade de juventude.

Associando o conceito de relação proposto por Pedrinho Guareschi (2004) com a noção de espaços de fronteira de Boaventura de Souza Santos (2002), Zamboni (2007) propõe a problematização do conceito de juventude, a partir da noção de espaço de fronteira. Assim, ela admite dois pressupostos nesta correlação. O primeiro afirma que a relação é elemento fundante do ser humano, o qual é ao mesmo tempo “singular e múltiplo” (GUARESCHI, 2004, p. 62), e, portanto, tem a construção da sua identidade dependente das relações que estabelece com o Outro, sendo estas relações sempre dialógicas. O segundo aponta o espaço da fronteira como lugar privilegiado para a compreensão da forma relacional e histórica da construção de subjetividades na contemporaneidade (SANTOS, 2002).

Para proceder à problematização da juventude como espaço de fronteira, concepção que adotamos como eixo da pesquisa, Zamboni (2007) compreende a noção proposta por Boaventura de Sousa Santos da seguinte forma:

... a fronteira não é um lugar físico, pautado na divisão geográfica ou política entre nações ou regiões, mas um lugar psíquico e social que desenvolvemos na relação com os outros. A fronteira é um lugar privilegiado para a convivência; as pessoas trazem consigo padrões dos lugares de origem, mas precisam ressignificá-los e inventar novas formas de se relacionar com os outros. Convertem aprendizados que já tinham, para dar conta de superar os desafios trazidos por este novo lugar em que se encontram com o diferente. Já sabemos que esta fronteira de que falamos não é física, mas subjetiva (ZAMBONI, 2007, p. 278).

Ainda no entender de Zamboni (2007), o conceito de fronteira permite “que nos desvencilhemos de uma visão individualista das experiências que constituem o ser humano” (p.279). Pensar a juventude como espaço de fronteira implica considerá-la um lugar distinto para convivência, no qual, os jovens já trazem consigo diversos marcadores como gênero, etnia e classe social e os ressignificam para se relacionarem com os outros.

Considerar a juventude enquanto espaço de fronteira implica desnaturalizá-la enquanto fase obrigatória do desenvolvimento humano e considerá-la histórica. Logo, ser jovem no atual contexto brasileiro não é uma questão individual relativa a uma faixa etária, mas o resultado de uma série de relações sócio-culturais estabelecidas por pessoas imbricadas no processo de construir a sociedade ao mesmo tempo em que são construídas por ela (ZAMBONI, 2007).

Ao se constituírem na fronteira, as juventudes se configuram como local privilegiado para a construção de subjetividades de forma relacional e histórica, tensionando os limites que lhes são impostos nas margens nas quais se situam. Boaventura de Souza Santos (2002) ao afirmar que a fronteira faz parte da margem e não do centro do poder, fato este que permite certo deslizar entre um paradigma dominante e outros marginais, destaca duas formas de se proceder com essa experiência, a saber, a cabotagem e a hibridação. A cabotagem é um meio de realizar as tarefas da vida cotidiana através da orientação pelos limites que se fazem presentes, agindo ora por meio de um paradigma dominante, ora por via de paradigmas emergentes. Já a hibridação consiste em uma forma de tensionar os limites, tornando-os vulneráveis e possibilitando a ação sobre eles. Tais experiências nunca se dão ao nível da vivência tão somente individual, sendo sempre mais ou menos comunitárias (SANTOS, 2002).

Problematizando as juventudes enquanto espaço de fronteira podemos situá-las à margem sem, no entanto, fazer delas “marginais”, admitindo sua operação pelos limites que os jovens encontram em seus processos de construção de suas subjetividades. Continuando com a metáfora da fronteira, Boaventura de Sousa Santos (2002) expõe o que considera como as principais características da vivência da subjetividade em um espaço de fronteira. São elas o uso muito seletivo e instrumental das tradições; a invenção de novas formas de sociabilidade; as hierarquias fracas; a pluralidade de poderes e de ordens jurídicas; a fluidez das relações sociais; a promiscuidade entre estranhos e íntimos; e as misturas entre heranças e invenções. Essas características configuram “o tipo-ideal da sociabilidade de fronteira” (SANTOS, 2002, p. 347-348).

Por uso seletivo e instrumental das tradições Santos (2002) enfatiza a ação de escolher do seu passado (tradições) aquilo que se deseja reter, selecionar ou transformar em um instrumento válido a ser usado na atual situação de fronteira. Como viver na fronteira é “viver em suspensão, num espaço vazio, num tempo entre tempos” (SANTOS, 2002, p.348), a novidade das situações emergentes com que se depara quem vive na fronteira requer tal uso seletivo e instrumental da experiência vivida, abrindo espaços para a inovação e o oportunismo. Situando-se no espaço entre os tempos da infância e da adultez, os “habitantes” da fronteira da juventude precisariam fazer esse uso seletivo e instrumental das suas vivências anteriores em face das mais diversas situações em que podem se encontrar no tecido social brasileiro. Tal uso acarretaria na criação de novas formas de sociabilidade, adaptadas a situações específicas da sua atual vivência da juventude.

A invenção de novas formas de sociabilidade se refere ao fato de que “viver na fronteira significa converter o mundo numa questão pessoal, assumir uma espécie de responsabilidade pessoal que cria uma transparência total entre os atos e as suas consequências” (SANTOS, 2002, p. 348). Assim, as experiências e vivências dos sujeitos se transformam profundamente quando são aplicadas no contexto completamente novo da situação de fronteira em que se encontram, sendo necessário criar e recriar esse “novo mundo” que se vislumbra e as relações que nele se ancoram.

Quanto às hierarquias fracas, Santos (2002) entende que por estarem distantes do centro do poder, as fronteiras vivenciam certo modo característico de produção de identidades. Tal

construção seria sempre “lenta, precária e difícil” (SANTOS, 2002, p.349), por conta de sua dependência de recursos muito escassos sobre o qual depende a fronteira. Logo, essa grande distância ao centro do poder acabaria minando a hierarquia, permitindo a construção de identidades distintas. Embora a relação das juventudes comparadas a adultez (aqui entendida como o centro do poder na relação) sejam permeadas por relações sociais presentes no centro do poder, os habitantes da fronteira (juventude) não conseguem atingir um estatuto idêntico aos habitantes da metrópole (adultez) a que está relacionada. Essa incapacidade permite a construção de diferentes identidades jovens, cerceando uma possível hierarquia dos modos de como se chegar à idade considerada adulta, o que torna mais coerente a referência ao termo “juventudes”, devido a multiplicidade de meios de vivenciar este processo social e histórico.

A fluidez das relações sociais faz referência à falta de uma delimitação mais precisa da fronteira. Por ser um campo que “não está cartografado de modo adequado” (SOUZA, 2002, p. 349), as relações sociais que se estabelecem entre os seus habitantes são fluidas, construídas em espaços provisórios e temporários, caracterizando-se pela inovação e instabilidade a que estão submetidas constantemente.

Em relação à promiscuidade de estranhos e íntimos (no sentido de mistura e convivência de diferentes pessoas e de condições sociais diversas) e da mistura de heranças e invenções, Boaventura de Souza Santos (2002) alude a uma atitude de disponibilidade para acolher o diferente. Ele assim expõe o sentido em que usa estes dois termos:

Significa prestar atenção a todos os que chegam e aos seus hábitos diferentes, e reconhecer na diferença as oportunidades para o enriquecimento mútuo. Essas oportunidades facilitam novos relacionamentos, novas invenções de sociabilidade que, devido ao seu valor paradigmático, se convertem instantaneamente em herança. Dela se alimentam sucessivas identificações que, agrupadas por uma memória mais ou menos traiçoeira, constituem o que designamos por identidade (SANTOS, 2002, p. 350)

Logo, considerar a juventude como espaço de fronteira significa conceder à subjetividade que é construída neste momento histórico as principais características da sociabilidade de fronteira. Pensar uma fenomenologia das juventudes brasileiras é perceber a fluidez dos seus processos sociais, a criação e invenção constante de novas formas de sociabilidade e de constituição de identidades, nunca de modo permanente e sempre, de modo

provisório, entre “tempos”, situando-se em relação aos paradigmas marginais que distam do centro do poder em suas específicas nuances.

1.3 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS JUVENTUDES NO PANORAMA ATUAL DO BRASIL

Em diagnóstico solicitado pelas Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil, Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Julio Jacobo Wainselfiz (2013) expõe que na atualidade os homicídios se apresentam como a principal causa de morte entre os jovens de 15 a 24 anos no Brasil. Dentre estes, os mais afetados são os jovens negros de sexo masculino e moradores das periferias dos centros urbanos.

Waisenfilz, que obteve acesso ao Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS), relata que no ano de 2011 foram assassinados 27.471 jovens, número que expressa mais da metade dos 52.198 mortos no país, naquele mesmo ano. Dentre os jovens vítimas de homicídio 71,44% eram negros e 93,03% eram homens. Esses dados apontam uma grande exposição e vulnerabilidade das juventudes brasileiras à violência, fenômeno que se constitui tanto como uma grave violação aos direitos humanos desses jovens, quanto como uma barreira para a vivência plena da cidadania.

Diante do crescimento da violência e da vulnerabilidade entre os jovens nas últimas décadas, têm aumentado consideravelmente o interesse por parte de vários segmentos da sociedade acerca da preocupação com a inserção social do jovem brasileiro (GONZÁLES e GUARESCHI, 2009). Um dos efeitos produzidos por tal preocupação tem sido o direcionamento das justificativas de pesquisas acadêmicas e ações públicas, exclusivamente, para a temática da exclusão social dos jovens.

No entender de Gonzáles e Guareschi (2009), tem predominado no campo acadêmico uma grande produção de conhecimento sobre a juventude na qual circulam essencialmente um discurso de preocupação com a inserção social do jovem às instituições presentes na adultez, como a família e o trabalho. Tais pesquisas se ancoram em numerosos dados estatísticos que expõem diversas vulnerabilidades que atingem as juventudes brasileiras. Dentre elas, a violência ocupa notável posição de destaque, principalmente, no que diz respeito, às juventudes pobres.

Em relação à violência contra os jovens no contexto do neoliberalismo brasileiro se observa um considerável aumento nas últimas três décadas que precederam o ano de 2013. Tais dados estão disponíveis no “Mapa da Violência 2013: Homicídio e Juventude no Brasil”, publicado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela) com dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde do Brasil.

Segundo os dados estatísticos fornecidos pelo Mapa da Violência (WAISELFIZS, 2013), entre 1980 e 2011 houve um acréscimo de 207,9% em relação a mortes não naturais e violentas de jovens, como homicídios, acidentes ou suicídios. Quando considerada isoladamente, a taxa de homicídios entre pessoas de 15 a 25 anos cresceu 326,1%, enquanto que, a mesma taxa relativa a pessoas não jovens cresceu 252,3%. De acordo com Waiselfizs (2013), autor do mapa, “mais que acabados e frios estudos acadêmicos, os mapas constituem chamados de alerta” (p.6), representando o propósito de contribuir para o enfrentamento da violência na sociedade brasileira fornecendo informações de como morrem os jovens brasileiros segundo causas que a Organização Mundial de Saúde (OMS) qualifica como violentas.

Em um exaustivo estudo sobre juventude, violência e vulnerabilidade social, Abramovay et al (2002) acentuaram a necessidade de pesquisas e debates interdisciplinares acerca da temática da juventude, em vista do expressivo contingente de jovens no Brasil somado a certos problemas sociais, tais como a violência e a pobreza. No entender destes autores, a pesquisa com juventudes é indispensável para abrir caminhos para projetos de ação e intervenção eficazes, o que conduziu a proposta sustentada por eles em eleger a vulnerabilidade como categoria analítica da juventude.

Freitas (2005) também destaca a importância de realizar pesquisas que possam favorecer a construção de um marco conceitual que favoreça a construção de políticas que possam efetivamente atender as demandas dessa parcela populacional da sociedade brasileira.

Ambas as vertentes expostas acima associam a necessidade da pesquisa com jovens a elaboração de políticas públicas direcionadas às problemáticas sociais envolvendo as juventudes brasileiras. Embora possam sugerir que a pesquisa com juventudes é apenas justificada por questões sociais que configuram a juventude em meio a problemas, é mais útil para a pesquisa científica perceber que esses anseios denotam que o contexto do neoliberalismo brasileiro tem

atuado no sentido de produzir e visibilizar diversas vulnerabilidades no que diz respeito à vivência das juventudes em um momento histórico bem definido. O neoliberalismo brasileiro enquanto momento histórico culmina por produzir efeitos de visibilidade no campo social atual das juventudes brasileiras. Gonzáles e Guareschi (2009) advertem sobre o risco das pesquisas envolvendo juventudes cristalizarem um modo específico de ser e de viver a juventude, modo este associado à vulnerabilidade social, orientando as políticas públicas para uma possível essencialização da condição juvenil. Este fato, aliás, é apontado por Castro e Correa (2005), como um dos principais dos fatores produtores do fracasso de certos programas governamentais, que ao não levarem em consideração a perspectiva dos jovens a que se destinam terminam por se mostrarem inoperantes à sua proposta inicial.

A justificativa acadêmica para a pesquisa com juventudes, e em especial com juventudes pobres, não pode ser ancorada apenas em diversas situações de exclusão social que abundam em meio às produções sociais oriundas do contexto neoliberal brasileiro. Tais asserções se constituem em importantes objetos de pesquisa, mas quando elevadas isoladamente às categorias máximas de análise carregam consigo o risco de essencializar os grupos pesquisados, universalizando seus modos de ser e desconsiderando como estes foram e ainda são produzidos e sustentados. Faz-se necessário, portanto, considerar as juventudes enquanto categorias políticas e tomá-las como participantes da construção de uma cidadania mais afeita ao seu momento histórico-cultural.

Desse modo, é necessário o diálogo da forma como vem sendo produzida e reproduzida a condição juvenil na sociedade brasileira, evitando associações diretas que simplificam problemáticas complexas e constroem um discurso marcado por reguladores sociais com o intuito de modelar as juventudes brasileiras. Nesse sentido, Abramovay et al (2002), apesar do esforço científico despendido e das informações estatísticas precisas, ao conectar diretamente a violência sofrida pelos jovens à vulnerabilidade social e caracterizar a juventude brasileira como vítima de situações precárias, sem problematizar o momento histórico e a produção de juventudes, efetivam uma visão de juventude como passiva no processo de conquista da cidadania. Caracterizam as juventudes pobres pela falta, pela carência de educação, de trabalho, de saúde e de lazer e recomendam políticas unilaterais que sedimentam um modelo de juventude mais afeito à regulação social do que a construção de cidadania da qual participam os jovens.

Tal advertência não tira o mérito de se considerar a vulnerabilidade social uma categoria de análise das juventudes brasileiras, mas acentua a necessidade de não incorrer no erro da essencialização da categoria juventude, considerando-a uma categoria homogênea, que compartilha sempre os mesmos marcadores e que se apresenta como passiva ao momento histórico da sociedade.

No entender de Gonzáles e Guareschi (2009), esses discursos “denotam modelos e expectativas que irão produzir formas de ser e agir a partir de interesses específicos do momento histórico, cultural e social vigente” (p. 105), gerando um lugar pré-definido destinado aos jovens por uma determinada leitura social. Esse lugar, com limites bem demarcados, é que naturaliza formas de vivenciar as juventudes em um modelo prescrito, uma ideia iconizada de juventude, que se configura como modelo de análise da categoria juventude.

Conduzindo os leitores a vários momentos históricos nos quais a categoria juventude foi colocada em destaque, Gonzáles e Guareschi (2009) constroem a seguinte conclusão em relação aos discursos acadêmicos acerca do ser jovem:

Assim, é possível ver que, para cada momento histórico é apresentada uma ideia iconizada de juventude, passando a valer, em âmbito geral, como modelo de análise concreto do jovem em suas relações. Instaura-se determinado ícone acerca da juventude, o que denota uma maior visibilização de determinado modo de ser como efeito do campo de forças em constante luta no qual nos situamos. O que queremos dizer com isto é que cada noção de juventude veiculada como sendo uma visão hegemônica do modo de ser jovem desconsidera a produção de sentidos e modos de ser engendrados no exercício do embate entre forças situadas e datadas em condições históricas e culturais de cada tempo, e que, portanto, podem ser produzidas inúmeras e singulares formas de subjetivação ou modos de ser em cada momento específico (GONZÁLES e GUARESCHI, 2009, p. 106).

1.4 JUVENTUDES POBRES ENQUANTO CATEGORIA POLÍTICA

Por se configurar à “margem”, como pontuado anteriormente por Levi e Schmitt (1996), se situando a caminho de um *vir a ser* adulto, leia-se *autônomo*, por vezes a categoria juventude é desprovida da capacidade de representação política. Contrapondo-se a essa concepção, Castro (2008) defende a politização do campo da juventude por causa da invisibilidade política que esses segmentos enfrentam no espaço público devido a tradução de suas demandas,

principalmente, as de ordem política, por uma perspectiva societária centrada sobre o ponto de vista do adulto.

Castro (2008) realiza uma crítica às análises e debates que atravessam o campo da infância e da juventude que se agenciam pela representação da voz das crianças e dos jovens por meio dos adultos, categorizados como mais experientes e detentores do saber autorizado, por não serem possíveis de refletir de forma transparente os anseios dos representados, sendo, portanto, ineficiente. Esse agenciamento remonta a uma perspectiva desenvolvimentista da cidadania, criando uma expectativa de que existiria um patamar, delimitado por faixas etárias, para se ter acesso pleno aos direitos de um cidadão. Por serem consideradas, na perspectiva desenvolvimentista, como se fossem etapas de preparação e maturação do sujeito, infância e juventude apresentam restrições no tocante à sua participação na sociedade (MONTEIRO e CASTRO, 2008).

No entender de Gonzáles e Guareschi (2009), essa lógica desenvolvimentista que busca um sujeito autônomo segundo uma ordem natural emerge dos estudos das ciências naturais do século XIX, que tinham como objetivo desvendar possíveis leis naturais universais responsáveis por reger o funcionamento do mundo natural, dos sujeitos, e da sociedade.

O sujeito, então, de acordo com essa lógica, seria o protagonista de um progresso contínuo e linear, no qual, a partir de estágios iniciais, avança fase após fase até alcançar a maturidade associada ao adulto (GONZÁLES e GUARESCHI, 2009). Ainda no entender das autoras, tal perspectiva se pôs como fundamento para o surgimento de várias concepções de juventude adultocentristas, considerando as juventudes como espaço transitório, como moratória social (CALLIGARIS, 2009), tendo como fim último à autonomia característica da idade adulta.

É sobre esta égide que se defende certa razão desenvolvimentista presente na concepção de cidadania para os jovens na sociedade contemporânea. Monteiro e Castro (2008) definem tal razão como:

relacionada a uma preocupação com a criação de condições e possibilidades de desenvolvimento, crescimento, maturação e preparação destes sujeitos, cuja aposta se baseia em um processo de subjetivação voltado para o futuro, e em uma preparação ao longo do tempo caracterizada por uma finalidade ulterior (MONTEIRO e CASTRO, 2008, p. 273).

Postergando para o futuro o reconhecimento dos jovens como cidadãos plenos, essa razão desenvolvimentista concebe as juventudes como uma categoria social coadjuvante,

restringindo a vivência da cidadania e da participação política plena à idade adulta (MONTEIRO e CASTRO, 2008).

Pais (2005) adverte quanto ao uso de atributos tradicionais no tratamento da cidadania, como direitos, deveres, obrigações e responsabilidades. No entender do autor, tais atributos, fortemente ancorados em um referencial adultocêntrico, não exploram os movimentos juvenis de expressão cultural e desconsideram os sentimentos de pertença e as subjetividades que se gestam nas relações sociais. Para o autor:

Tradicionalmente, o conceito de cidadania estabelece fronteiras e margens entre sociedades e grupos. Uns são enquadrados (os “incluídos”), outros desenquadrados (os excluídos, os marginais). Mas as margens são definidas a partir do centro, isto é, de valores que são próprios de “nós” (os enquadrados) por contraposição a “eles” (os excluídos) (PAIS, 2005, p. 114-115).

Fazendo uso da concepção de cidadania defendida por Marshall (1967) - que a instrumentaliza pela junção dos direitos civis, direitos políticos e direitos sociais - Monteiro e Castro (2008) chegam à conclusão de que a cidadania outorgada aos jovens permite, nesta ótica, o acesso apenas aos chamados direitos sociais, com certo destaque para a escola. No mais:

No que diz respeito ao exercício da cidadania, criou-se uma expectativa de que existiria um patamar a ser alcançado para se ter acesso aos direitos civis e políticos, patamar este que se encontra marcado por delimitações etárias. Dessa forma, infância e juventude são consideradas enquanto etapas de preparação e maturação do sujeito, sendo, portanto, restrita sua participação na sociedade (MONTEIRO e CASTRO, 2008, p. 283).

Para Castro e Correa (2005), essa experiência social de restringir os jovens ao campo da família e da escola, excluindo-os da vida política, culminou por produzir um efeito de distanciamento das questões relativas à vida em sociedade, alijando-os do “exercício da participação nos destinos da sociedade, como também da cultura” (p.14) outorgando as juventudes outra forma de participação que emerge do aproveitamento das margens da vida em sociedade para configurar outro devir. As autoras concluem que:

A inexistência de oportunidades formais de participação na construção de modos de vida cidadina, a não ser de uma forma remota e, frequentemente, burocrática que se exerce pelo voto de tempos em tempos, se entretete com formas larvares de participação. Estas não se estabelecem por meio de condições legitimadas e autorizadas de ação coletiva, mas por movimentos singulares que reivindicam outras maneiras de se fazer reconhecer e estar diante do outro (...) Tais formas larvares de participação (...) nos questionam sobre *outros devires*, ainda não autorizados, que subvertem as normas e os valores do *status quo* (CASTRO e CORREA, 2005, p. 17).

Ferreira (2005), concordando com essa linha de pensamento e aludindo a crise da representação democrática do sistema político, afirma que:

a fraca motivação da participação formal não deve ser confundida, no entanto, com outras formas de intervenção social. Os jovens continuam a marcar presença nos canais informais de participação e tenderão, segundo alguns, a privilegiá-los no futuro (FERREIRA, 2005, p.32).

Desse modo, a participação política desses jovens se daria não por uma forma coordenada e sistemática, mas por meio da aglutinação de sujeitos em torno de ações coletivas, estas entendidas como experiências públicas de si e do outro, atrelando o reconhecimento a um processo que se mostra aos demais, e não pela identificação de uma causa estabelecida deliberadamente e defendida pelo grupo (CASTRO e CORREA, 2005).

1.5 A INFÂNCIA E A JUVENTUDE EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

O fenômeno da infância e da juventude em situação de rua e vulnerabilidade no Brasil é tão antigo que remonta ao período da colonização portuguesa, em que os filhos de famílias pobres que eram abandonados, devido a um alto nível de miséria da população, ficavam sob a responsabilidade das câmaras municipais e eram classificados como “expostos” (MARCÍLIO, 1997). Tal categorização sancionava a situação de crianças abandonadas no Brasil Colônia, vulneráveis a acidentes e ataques de animais, dentre outros, e com um alto índice de mortalidade (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

A vulnerabilidade dos “expostos” era referendada pela pobreza, desfiliação familiar e situação de rua. O enfoque das políticas públicas, que eram conjugadas com instituições religiosas, ocorria na esfera da proteção da vida das crianças “expostas”, baseando-se para tal na caridade religiosa (MARCÍLIO, 1997) e visando o controle através da moralização do pobre (RIZZINI, 2011).

A reconhecida presença das ações da Igreja Católica Apóstolica Romana na sustentação e execução das políticas de assistência aos pobres, desde a idade média, levou Michel Mollat a cunhar o termo “monopólio monástico” na assistência humanitária ao pobre (MOLLAT, 1989, p. 39). Como aponta Rizzini (2011) tal monopólio esteve presente no fundamento das políticas sociais no Brasil Colônia e assentava suas ações na noção de caridade cristã, a qual era entendida como uma condição primaz para que os fiéis recebessem a salvação de suas almas.

No entanto, as instituições católicas não se configuravam como instituições puramente religiosas e caritativas, em sua definição cristã. Marcílio (1997) aponta o papel social exercido pelas igrejas e instituições religiosas, demonstrando sua atuação no controle e regulação dos “expostos”. Um exemplo disso era a instituição da roda dos expostos, que segundo Marcílio (1997), mais do que a caridade às crianças abandonadas, fornecia um modo de regulação que visava impedir a proliferação de meninos de rua, taxados à época de delinquentes.

Rizzini (2011) demonstra através de acurada pesquisa com documentos históricos, que a criança ou o jovem que carecia da proteção do Estado na verdade eram aquelas que aos olhos das elites brasileiras precisavam ter suas práticas corrigidas e serem reeducados para que o seu comportamento não causassem danos aos modos de vida aceitos como legítimos nas cidades. Logo, essa ótica de proteção aos “expostos” se revelava prioritariamente uma proteção à sociedade dos prejuízos que aqueles, considerados desviantes das normas sociais instituídas, causavam ou poderiam vir a ocasionar no futuro.

Um exemplo dessa lógica de proteção à sociedade se revela no tratamento especificado para crianças e jovens que apresentam deficiências, o qual, segundo Silva (2012) se caracteriza por uma abordagem patológica e estigmatizante da pessoa com deficiência, separando-as do convívio comum com outras pessoas sob a assertiva de um risco de “contaminar” a sociedade.

Percebe-se que, naquele momento histórico, a vulnerabilidade era concebida e configurada apenas ao nível individual, e que as crianças e jovens eram considerados vulneráveis devido ao não cumprimento do papel social vigente de seus familiares. A família, em si, não era arquitetada como construção social e alvo de vulnerabilidades devido a situação socioeconômica do país e a gravidade dos quadros de pobreza e miséria aos quais era submetida (GOMES e PEREIRA, 2006), mas era concebida uma ideia de família como totalmente responsável por fornecer os aportes afetivos e materiais, constituindo-se como núcleo da sobrevivência material e instrumento viabilizador de modos de vida de seus descendentes, logo, responsável primaz dos considerados desvios de conduta de seus descendentes (KALOUSTIAN e FERRARI, 1994; SARTI, 1995).

Dessa reconhecida relação entre famílias pobres, desfiliação familiar, vulnerabilidade social e situação de rua (KALOUSTIAN e FERRARI, 1994; SARTI, 1995; MARCÍLIO, 1997; GOMES e PEREIRA, 2006) se produziam efeitos nos quais as famílias da época, por complexas razões econômicas e sociais, eram compelidas a aceitar que seus filhos utilizassem a rua como

lugar de vida (MINAYO, 1993), produzindo, assim, diferentes modos de vida utilizando as possibilidades que circundavam os lugares em que se encontravam e as redes de relações neles existentes.

Aqui não se pretende estabelecer ou defender uma sucessão lógica de acontecimentos que culminam na situação de rua e vulnerabilidade social: Problematizamos a questão considerando esta rede de relações complexas que tem acompanhado este fenômeno ao longo do tempo. Gomes e Pereira (2006) fazem referência à desigualdade na distribuição de renda e aos elevados níveis de pobreza no Brasil que excluem parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de cidadania.

Yazbek (2012), abordando a pobreza como uma expressão das relações vigentes na sociedade, localiza-a no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista e desigual. Os “pobres”, prossegue Yazbek, seriam o produto dessas relações que “produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade” (p.289). Nessa ótica, a pobreza é entendida como uma categoria multidimensional, não se restringindo à privação de bens materiais e se constituindo como categoria política que se manifesta pela omissão de direitos, oportunidades e possibilidades (MARTINS, 1991).

1.6 A NOÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Para trabalhar a questão da vulnerabilidade social de juventudes pobres em situação de acolhimento institucional se adotou uma noção de vulnerabilidade baseada no conceito proposto por Ayres (AYRES; CALAZANS; SALETTI FILHO; FRANÇA-JÚNIOR, 2006) para o trabalho com vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS na área de saúde coletiva.

O conceito de Ayres é multidimensional, permitindo a complexificação das análises de vulnerabilidade em três dimensões: A *individual*, que seria relativa ao modo de vida dos sujeitos e a quantidade e qualidade de informações que aqueles dispõem bem como das capacidades para elaborá-las; a *social*, que estaria ligada ao contexto em que o sujeito se insere, este, sempre atravessado por diversos marcadores sociais, como gênero, raça e classe, dentre outros; e *programática*, que se refere ao modo como instituições, serviços e políticas públicas estão implicadas na reprodução de vulnerabilidade, dependendo de seu compromisso, gerência e recursos disponíveis, dentre outros.

Articulando estas três dimensões, desloca-se a noção de vulnerabilidade de uma condição intrínseca à pessoa, para pensá-la numa rede de relações que são instituídas culturalmente na sociedade, que expõe determinados sujeitos de forma diferenciada a certas condições. Assim não se *é* vulnerável, mas se *está* vulnerável a uma determinada condição em função das posições de sujeito que se ocupa nas diferentes hierarquias produzidas na cultura (MEYER; MELLO; VALADÃO; AYRES, 2006).

A noção de Ayres permitiu, ainda, pensar que a juventude pobre não possui em si uma vulnerabilidade, intrínseca à sua condição, pois, esta, emerge de um contexto. Assim, poderia se dizer que os três níveis de análise propostos por Ayres se conjugam de forma a tornar alguém vulnerável, em um determinado lugar, em um determinado momento.

1.7 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL: DAS RAÍZES HISTÓRICAS AOS DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Segundo Rizzini e Rizzini (2004), o Brasil possui uma longa tradição no que se refere a institucionalização de crianças e adolescentes. Tal prática remonta ao período colonial, onde colégios internos, reformatórios, seminários e educandários, dentre outras instituições de cunho educacional e/ou assistencial, faziam parte do cotidiano das famílias brasileiras. Rosseti-Ferreira, Serrano e Almeida (2011) reiteram esse quadro, enfatizando que tal tradição foi construída historicamente junto à desqualificação da parcela populacional a que essas crianças e adolescentes pertenciam, em sua grande maioria às populações pobres e procedentes de etnias não brancas.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), o recolhimento de crianças e adolescentes às instituições de internato se configurou como principal instrumento de assistência à infância no Brasil, caindo em desuso para os filhos oriundos das famílias ricas após a segunda metade do século XX, persistindo, no entanto, para os filhos das famílias pobres até a atualidade. Não se pretende, com tal afirmação, contribuir para a construção de uma visão negativa do acolhimento institucional, categorizando-o como naturalmente contraproducente. O que se quer reiterar é que ainda no século XXI tem se observado instituições nas quais seus usuários são gestados no tempo e no espaço por normas institucionais estruturadas em relações de poder desiguais.

A origem assistencial das instituições de acolhimento à crianças e adolescentes remonta à ação educacional jesuítica e a instituição da roda dos expostos (RIZZINI e RIZZINI, 2004;

MARCÍLIO, 1997). Enquanto os jesuítas se constituíam como os principais agentes educacionais no Brasil até meados do século XVIII quando de sua expulsão pelo Marquês de Pombal, a roda dos expostos era uma instituição oriunda da Europa católica, que exercia o papel social de assistência à criança abandonada no Brasil.

Esse papel nem sempre foi exercido pela roda dos expostos. Marcílio (1997) pontua que o fenômeno do abandono de crianças, que teria dado origem à criação das rodas, é tão antigo que antecede à colonização do Brasil. Antes da criação das rodas as crianças que eram abandonadas ficavam à responsabilidade dos municípios. No entanto, como a maioria alegava falta de recursos para a instituição de políticas sociais, a assistência social foi entregue, paulatinamente, à responsabilidade da Igreja Católica, sendo eivada pelos ideais da caridade e da obra missionária. Caldana (1991) aponta que até o início do século XXI os métodos educativos foram guiados pela moralidade religiosa da Igreja, buscando preservar e possibilitar a pureza da alma se fazia uso de uma educação rígida e autoritária. A associação entre assistência social e religião emergiu de forma tão forte no Brasil que a última roda dos expostos foi extinta há pouco mais de meio século, em 1950.

A época da assistência caritativa à cargo da Igreja persistiu com forte ênfase até a instituição da República no Brasil, quando o governo assume uma postura higienista e procede com uma reforma do seu aparelhamento institucional objetivando “salvar” a infância brasileira (RIZZINI e RIZZINI, 2004). Através dos conhecimentos disciplinares da assistência social, do campo jurídico e da área médico-higienista se constrói a categoria “menor” e seu prolongamento, “menor abandonado”. Criança passava a designar o filho ou filha oriunda de famílias de poder aquisitivo enquanto menor se referia aos considerados desvalidos, delinquentes, carentes e abandonados (ROSSETI-FERREITA; SERRANO; ALMEIDA, 2011).

A categoria “menor” se definia tanto pela ausência dos pais quanto pela incapacidade da família oferecer condições apropriadas para a criação dos filhos (RIZZINI e RIZZINI, 2004). Tal período é marcado pela forte presença do Estado na implementação de políticas de atendimento ao “menor”. A concepção de infância e adolescência recebe um novo enfoque; deslocam-se de objetos da preocupação da Igreja para se tornarem competência do Estado e um problema de cunho político-social (CALDANA, 1991). A preocupação com infância como problema social refletia a preocupação com o futuro do país, preservando do mal a criança e a sociedade (ROSSETI-FERREITA; SERRANO; ALMEIDA, 2011).

O enfoque das políticas se concentrava em conseguir o controle social através da moralização do pobre, associado à degradação moral. Logo, as famílias pobres se apresentavam como incapazes de preservar e salvaguardar a infância, que passa a ser considerada o “futuro da nação”. Desse modo, criam-se dispositivos que permitiriam o Estado intervir diretamente sobre os filhos de famílias pobres (RIZZINI, 2011).

O projeto de construção do novo Brasil República fazia necessário, ao olhar dos governantes, a identificação de todos os necessitados da intervenção dos poderes públicos. Observa-se uma vasta construção de categorias pelas instituições produtoras de saber acerca dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e de suas famílias, fator que culmina numa série de classificações e rotulações das famílias pobres no Brasil, historicamente classificados por uma pauta de carências (ROSSETI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011). Para se instituir como “salvadoras” do futuro do país as instituições produzem um conhecimento político que desautoriza as famílias pobres, taxando-as de “incapazes” e “insensíveis”, ao mesmo tempo em que ofereciam a solução para a criação e educação de seus filhos e filhas (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

A construção da assistência à infância e à adolescência no Brasil foi construída em paralelo com a culpabilização da família, gerando mitos como a desorganização familiar e a incapacidade das famílias pobres de criarem seus filhos (RIZZINI e RIZZINI, 2004). Institui-se uma cultura de institucionalização, enraizada na “assistência ao menor” e perpassada por um tipo de institucionalização marcado pela segregação do meio social, confinamento, controle do tempo e submissão à autoridade (ROSSETI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011).

Para legitimar a prática da institucionalização, bem como a retirada do Poder Familiar dos pobres, o Estado também se assentou em saberes científicos higienistas que consideravam os vícios e as virtudes características hereditárias e a rua como um espaço pernicioso. Sob a égide do discurso de que erradicar a pobreza e o vício era a condição de acesso à civilização, o Estado se colocava no dever de conduzir os filhos dos pobres, condenados ao vício, tanto pela sua genética, quanto pelo seu ambiente, à virtude, permitindo ao Brasil se equiparar a outras civilizações consideradas mais avançadas (RIZZINI, 2011).

1.8 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS AVANÇOS NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A política socioassistencial voltada à infância e à adolescência sofre ao final da década de 80, uma série de pressões de movimentos sociais governamentais e não-governamentais em prol da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. O autoritarismo e a repressão como práticas consolidadas nas instituições de atendimento e a justificativa ideológica da prevenção do (contra o) “menor” começaram a ser questionadas e culminam na promulgação da Lei n. 8.069, em 13 de julho de 1990, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Reconhecendo a criança e o adolescente como pessoas de direitos e em condições peculiares de desenvolvimento, o ECA provoca mudanças significativas na política de atendimento socioassistencial à criança e ao adolescente em situação de institucionalização. As instituições são denominadas apenas como abrigos e são criadas novas diretrizes legais para seu funcionamento. A Doutrina da Proteção Integral preconizada pelo ECA representa uma importante mudança de paradigma no atendimento socioassistencial à criança e ao adolescente (ROSSETI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011).

Bazílio (2006), referenda essa linha de pensamento, ao apontar que o fator que constitui o ECA como um marco de emergência de um novo paradigma não ocorre pelo fato de defender a institucionalização em “último caso”, tais medidas já estavam contempladas, embora não funcionassem ao nível prático, nos Códigos de Menores de 1927 e 1979. O que instituiria o ECA como um novo marco regulador das políticas públicas direcionadas à infância e à juventude seria a ampla participação dos setores da sociedade civil em sua elaboração, incorporando elementos da ação de um movimento social, e o abandono da noção de infância e juventude em “situação irregular”.

Ainda de acordo com Bazílio (2006), esse rompimento doutrinário se baliza em torno de três princípios, a saber:

- a) A criança e o adolescente como pessoas em *condição particular de desenvolvimento* (grifo do autor).
- b) A garantia - por meio de responsabilidades e mecanismos amplamente descritos - da *condição de sujeito de direitos fundamentais e individuais* (grifo do autor).
- c) Direitos assegurados pelo Estado e conjunto da sociedade como *absoluta prioridade* (grifo do autor) (BAZÍLIO, 2006, p. 23).

Atendendo a esses três princípios, o ECA institui a medida de abrigo, ressaltando sua excepcionalidade e enfatizando o seu caráter provisório. Sua proposta de abrigo se pauta na reprodução de uma dinâmica similar ao de um ambiente residencial, sem, no entanto, substituir ou imitar a família dos abrigados. Dentre suas diretrizes está o estabelecimento de um plano de trabalho para cada adolescente, tendo como foco a tentativa de reintegração familiar (OLIVEIRA, 2006).

Embora enfatizasse a transitoriedade do abrigo, o ECA não especificava o tempo máximo de permanência da criança e do adolescente abrigado. Mesmo com o caráter provisório sendo acentuado, inúmeras crianças e adolescentes passaram longos períodos de sua vida abrigados em instituições (OLIVEIRA, 2006).

No dia 3 de agosto de 2009 foi sancionada a Lei n. 12.010, conhecida como Nova Lei da Adoção e que efetua algumas alterações no texto do ECA, dentre as quais, institui a troca da nomenclatura de abrigo por acolhimento institucional e delimita o tempo máximo de permanência de crianças e adolescentes em programas de acolhimento em dois anos, salvo se for comprovada necessidade do acolhido, fundamentada por autoridade judiciária.

Embora o Brasil tenha sido palco de transformações nas formas de executar as medidas de proteção, principalmente, no que diz respeito à promulgação de novas leis e publicação normativa, muitas vezes a realidade do acolhimento institucional não tem acompanhado o compasso dessas transformações. É o que pontuam Rosseti-Ferreira, Serrano e Alemida (2011) ao contraporem os avanços nas legislações e normativas às falhas, descontinuidades e desarticulações políticas e práticas sociais. As autoras destacam as modificações efetuadas após a promulgação da Lei n. 12.010, mas ponderam se estas têm sido vivenciadas na prática do acolhimento institucional.

Ações como a inclusão escolar e a reintegração à família de origem, enfatizadas pelas diretrizes de atendimento têm esbarrado em diversas dificuldades, dentre as quais a difícil exclusão a ser enfrentada nas escolas e a persistência da culpabilização da família entre os profissionais e produtores de conhecimento acadêmico (ROSSETI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011).

Outro ponto em questão é a judicialização do acolhimento institucional. Critica-se que tal tendência a judicializar o atendimento apontaria um retorno ao Código de Menores, que enfatizava um controle centralizado na figura do Juiz. Por outro lado, reconhece-se a prática

desenfreada de acolhimento efetuada pelos conselheiros tutelares quando o ECA lhes outorgava a competência para abrigar crianças e adolescentes (ROSSETI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011).

Bazílio (2006) já apontava que a lógica em que se elaborou o ECA foi a da “desjudicialização”. O esforço dos elaboradores desta lei era reduzir o poder interventor do sistema judiciário, retirando deste a competência sobre a maior parte das medidas protetivas, que se encontrariam a cargo dos Conselhos Tutelares, atrelados à ideia de cidadãos eleitos que defenderiam os direitos fundamentais dos seus concidadãos. Para o autor:

Os novos atores, ao formularem o discurso que se propunha libertador das antigas estruturas, passaram a incluir a lei e seu principal guardião (Judiciário) como vilões. Neste contexto, para os críticos que desejavam intervir nesta política, a implantação de uma verdadeira transformação das práticas sociais/educativas de crianças e adolescentes tinha como pressuposto a redução da liderança dos magistrados, atribuindo-lhes um papel definido, uma participação bem demarcada (BAZÍLIO, 2006, p. 36).

Como se pode observar, o primeiro texto do ECA, antes da reformulação pela Lei n. 12.010/2009, apresentava duas caracterizações de medidas distintas. De um lado, as medidas socioeducativas seriam competência dos magistrados. Do outro, as medidas protetivas ficariam a cargo dos conselheiros tutelares. No entanto, questões como falta de estrutura, ausência da capacitação e falta de estruturas de apoio culminaram por colocar em descrédito as instituições de conselhos tutelares. Para Basílio (2006), que defende a existência de um “desmonte da ação social do Estado brasileiro”, esses fatores fragilizaram a proposta do ECA por conta do ideário neoliberal que chega ao país em 1990, cuja eleição do ex-presidente Fernando Collor de Melo é representativa. O autor defende que:

a perda relativa de orçamento do governo federal combinada à ideologia neoliberal de não-intervenção, o frágil equilíbrio das contas públicas fortemente pressionadas pela rolagem das dívidas, bem como a necessidade de manter a moeda estável, determinam a redução dos gastos da União na área social (BAZÍLIO, 2006, p. 39).

Tais fatores geraram os efeitos que demandaram da sociedade a exigência de uma nova postura em relação ao trabalho dos conselheiros tutelares. Ao modificar alguns pontos do ECA e retornar para a competência dos magistrados ações como o acolhimento institucional, a lei 12.010/2009 revela uma lógica de retorno à “judicialização”.

O acolhimento institucional no Brasil, por vezes, tem passado por transformações geradas e gestadas por novos parâmetros emergentes. Pode-se destacar o Plano Nacional de

Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, elaborado em 2006, que enfatiza uma mudança do olhar e do fazer não restritos às políticas públicas vigentes, mas extensivos aos atores sociais envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos.

Dentre os progressos que podem ser destacados se pontua a elaboração das Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, em 2009, visando garantir uma oferta de atendimento adequado às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; o Plano Individual de Atendimento (PIA) exigido pela Lei n. 12.010 também é visto positivamente, visto que objetiva levantar as particularidades, potencialidades e necessidades singulares da criança e do adolescente; a instauração do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o estabelecimento de audiências para revisão dos casos de acolhimento institucional, cuja ideia é verificar o respeito ao direito à informação e a participação da criança e do adolescente, bem como da família no processo de acolhimento.

1.9 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PERNAMBUCO EM PERSPECTIVA

Lima de Souza (2009) define o acolhimento institucional como:

uma medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de caráter excepcional e provisório, aplicada em situações extremas de risco pessoal, social e violação de direitos, quando já foram tentadas outras alternativas para resolução da situação-problema (LIMA de SOUZA, 2009, p. 41).

Aqui encontramos uma definição que prioriza a temporalidade e a especificidade do acolhimento às situações consideradas extremas. Ressalta-se que a medida deve ser utilizada como último critério para resolução da situação-problema. Negromonte e Pedrosa (2009), ainda se referindo às instituições de acolhimento como abrigo, as apreendem como:

uma alternativa viável de retirar ou prevenir essas crianças dos possíveis riscos oferecidos pela sua hospedagem nas ruas ou em lares desestruturados, a fim de fazer valer os seus direitos, e, conseqüentemente, sua qualidade de vida (NEGROMONTE e PEDROSA, 2009, p. 60-61).

Estas autoras lançam mão de outro argumento para caracterizar o acolhimento institucional. Os riscos aos quais afirmam que o acolhimento deve se debruçar, como fator de prevenção ou de resolução de problemas são especificados pela vida nas ruas e pelos “lares desestruturados”. A expressão “lares desestruturados” alude a um ideal de configuração familiar, uma estrutura considerada necessária para um bom desenvolvimento. É necessário tomar cuidado

com essa linha de pensamento pela tendência a responsabilizar as famílias pobres pela necessidade de abrigo, colocando a moral dos pobres como geradora de problemas sociais (SARTI, 2007). E em face da definição as referidas autoras ainda complementam:

Portanto, a criança institucionalizada é protótipo dos resultados devastadores da ausência de uma vinculação afetiva estável e dos constantes prejuízos causados por um ambiente empobrecido e/ou opressivo ao desenvolvimento infantil. Sendo assim, o abrigo deve funcionar como uma medida excepcional e provisória que se propõe a acolher uma clientela desprovida de proteção, vítima de maus tratos e abandonadas (NEGROMONTE e PEDROSA, 2009, p. 61).

Aqui mais uma vez a família é apresentada como central no desenlace de processos de acolhimento, visto que, historicamente, é a instituição responsável por prover uma espécie de vinculação afetiva estável que permita um desenvolvimento social considerado saudável pela sociedade. Geralmente, as famílias que são citadas se encaixando nesse perfil são apenas as famílias pobres, o que pode sugerir, segundo Rizzini e Rizzini (2004), a construção de uma lógica que considera as famílias pobres incapazes de educar seus filhos, permitindo que o Estado intervenha de modo regulador em suas condutas.

Ambos os artigos citados anteriormente nesta seção fazem parte de uma coletânea de trabalhos elaborados a partir das experiências de psicólogos que trabalharam em instituições de acolhimento institucional em Pernambuco. Verifica-se que ambos se centram nas situações de risco, aludem à excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento e indicam a garantia de direitos como eixo central do serviço. No entanto, o público a quem tem sido destinado a política do acolhimento tem destoado um pouco daquele previsto pelo ECA.

Como bem aponta Lima de Souza (2009), embora o ECA assevere que a condição de pobreza não se constitui como prerrogativa para a aplicação de medida protetiva que ocasione o afastamento de convívio familiar, verifica-se uma relação intrínseca entre a situação de pobreza e os motivos que direcionam ao acolhimento institucional. Relatando sua experiência, Lima de Souza assevera:

Salvo situações excepcionais, as crianças e adolescentes que se encontram em instituições são oriundos de famílias extremamente pobres, excluídas do sistema produtivo formal e com acesso precário aos serviços básicos de saúde, educação, moradia e transporte, entre outros. São famílias em situação de extrema vulnerabilidade e risco social, uma vez que lhe falta o mínimo necessário para garantia da sobrevivência e de uma vida digna e cidadã (LIMA de SOUZA, 2009, p. 42).

Lima de Souza traduz um dos pontos colocados por Lídia Weber (1995), para a qual a institucionalização é um dispositivo jurídico-técnico-policial que pretende proteger, mas nem sempre protege. Muitas vezes culmina no rompimento dos vínculos que pretende preservar e causa a situação de risco que pretendia evitar. Embora a instituição não se configure automaticamente como um local prejudicial ao desenvolvimento dos seus acolhidos (AZEVEDO e CASTRO, 2009; LIMA de SOUZA, 2009; MONTENEGRO e PEDROSA, 2009), a sua situação peculiar e os riscos atrelados a ela podem ocasionar uma vivência negativa de acolhimento, por parte de seus usuários. O número de evasões, isto é, da saída espontânea de usuários das instituições, mostra-se representativo desta vivência.

De acordo com dados do TJPE, em 2012, o fluxo anual de entradas e saídas de instituições fechou com 623 entradas e 632 saídas. Dentre as entradas, a situação de rua ocupa o primeiro lugar frente aos motivos para o acolhimento, representando 326 dos casos. É seguido pela violência doméstica com 150 entradas. Ameaças de morte e abandono aparecem com 80 e 55 entradas respectivamente. Os dados não apontam a relação com a pobreza e, muitos casos, mesclam mais de um desses indicadores. Em relação às saídas, enquanto 183 delas estão relacionadas aos desligamentos típicos da política do acolhimento, 449 estão relacionadas às situações excepcionais como evasões, com 291, transferências para outras instituições, com 106 e encaminhamentos à GPCA com 52. Cabe fazer a ressalva de que muitas dessas entradas e saídas computadas comportam evasões e acolhimentos de um mesmo usuário repetidamente.

Por se constituir como um objeto polissêmico marcado por raízes históricas e desenvolvimentos recentes e apropriado de diferentes maneiras na dinâmica da sociedade brasileira, nos pareceu bem utilizar a Teoria das Representações Sociais para apreender como os usuários das casas de acolhida temporária têm representado o acolhimento institucional em suas dinâmicas cotidianas.

2. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1 A EMERGÊNCIA DA TEORIA

A teoria das representações sociais, elaborada inicialmente por Serge Moscovici, elege como objeto privilegiado de estudo o conhecimento de senso comum em meio ao estudo da ciência e seus impactos na mudança histórica, no pensamento e nas perspectivas sociais dos indivíduos no período da modernidade (MOSCOVICI, 2010).

Wolter (2011), apresentando Moscovici como um influente pensador da psicologia social expõe a inquietação que este vivenciava quanto ao modo como o pensamento cotidiano estava sendo tratado pelas ciências, influenciado, em parte, por ideais provenientes do Iluminismo e por certa proeminência do Marxismo na ciência, na década de 1940. O próprio Moscovici revela o seu contato inicial com o partido comunista e com o conhecimento marxista leninista (MOSCOVICI, 2010). Essa vertente do Marxismo concebia o pensamento cotidiano das massas como uma maneira arcaica de pensar, totalmente contaminada de irracionalidades ideológicas e que, portanto, deveria ser purificada e erradicada pela ciência materialista marxista.

A influência marxista conduziu o espírito científico da época às descobertas da ciência e tecnologia, mas, negligenciava a forma como a ciência afetava a cultura e as ideias e crenças cotidianas das pessoas. O pensamento científico era apresentado como dotado de toda a racionalidade, enquanto o conhecimento cotidiano era desprovido dela. Tal consideração constituía um ato político, pois definia quem poderia e quem não poderia tomar posse do saber considerado racional, colocando categorias de pessoas em escalas valorativas (JOVCHELOVITCH, 2008). Estabeleceu-se, assim, na modernidade, uma relação em termos ascendentes entre ciência e senso comum, na qual a primazia da primeira era aparentemente inquestionável. Aparentemente porque o próprio Moscovici divisava essa relação de forma diferente, como o mesmo aponta:

...eu reagi de certo modo a esse ponto de vista e tentei reabilitar o conhecimento do senso comum, que está fundamentado na nossa experiência do dia a dia, na linguagem e nas práticas cotidianas (...) reagi a ideia subjacente que me preocupou a certo momento, isto é, a ideia de que “o povo não pensa”, que as pessoas são incapazes de pensar racionalmente, apenas os intelectuais são capazes de fazer isso. (MOSCOVICI, 2010, p.310).

O trabalho principiado por Serge Moscovici constituía uma tentativa de resgate da importância do cotidiano na vida das pessoas e a reabilitação do saber popular enquanto esfera do conhecimento (MOSCOVICI, 2012). No seu entender o conhecimento do senso comum não seria um contraponto do conhecimento científico, e sim, uma forma de saber inscrita numa ordem de conhecimento da realidade distinta da ciência; um saber diferenciado quanto a sua função e elaboração (SANTOS, 2005).

Como aponta Jovchelovitch (2008), a Teoria das Representações Sociais “luta contra a ideia de que o conhecimento cotidiano é distorção e erro” (p.88). O conhecimento cotidiano apresenta funções que contribuem para que seus agentes apreendam e estruturem a sua realidade social, adaptando-se e dando sentido a ela (ABRIC, 2000; SANTOS, 2005). O que pode parecer errado ou irracional para quem exerce um papel de observador numa determinada comunidade possui um sentido específico para os agentes que constituem o conhecimento cotidiano (JOVCHELOVITCH, 2008).

As questões referentes ao cotidiano, isto é, os fenômenos que se produzem e reproduzem em situações informais no trato diário de diversos atores sociais, ocupam um lugar central na teorização de Moscovici. Para Jovchelovitch, no prefácio, o lugar fundante que a conexão entre Representações Sociais e a vida cotidiana ocupa na teoria de Moscovici se deve ao fato de que:

Se é correto afirmar que a história e a sociedade não se resumem ao campo das operações psicossociais, também é necessário resgatar o simples fato de que elas não se fazem sem a ação cotidiana do sujeito psicossocial, de homens e mulheres comuns que, dando sentido à experiência vivida, produzem sua conexão com a dimensão dos grandes processos psicossociais (JOVCHELOVITCH, apud, VERONESE e GUARESCHI, 2007, p.7).

A importante relação da teoria com o cotidiano, com a experiência vivida de atores sociais engajados em suas tarefas comuns, revela a consideração e sustentação da hipótese de que os saberes cotidianos produzem e reproduzem o que se denomina como realidade social, estruturando a mesma segundo parâmetros simbólicos, que conferem a essa realidade o estatuto de verdade.

2.2 A PSICOSSOCIOLOGIA COMO CAMPO EPISTEMOLÓGICO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Serge Moscovici, elaborador da Teoria das Representações Sociais, posiciona sua teoria no âmbito da psicologia social, concebendo esta como uma ciência à procura de seu próprio campo. Ao afirmar tal postulado se refere ao fato de que a psicologia social não designa uma única disciplina tendo um campo próprio reconhecido, mas possui uma nebulosa de subdisciplinas¹, lutando entre si por autonomia e legitimidade (MOSCOVICI, 1994).

A intenção de Moscovici ao propor a Teoria das Representações Sociais foi fornecer ao campo da psicologia social uma perspectiva que tomasse mais em consideração as descobertas sociológicas, por isso, sua perspectiva é classificada, dentre alguns historiadores da psicologia social, como psicossocial ou psicossociologia (FARR, 2008). A teoria emerge, segundo pontua Farr, como uma reação à uma psicologia social denominada do indivíduo ou psicológica, oriunda da psicologia social moderna americana. Em contraste, Moscovici advoga uma psicologia social sociológica, proveniente dos estudos do que se convencionou denominar de psicologia social europeia (FARR, 2008).

No entanto, esta tensão entre uma psicologia social mais individual e outra mais sociológica caminha na direção contrária ao pensamento de Moscovici. Este não concebe a psicologia social como um campo repartido no binômio social – individual. Reconhece-se, como Farr distinguiu com mérito, a posição privilegiada que Moscovici conferiu às descobertas sociológicas, mas, o próprio Moscovici aponta sua recusa ao usual corte que divide a ciência da psicologia entre o que seria de cunho “psíquico” e o que pertence à esfera “social” (MOSCOVICI, 2011).

Tal corte entre o “social” e o “psíquico” é apontado por Moscovici como gerador de importantes consequências ao campo científico da psicologia social. Uma delas seria o estabelecimento de uma hierarquia situando o social no âmbito da objetividade e relegando o psíquico ao campo da subjetividade; outorgando ao primeiro um estatuto de essência determinada por causas externas e impessoais e, ao segundo, o campo da interioridade, instabilidade e do

¹ Tais subdisciplinas são assim definidas não por conta de abordarem e delimitarem distintos fenômenos, mas por serem fragmentações dos mesmos fenômenos.

vivido. O social seria racional, regulado por uma lógica e estrutura específica, ao passo que o psíquico seria irracional, relegada ao campo dos desejos e das emoções (MOSCOVICI, 2011). Tal asserção contrasta com o postulado da perspectiva de Moscovici que abandonando a noção de oposição permanente entre o individual e o coletivo, caminha na direção do apontado por Claude Lévi-Strauss:

... é bem verdade que, em certo sentido, todo fenômeno psicológico é um fenômeno sociológico, o mental se identifica com o social. Mas, em um outro sentido, tudo se inverte. A prova do social só pode ser mental; ou seja, jamais podemos ter certeza de ter atingido o sentido e a função de uma instituição, se não formos capazes de reviver sua incidência em uma consciência individual. Como essa incidência é uma parte integrante das instituições, qualquer interpretação deve fazer coincidir a objetividade da análise histórica ou comparativa com a subjetividade da experiência vivida (LÉVI-STRAUSS apud MOSCOVICI, 2011, p. 30-31).

A psicossociologia, abandonando o corte dicotômico supracitado, constitui assim uma perspectiva de se conceber as tensões entre indivíduo e sociedade não mais segundo um enfoque binário, mas considerando um olhar ternário (sujeito – sujeito social – objeto) dirigido a um objeto complexo. Ao invés da dicotomia entre o que se convencionou chamar de subjetivo e de objetivo, apresenta-se a relação complexa entre os níveis denominados subjetivo, intersubjetivo e objetivo, isto é, as tensões envolvendo o indivíduo, as relações Eu e Outro, e os objetos sociais (JOVCHELOVITCH, 2008).

Dentre os discípulos de Moscovi, um avanço em relação a esse pressuposto se destaca em Willem Doise com sua abordagem Societal das Representações Sociais, buscando articulações de explicações entre o que se denomina da *ordem individual* com explicações de *ordem societal* (ALMEIDA, 2009). A perspectiva desenvolvida por Doise opera a desconstrução da dicotomia indivíduo-sociedade articulando quatro níveis de análise, a saber: processos intraindividuais, interpessoais, intergrupais e sociais (ALMEIDA, 2009). A articulação em níveis de análise abarca uma gama de relações que não seriam visualizadas segundo o binômio citado anteriormente. A importância dessas considerações é retomada por Moscovici, quando ao discorrer sobre a psicologia social propõe a seguinte fórmula:

La psicología social es la ciencia de los fenómenos de la ideología (cogniciones y representaciones sociales) y de los fenómenos de comunicación. A los diversos niveles de las relaciones humanas: relaciones entre individuos y grupos y entre grupos. Para cada uno de estos fenómenos disponemos de un conjunto más o

menos desarrollado de conocimientos, teorías o experiencias, que aunadas nos permiten comprender las actividades mentales superiores y ciertos aspectos psíquicos de la vida social de los grupos (MOSCOVICI, 1991, p. 4).

2.3 PRESSUPOSTOS ELEMENTARES DA PSICOSSOCIOLOGIA

O que vem a designar o termo social? O que pode sugerir tal adjetivo à ciência da psicologia? No entender de Moscovici, a descoberta do social, ou, melhor dizendo, da(s) sociedade(s) se constitui como uma descoberta capital na história da psicologia social. Tal importância reside no fato de ter tornado possível questionar e renunciar o laço privilegiado que a psicologia concebia as explicações em termos de indivíduos e da psicofísica, possibilitando o reconhecimento de laços com as outras ciências do homem (MOSCOVICI, 1994).

Moscovici deixa evidente sua concepção de que não existe uma instância designada de “social” em essência, enquanto uma categoria homogênea. Em detrimento disso, aponta que existem apenas sociedades, grupos e comunidades formadas por indivíduos em seus diversos contextos (MOSCOVICI, 1994). Uma sociedade não é algo pronto e acabado, mas é uma criação, que pode ser continuamente recriada, e ele sugere a psicossociologia como a ciência das sociedades (MOSCOVICI, 2011). A partir de então, Moscovici inicia o processo de desenvolvimento de uma perspectiva em psicologia social, projeto do qual a Teoria das Representações Sociais é constituinte basilar. Em sua proposição, arquiteta o conhecimento sempre como uma produção entre pessoas, permeada de interesses humanos, através da interação e comunicação². Tal ponto de vista apresenta como problema específico o modo como essas pessoas partilham o conhecimento, e dessa forma, constituem sua realidade comum, transformando ideias em práticas sociais (MOSCOVICI, 2010).

A perspectiva psicossocial propõe um rompimento com a forma de arquitetar o que se convencionou chamar de realidade objetiva. Abandona-se a concepção de uma realidade objetiva independente do indivíduo, ao invés disso, passa-se à concepção de que toda realidade seria representada, isto é, reapropriada por indivíduos e grupos e reconstruída por estes com base em seus sistemas de valores, história e contexto social, conforme pontua Abric:

²Moscovici concebe a comunicação não como simplesmente uma questão de transferência de informações por via cognitiva, mas como um processo pelo qual pessoas que diferem entre si tentam criar uma representação de um objeto social inserido numa sociedade.

Esta representação reestrutura a realidade para permitir a integração das características objetivas do objeto, das experiências anteriores do sujeito e do seu sistema de atitudes e de normas. Isto permite definir a representação como uma visão funcional do mundo, que, por sua vez, permite ao indivíduo ou ao grupo dar um sentido às suas condutas e compreender a realidade através de seu próprio sistema de referências; permitindo assim ao indivíduo de se adaptar e de encontrar um lugar nesta realidade. (ABRIC, 2000, p.28)

A tese central de Moscovici é que as representações sociais se tornam constitutivas da realidade. Isto significa que elas possuiriam uma capacidade de criar e estipular uma espécie de realidade pública, concedendo um status ontológico às representações e símbolos das comunidades, dirigindo as práticas materiais e simbólicas para esta realidade que lhes corresponde, constituindo um mundo de realidades compartilhadas (MOSCOVICI, 1994).

Castro (2011), no prefácio, aponta que Moscovici “confere um novo valor ao pensamento social, tomando-o como um saber prático pelo qual os grupos humanos constituem a realidade e com ela convivem” (p.7). E posteriormente assinala que:

as representações sociais são tanto conservadoras como inovadoras, estruturadas com uma lógica singular que permite a um determinado grupo social compreender o mundo que o rodeia e lidar com os problemas que nele identifica. É, pois, um saber que organiza um modo de vida e que, por isso mesmo, adquire dimensão de realidade (CASTRO, 2011 apud ALMEIDA, SANTOS e TRINDADE, 2011, p. 7).

Percebe-se certa ênfase no papel ativo do sujeito na constituição da sua realidade social. Isso porque Moscovici concebe um sujeito ativo, construtor da realidade social e também nela constituído; não um simples processador de informações externas ou produto de uma realidade exterior a ele, mas um sujeito ativo no processo de apropriação da realidade que se convencionou denominar objetiva. Na teorização de Moscovici, o sujeito não é concebido como um aparelho intrapsíquico, mas como produtor e produto de uma determinada sociedade (SANTOS, 2005). Jovchelovitch assinala que Moscovici se refere a um sujeito psicossocial, que com seus modos de pensar, rituais e suas representações sociais³ estabelece a conexão fundante entre a subjetividade e a objetividade dos campos históricos e sociais, e definem, redefinem e desafiam o que entendemos e chamamos de real (2011).

³ O adjetivo “social” indica que as representações estão na sociedade; não são algo exclusivamente cognitivo, mental, logo, não estão na “cabeça” dos indivíduos. Refere-se também ao fato de que as representações são construções necessariamente sociais.

Este sujeito não é compreendido como um ser puramente individual que atua num mundo material inerte. É necessário acenar também a ação da sociedade na construção e reconstrução deste sujeito. O sujeito não representa a realidade a partir de si mesmo, parte de um contexto social que foi estabelecido antes dele, também recebe dele influência e pode ser transformado por ele. Como pontua Jovchelovitch, “precisamos pensar neste sujeito como sendo ele próprio um contexto multidimensional que compreende um corpo e uma constituição psicológica localizados no social, no cultural e no histórico” (JOVCHELOVITCH, 2008, p.92).

Pensar o sujeito como um contexto multidimensional implica considerar a importância da comunicação na constituição desse sujeito e do contexto social em que ele se insere. Elaborando uma crítica ao conceito de representações coletivas de Durkheim, Moscovici assevera que o mesmo é “‘monológico’ e, pode-se acrescentar, marcado pela estabilidade ou impessoalidade, em razão da limitação coletiva e das práticas das instituições” (1994, p.6).

Moscovici entende a razoabilidade do conceito à época, considerando que muitas das práticas dos povos estudados por Durkheim eram consideradas sagradas, estatuto que oferecia uma maior resistência às mudanças de representação operadas pela comunicação, salvaguardando o caráter monológico das representações coletivas. No entanto, na teorização de Moscovici, as representações e as comunicações são “necessariamente sociais, isto é, existe uma causa na sociedade que é inseparável de suas propriedades” (MOSCOVICI, 1994, p. 6). Considerando, de acordo com Moscovici (1994), que a carga simbólica de uma representação é dependente da comunicação social, a comunicação é entendida não mais como um processo de transferência de informações, mas de criação de representações sociais. Assim, a linguagem aparece como uma questão fundamental para as representações sociais.

Moscovici não concebe a linguagem como social em si. Em contraposição ao postulado de que a linguagem torna a ação e as formas de comunicações sociais, ele argumenta que são justamente a ação e a forma de comunicação que tornam a linguagem social. Isto porque cada comunicação, advinda de uma língua, pressupõe uma relação social da qual a comunicação é um elemento decisivo. A comunicação, por sua vez, depende das crenças, dos valores e dos engajamentos que são compartilhados pelos indivíduos (MOSCOVICI, 1994). Para Sousa (2013) a linguagem na Teoria das Representações Sociais:

não deve ser entendida como um simples veículo para o pensamento que seria capaz de transmitir representações fiéis da realidade. Ao contrário, nota-se que a noção de “representação” trabalhada a partir da TRS enfatiza os processos de construção social da realidade, processos esses em que as trocas comunicativas exercem papel privilegiado (SOUSA, 2013, p. 26).

Logo, percebe-se, a partir do exposto por Sousa (2013) que a linguagem não é pensada na perspectiva da Teoria das Representações como um elemento neutro, cuja função reside basicamente na troca de informações entre os sujeitos. Antes, a linguagem deve ser entendida como um processo constituinte da realidade social.

Sobre esse viés construcionista da Teoria, em considerar os elementos que circundam o sujeito como constituintes da realidade social, vale ressaltar que Arruda (2011) destaca “a posição socioconstrucionista pioneira que a teoria abraça” (p. 338), pontuando que a questão “como o homem constitui a sua realidade?” já estava presente no início da teorização de Moscovici e acompanhou o caminhar da teoria, antes mesmo da publicação de *A construção social da realidade* (BERGER e LUCKMANN, 1966) que sistematizou a perspectiva construcionista na sociologia do conhecimento.

Tal argumento encontra eco no pensamento de Moscovici, que assevera em relação ao construcionismo que “este foi o nosso ponto de partida, que as representações são construções; esta construção é necessariamente social, se se leva em conta sua autoridade e sua autonomia em relação aos membros de uma sociedade” (1994, p. 8). Mais a frente em seu texto conclui que

a tese central, inspirada por minhas pesquisas de então, é que as representações sociais, ao longo da comunicação da ação em comum, tornam-se, além do mais, constitutivas da realidade. Concretamente, significa dizer que as representações sociais têm a capacidade de criar e de se estipular uma realidade denominando, objetivando noções e imagens, dirigindo as práticas materiais e simbólicas para esta realidade que lhes corresponde (..) deste modo, nós nos situamos em um mundo de realidades compartilhadas (MOSCOVICI, 1994, p. 8).

Logo, a partir do exposto nesta subseção, foi visto como a contribuição basilar da teoria das representações sociais à perspectiva proposta por Moscovici consiste no fato desta focalizar questões como o papel do social na constituição do conhecimento, o papel da função simbólica na formação de representações e a reabilitação do senso comum como campo de saber constituído de sentido (JOVCHELOVITCH, 2008).

2.4 A NOÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Santos (2005) alerta que a expressão representações sociais pode aludir tanto a teoria elaborada por Moscovici quanto ao fenômeno por ela estudado. Referir-se à Teoria das Representações Sociais implica mencionar um modelo teórico, um conhecimento científico que visa compreender e explicar a construção dessas teorias de senso comum, enquanto que, discorrer sobre o fenômeno das representações sociais remete a um conhecimento produzido no senso comum, que é compartilhado, articulado e se constitui numa teoria leiga que trata sobre determinados objetos sociais.

Moscovici sugere que as representações sociais são uma forma de criação coletiva característica da modernidade (MOSCOVICI, 2010). Jesuíno assinala que essa demarcação de Moscovici se deve ao fato de as sociedades modernas estarem sujeitas a uma presença e desenvolvimento, cada vez mais, marcante da ciência e da tecnologia em seu cotidiano (2011). Dessa forma, Moscovici não apresenta as representações sociais apenas como um processo psicossocial, mas também como um fenômeno histórico.

Wagner aponta que com o advento da modernidade, um número crescente de indivíduos entra em contato, desde a educação infantil, com teorizações científicas, que são integradas ao conhecimento popular, formando um mosaico de ideias e teorias científicas (2000). Isto é referendado por Clémence, Green e Courvoisier ao pontuarem que o conhecimento do senso comum é alimentado continuamente pelo desenvolvimento da ciência, bem como da sua crescente importância na educação e difusão na sociedade (2011). Devido a crescente estima atribuída à ciência nas sociedades modernas, e sua presença na constituição do conhecimento popular, é que Moscovici assinala que as representações sociais são um traço típico da modernidade.

A noção de representações sociais tem como precursor o conceito de representações coletivas, elaborado por Émile Durkheim. Moscovici reconhece o mérito do conceito de Durkheim ao enfatizar que a vida social é condição para o pensamento organizado, mas o critica pela falta de clareza que forneceu ao conceito, não abordando os modos de organização do pensamento (MOSCOVICI, 2012). É este conceito de representações coletivas que Moscovici retoma e reformula para elaborar a teorias das representações sociais (JESUÍNO, 2011). Tal

reformulação não consistia substancialmente na atualização de preceitos utilizados por Durkheim que caíram em desuso, mas, como assinala o próprio Moscovici, em considerar “como um fenômeno, o que era antes considerado como um conceito” (2010). A ênfase não recaía sobre um conceito do século XIX que estava abandonado, mas incidia no reconhecimento das representações sociais como uma forma particular de conhecimento da modernidade. Por esse motivo, Moscovici pontua que:

As representações sociais são entidades quase tangíveis; circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano. A maioria das relações sociais efetuadas, objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas estão impregnadas delas. Como sabemos, correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração, e, por outro lado, à prática que produza tal substância, como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica ou mítica. (MOSCOVICI, 2012, p. 39).

Ao discorrer sobre a influência do conceito de Representações Coletivas na Teoria das Representações Sociais, Sandra Jovchelovitch escreve que “o conceito de representações sociais é uma transformação psicossocial do conceito durkheiminiano de representações coletivas” (2008, p.96). Jovchelovitch destaca ainda que a ideia de uma consciência coletiva das sociedades e comunidades, oriunda do conceito de Durkheim, constitui base fundamental para a teoria proposta por Moscovici e está presente nos debates sociológicos, antropológicos e psicológicos acerca de questões sobre o que garante o vínculo social numa comunidade e a forma como os indivíduos agem e pensam em sociedade. Moscovici rompe com o caráter claustrofóbico que Durkheim concerne às representações coletivas (externas e coercitivas aos indivíduos e estáveis ao longo do tempo), e preserva o seu caráter como fato social, sua força material, e o poder simbólico para resistir à mudança (JOVCHELOVITCH, 2008).

Ao recuperar o conceito de Durkheim adotando o adjetivo “sociais”, Moscovici enfatiza a comunicação intersubjetiva enquanto processo gerador de representações, transformando-a num processo criativo, que não tem o intuito de duplicar, copiar, ou reproduzir algo, mas reconstituir, recolocar esse algo (MOSCOVICI, 2012). Uma representação social não reproduz um saber, mas retrabalha sua conveniência seguindo os meios e materiais disponíveis encontrados, realizando uma acomodação de elementos, uma reconstrução do objeto de representação (TRINDADE; SANTOS E ALMEIDA, 2011). Para Jesuíno, tal exposição se torna mais explícita quando Moscovici pontua que o que define e especifica uma representação social não é o maior ou menor

número de sujeitos ou grupos a compartilharem, nem tampouco o caráter coletivo do seu modo de produção; o que especifica uma representação social é a função de constituir uma realidade social comum, que desempenha certa função em um dado contexto social (2011).

2.5 OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Em sua obra seminal, *Psicanálise, sua Imagem e seu Público*, Moscovici, ao estudar os processos de comunicação e interação social que tornam a psicanálise um objeto da esfera pública, e sobre a forma como diferentes grupos sociais a apropriam e a transformam à medida que lhe dão sentido, propõe o conceito de representações sociais como pilar de uma nova psicologia social, atenta à linguagem e a ação comunicativa, e voltada para os processos de produção de sentido e as batalhas simbólicas das esferas públicas (JOVCHELOVITCH, 2011). A partir da obra inaugural da teoria, compreende-se que as representações sociais são construções de sujeitos sobre objetos sociais; implicando sempre em um sujeito e um objeto, que estão intrinsecamente ligados.

Essa construção implica em uma atividade de transformar algo não familiar em familiar (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011) e ocorre a partir das informações que o sujeito, agente do conhecimento, recebe acerca do objeto (SANTOS, 2005). Esse processo de construção das representações sociais se assenta sob dois pilares fundamentais, a saber, os processos de objetivação e de ancoragem (MOSCOVICI, 2012). Esses dois processos demonstram como o social transforma um conhecimento em representação, e como esta transforma o social (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

A objetivação é o processo pelo qual o que era antes desconhecido, abstrato, se torna familiar, concreto, através da transformação de um conceito numa imagem (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011). Moscovici (2010) a define como um instrumento que, transferindo o que está na mente para algo que existe no mundo físico, transforma algo abstrato em quase concreto, isto é, um ente imaginário começa a assumir realidade de algo tangível. A objetivação, transformando uma imagem ou palavra que substitui um objeto no próprio objeto, une a ideia de não familiaridade com a de realidade; transformando uma representação da realidade na realidade da representação (MOSCOVICI, 2010). A distinção entre a realidade e a imagem elaborada da realidade é esquecida, e o que antes era abstrato alcança autoridade de um fenômeno natural.

Santos (2005) descreve as três etapas deste processo. Primeiro há uma seleção da informação recebida sobre o objeto, retirando-a do seu contexto para inseri-la no contexto do grupo; Em seguida, forma-se um modelo ou núcleo figurativo a partir da transformação do conceito; por último os elementos que foram (re)construídos socialmente passam a ser identificados como elementos da realidade do objeto.

Referindo-se à formação do núcleo figurativo, Moscovici adverte que nem todas as imagens elaboradas acerca de um objeto são capazes de ser representadas, pois podem remontar a ideias de difícil acesso ou tabus⁴ de uma determinada sociedade (MOSCOVICI, 2010). As imagens que possuem a capacidade de ser representadas são selecionadas e se integram num núcleo, formando um complexo de imagens que reproduzem um complexo de ideias. Uma vez aceito pela sociedade o paradigma⁵ representado pelo núcleo figurativo, torna-se fácil falar sobre algo relacionado ao núcleo (MOSCOVICI, 2010).

Dialogando com Trindade, Santos e Almeida (2011) se entende que no processo de objetivação ocorre uma simplificação com o intuito de transformar o que é abstrato, complexo ou novo em uma imagem concreta e significativa, apoiando-se em concepções familiares, onde se perde em “riqueza” informativa para se ganhar em compreensão do fenômeno desconhecido.

O processo de ancoragem permite integrar um objeto de representação em um sistema de valores próprio ao sujeito; o objeto não familiar passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes mediante alguns ajustes (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011). A partir deste processo se estabelece uma rede de significações do sujeito ou do grupo em torno do objeto social representado; ancorando ideias estranhas, reduzindo-as a categorias e imagens comuns e colocando-as num contexto familiar, a fim de garantir um mínimo de coerência entre o conhecido e o desconhecido (MOSCOVICI, 2010). Ele define a ancoragem como “um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”

⁴ Conforme Moscovici pontua em sua obra seminal *Psicanálise, sua Imagem e seu Público*, a ideia de sexualidade, por se configurar àquela época um tabu, não se constituiu como elemento figurativo da representação da psicanálise na França.

⁵ Em *Psicanálise, Sua imagem e seu Público*, Moscovici demonstra como o conceito de complexo, próprio da teoria psicanalítica, foi apropriado pelo conhecimento do senso comum e utilizado, deslocado do seu contexto, para compreender questões práticas do cotidiano das pessoas. A sociedade passou então a se referir ao conceito de complexo como algo concreto, real e presente no cotidiano popular, construindo diversos tipos de complexos como o de timidez e o de inferioridade, para explicar questões referentes ao seu mundo social.

(2010, p.61). Quando isto ocorre, o objeto desconhecido adquire características da categoria e é reajustado, na representação, para se enquadrar nessa categoria.

Tal processo não pode ser concebido como um ato neutro, pois, implica uma avaliação sobre o objeto (SANTOS, 2005). Como pontua Moscovici, classificar e nomear não podem ser tomados como simplesmente meios de rotular pessoas ou objetos considerados como entidades desconhecidas; essas ações têm como objetivo “facilitar a interpretação de certas características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões” (2010, p.70). O ato de dar um nome, de categorizar se correlaciona a uma atitude social; classificar um fenômeno significa delimitá-lo a um conjunto de comportamentos e regras que definirão o que é permitido ou não fazer em relação a todos que estão imbricados neste fenômeno (MOSCOVICI, 2010).

Santos também descreve três momentos para a realização deste processo. Num primeiro momento a partir de conhecimentos e valores preexistentes na cultura do grupo, os indivíduos atribuem certo sentido ao objeto da representação; em seguida, o grupo instrumentaliza o saber construído, fornecendo um valor funcional para a representação, considerando-a como referência na apreensão do mundo social; por último, as novas representações são enraizadas no sistema de pensamento do grupo, se inscrevendo num sistema de representações já existentes, tornando o desconhecido familiar ao mesmo tempo em que transforma o conhecimento anterior (SANTOS, 2005).

Moscovici assinala que “ao nomear algo, nós o libertamos de um anonimato perturbador, para dotá-lo de uma genealogia e para incluí-lo em um complexo de palavras específicas, para localizá-lo, de fato, na matriz de identidade da nossa cultura” (2010, p.66). Dessa forma, a partir da ancoragem se pode compreender o jogo da cultura, bem como as características históricas, regionais e institucionais da produção de sentido, acessando a forma como se confere um significado a um objeto de representação, compreendendo como a representação social é utilizada como um sistema de interpretação do mundo e entendendo como a representação social integra a novidade num sistema de pensamento pré-existente (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

2.6 A ABORDAGEM PROCESSUAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Ao expor o potencial da Teoria das Representações Sociais para extrair novas intuições, descobertas e orientações teóricas e empíricas, Jodelet (2011) nomeia esta característica da TRS como uma fecundidade múltipla e define a teoria, lançando mão da expressão cunhada por Tarde, de “bela invenção”, acentuando seu potencial para fazer afluir invenções posteriores. A autora complementa que:

A teoria de Moscovici é, ao mesmo tempo, “útil” se a julgarmos pelas aplicações que ela suscitou nos diversos campos, “verdadeira” se considerarmos, como na filosofia do conhecimento, que uma verdade é uma asserção justificada e, como Tarde, que ela é reconhecida e compartilhada no espaço e no tempo, como evidenciado pela ampla adesão manifestada no meio científico, e “bela” pelos vários modelos que foram inventados a partir de sua formulação fundadora (JODELET, 2011, p. 201)

Almeida (2005) expõe de forma sucinta três desdobramentos concernentes às práticas de pesquisa com a Teoria das Representações Sociais realizados por discípulos de Moscovici. Denise Jodelet, Jean-Claude Abric e Willem Doise seriam os responsáveis por darem início a produção de certos aportes particulares que se constituíram nas correntes de pesquisa em Representações Sociais que obtiveram maior inserção no meio acadêmico brasileiro até os dias atuais. No entanto, tais vias de pesquisa não concorrem como perspectivas totalmente distintas e incompatíveis entre si, antes, podem ser configuradas como correntes teóricas complementares provenientes de uma mesma matriz básica (SÁ, 1998).

Conforme pontua Almeida (2005), Jodelet se manteve fiel à proposta de inicial de Moscovici, dando enfoque aos âmbitos histórico e cultural na base de suas pesquisas, que objetivavam a compreensão do simbólico. Esse enfoque ficou conhecido por abordagem Culturalista ou Processual das Representações Sociais.

Doise buscou uma articulação da TRS com a perspectiva dos estudos sociológicos, objetivando uma articulação entre o nível individual e o nível coletivo, tendo em vista a inserção social dos indivíduos como influente na variabilidade das Representações Sociais (ALMEIDA, 2009). A abordagem principiada por Doise recebeu a denominação de Societal.

Já Abric, utilizando um enfoque estrutural, centralizou seus estudos na dimensão cognitiva das Representações Sociais (ALMEIDA, 2005), sendo conhecida sua corrente como abordagem Estrutural das Representações Sociais.

Para efeito da pesquisa realizada, optamos pela utilização da abordagem culturalista de Denise Jodelet, por se configurar como instrumento viável para acessar os jogos culturais e históricos que se evidenciam na disputa de diversos sujeitos pelo objeto de Representação Social que é o acolhimento institucional. Tal articulação com a dimensão histórica dos fenômenos se constitui como um importante elemento da pesquisa com Representações Sociais, pois, conforme expõem Carvalho e Arruda (2008):

Estudos em representações sociais podem ser enriquecidos com a dimensão histórica, não apenas porque toda representação se refere a um tempo-espaço, mas porque a própria historicidade está na base da transformação social (p. 446).

Dessa forma, a pesquisa nessa área implica na consideração dos fatos históricos em suas relações com as Representações Sociais que o circundam e também se constituem como históricas. Tal consideração nos permite estudar o que Carvalho e Arruda (2008) definem como “naturalização dos fatos que se tornam históricos”. Assim, podemos pesquisar como as pessoas representam o acolhimento institucional como um fato histórico naturalizado por diversos contextos de saber, tendo em vista que, nesta perspectiva, conforme o pensamento de Jodelet:

as pessoas constroem Representações Sociais como uma forma de dominar, compreender e explicar os fatos e as ideias que preenchem o universo da vida. Este tipo de conhecimento prático dá sentido à realidade cotidiana (CARDOSO e ARRUDA, 2005, p. 152).

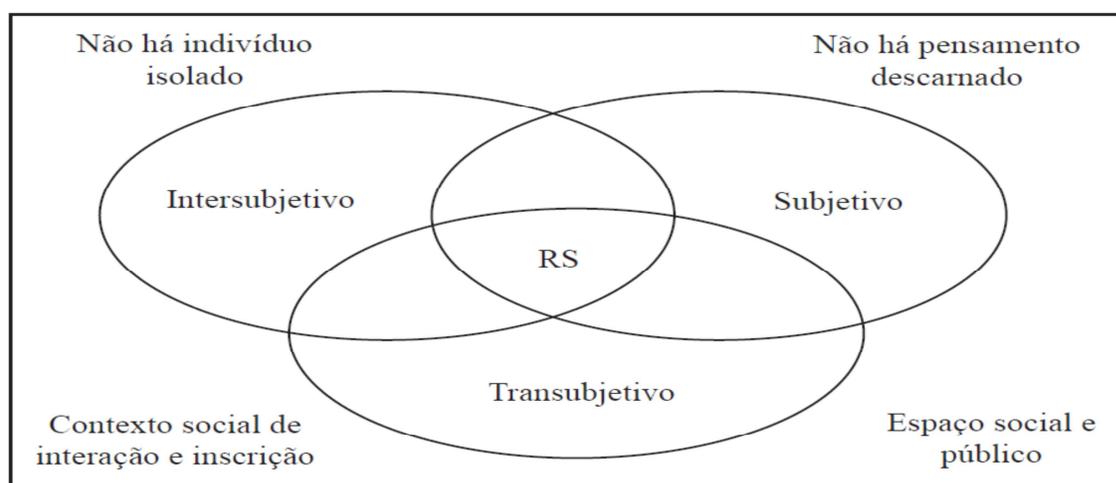
Logo, considerar a dimensão histórico-cultural das Representações Sociais do acolhimento institucional implica a pesquisa de como este objeto foi representado em sua constituição histórica, sendo atualmente naturalizado por campos de saber que disputam autoridade sobre a sua definição. Tais disputas foram assimiladas de formas distintas por diversos atores sociais, exercendo influências em suas formulações para explicar o que vêm a ser o acolhimento institucional.

De Almeida (2005) apresenta uma das formas como a pesquisa em Representações Sociais segundo a abordagem culturalista pode ser efetuada. No entender da autora seria importante:

1) apreender os *discursos* dos indivíduos e dos grupos que mantêm a representação de um dado objeto; 2) apreender os *comportamentos* e as *práticas sociais* através das quais essas representações se manifestam; 3) examinar os *documentos* e *registros*, onde esses discursos, comportamentos e práticas são institucionalizados; 4) examinar as interpretações que eles recebem nos meios de comunicação de massa, os quais contribuem tanto para a manutenção como para as transformações das representações (DE ALMEIDA, 2005, p. 187-188).

Para analisar as Representações Sociais em espaços concretos de vida ultrapassando a simples descrição de estados representacionais, Jodelet (2009) propõe o seguinte esquema para delimitar as esferas ou universo de pertença das representações:

As esferas de pertença das representações sociais



Em seu entendimento, no que concerne à sua gênese e às suas funções, as Representações Sociais podem ser relacionadas a três esferas de pertença, a saber, subjetividade, intersubjetividade e transubjetividade (JODELET, 2009). Logo, os sujeitos não podem ser concebidos como indivíduos isolados, mas como “atores sociais ativos, afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana, que se desenvolve em um contexto social de interação e de inscrição” (JODELET, 2009, p. 698). De acordo com Jodelet (2007), a esfera da subjetividade não se relaciona às compreensões elaboradas por sujeitos isolados de um contexto, são sujeitos sociais ativos, que se diferenciam por suas distintas inscrições na vida cotidiana e nos contextos sociais a que pertencem.

A esfera da intersubjetividade nos remete às negociações entre os sujeitos que partilham as Representações Sociais, onde o contexto contribui para a partilha e a construção de significados e representações acerca de determinados objetos sociais de interesse comum do

grupo. Já a esfera da transsubjetividade se constitui por elementos que transpassam as esferas da subjetividade e da intersubjetividade, abrangendo, tanto os sujeitos, quanto os contextos e as situações nos quais as interações entre os sujeitos ocorrem. Podemos, de acordo com Jodelet (2007), delimitar que ao nível subjetivo as Representações Sociais expressam os sentidos atribuídos a um objeto de representação de acordo com seus interesses e objetivos. Ao nível intersubjetivo as Representações Sociais funcionam de forma a permitir a compreensão e a circulação dos significados compartilhados pelos sujeitos acerca do objeto. E, ao nível transsubjetivo as Representações Sociais denotam o repertório do aparato sócio-cultural que torna possível a partilha social dos significados atribuídos ao objeto em meio ao conjunto de normas e valores que a sociedade impõe aos sujeitos que nela circundam.

3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa realizada se classificada como de cunho qualitativo. Embora a lógica da pesquisa qualitativa apresente elementos comuns à pesquisa quantitativa, seus delineamentos, instaurados por uma tradição própria, diferem da lógica quantitativa aplicada às ciências sociais. A opção pela pesquisa qualitativa como via da produção do conhecimento acerca de jovens em situação de acolhimento institucional decorreu da proposta de descrever uma situação social circunscrita, explorando delineamentos que, dificilmente, métodos quantitativos permitiriam abordar. Desse modo, segundo a perspectiva de Deslauriers e Kèrisit (2008), a pesquisa realizada se configurou como descritiva e exploratória, permitindo certa familiarização com processos sociais vivenciados pelos participantes em seu contexto atual e enfocando e descrevendo o “como” o e “o quê” desses fenômenos, produzindo informações sempre contextuais.

Por dar importância às perspectivas dos atores sociais envolvidos na pesquisa, esta também pode ser classificada, ainda na ótica proposta por Deslauriers e Kèrisit (2008), como estudo do cotidiano e do ordinário, focalizando as construções múltiplas que são efervescidas nas dinâmicas do cotidiano e do vivido dos participantes, momentos estes dos quais emergem os sentidos atribuídos aos fenômenos sociais.

3.1 DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O objeto da pesquisa foi construído a partir de uma rede de interesses que orientaram as escolhas do pesquisador, partindo de uma escolha pessoal que foi refinada por uma análise das produções acerca do tema obtidas por um levantamento bibliográfico. Assim, concorda-se com o exposto por Soulet (1987) apud Deslauriers e Kèrisit (2008) de que a pesquisa não se elabora tão somente no silêncio do escritório do pesquisador ou na excitação do campo de pesquisa, sobretudo se constitui por outras nuances que frequentemente tensionam o objeto de pesquisa em sua construção progressiva. Como assinalou Bourdieu (2004), ao instituir o seu conceito de campo científico, a ciência não se desenvolve por uma espécie de partenogênese, engendrando a si mesma sem qualquer intervenção do mundo social. Ainda se referindo à construção da ciência, Bourdieu nos faz a seguinte sugestão:

é preciso escapar à alternativa da “ciência pura” (grifo do autor), totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava” (grifo do autor), sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente

independentes das pressões do mundo social global que o envolve (BOURDIEU, 2004, p. 21).

De acordo com o exposto anteriormente, o objeto foi construído e reconstruído diversas vezes, os objetivos foram adaptados, seja com o intuito de uma melhor adequação à instituição de fomento a pesquisa a que o projeto foi submetido, ou pelas análises e reanálises do campo, bem como pelas pontuações das bancas de avaliação no exame de qualificação a que o projeto da pesquisa foi apresentado. Categorias que seriam inicialmente trabalhadas, como a adolescência, deram lugar a outras mais adaptadas ao momento histórico da produção científica em psicologia no Brasil e ajustadas aos objetivos reconstruídos, como a juventude, categoria esta emergente nos estudos atuais e que tem atraído para si várias pesquisas por permitir um rompimento com teorizações mais naturalistas, historicamente associadas a categoria adolescente.

Longe de ser considerado um processo linear, a construção do objeto de pesquisa procedeu de forma bastante reflexiva, sendo permeado pelas forças do campo científico em que o projeto se inseriu e pela revisão bibliográfica efetuada pelo pesquisador. Por tal motivo que Deslauriers e Kèrisit (2008) assinalam que o objeto de pesquisa é, freqüentemente, apontado como um dos critérios de originalidade da pesquisa qualitativa, pois, geralmente, se constitui em relação a aspectos que lhe são particulares e “se constrói progressivamente, em ligação ao campo, a partir da interação dos dados coletados com a análise que deles é extraída, e não somente à luz da literatura sobre o assunto” (p. 134).

3.2 DA CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA

Para a operacionalização da pesquisa se recorreu a uma amostra do tipo não-probabilístico. Tal amostra não se organiza ao acaso nem se constitui como uma estratégia cínica a qual se recorre sempre que é impossível, ou bastante limitado, estabelecer uma probabilidade. De acordo com Deslauriers e Kèrisit (2010) esse tipo de delimitação de amostra comporta vários subtipos, como a amostra acidental, intencional, de voluntários, cascata ou bola de neve, desviantes, politicamente importantes e mais acessíveis entre outros.

A justificativa pela escolha de uma amostra não-probabilística reside no fato de que seu caráter exemplar e único permite o “acesso a um conhecimento detalhado e circunstancial da vida social” (DESLAURIERS e KÈRISIT, 2010), que a pretensa regularidade da amostra probabilística não possibilita acessar.

Devido ao fato da pesquisa enfatizar a juventude pobre enquanto categoria política foi feita a escolha pela amostra não-probabilística voluntária. Tal ato corrobora com o reconhecimento dos jovens possuírem a autonomia necessária de se imbricar nos processos e projetos que consideram importantes para os seus modos de vida. Assim, a pesquisa foi aberta para todos os jovens que atendessem aos requisitos delineados e desejassem participar de uma reflexão em torno do acolhimento institucional privilegiando as suas vivências e experiências pessoais.

Os requisitos adotados como necessários à participação na pesquisa foram: Jovens entre 15 e 18 anos de idade, usuários de unidades de acolhimento institucional na cidade de Recife, devido a situação de rua e vulnerabilidade social. Embora se reconheça que a juventude não pode ser delimitada levando em consideração apenas a idade cronológica, o recorte efetuado atendeu a delimitação etária do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que refere como adolescentes-jovens todos aqueles que se encontram na intersecção dos 15 aos 17 anos de idade. A limitação até aos 18 anos se efetua pelo fato desta faixa etária ser a única, dentre as juventudes classificadas pelo CONJUVE, a ter o seu acolhimento institucional regulado pelo ECA e pela Lei nº 12.010/2009.

Apesar da ressalva exposta acerca do recorte etário, a noção de idade enquanto delimitadora da juventude não é considerada de uma forma puramente desenvolvimentista e estéril. O uso que se fez dela na pesquisa foi ao encontro ao preconizado por Gonzáles e Guareschi (2009), que apontam que:

a noção de idade...pode ser tomada como uma marca que nos posiciona no mundo, marcadores identitários que se inscrevem como símbolos culturais que diferenciam, agrupam, classificam e ordenam as pessoas conforme marcas inscritas na cultura - sobretudo na cultura do corpo (GONZÁLES e GUARESCHI, 2009, p. 109).

E as mesmas autoras asseveram que:

com essa noção relativa às idades, questionamos a visão instituída por um pensamento psicológico desenvolvimentista que estabelece características inerentes para cada uma das etapas da vida (GONZÁLES e GUARESCHI, 2009, p. 109).

Logo, a utilização de um critério envolvendo limites etários, embora atendendo a certas especificidades técnicas, não descaracterizou a proposta inicial da pesquisa, convertendo-se numa categoria de apoio à análise das juventudes.

3.3 DA CONSTRUÇÃO DOS DADOS

3.3.1 Procedimento de construção dos dados

Para alcançar os objetivos da pesquisa os procedimentos de colheita dos dados foram delineados em três etapas: 1) Observação direta nas Casas de Acolhida Temporária pertencentes ao Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC) da cidade de Recife. 2) Análise de conteúdo de notícias veiculadas pela mídia impressa pernambucana acerca do acolhimento institucional de jovens. 3) Entrevistas narrativas para mapear os sentidos que os participantes da pesquisa construíram acerca da sua vivência em uma casa da acolhida temporária.

3.3.2 Observação direta

No entender de Jaccoud e Mayer (2010), “a observação dos fenômenos, qualquer que seja a sua natureza, constitui o núcleo de todo procedimento científico” (p. 254). Logo, a partir desta asserção, procuramos adentrar ao campo de pesquisa para observar pessoalmente e de maneira prolongada situações e comportamentos ordinários no que se refere à rotina das CATs pesquisadas. Buscando apreender os mecanismos de regulação presentes nas instituições de acolhimentos, observamos processos sociais e ações coletivas a partir das interações diretas dos jovens sem determiná-las previamente (JACCOUD e MAYER, 2010). Dessa forma, optamos por uma perspectiva etnometodológica visando descrever e compreender como os jovens acolhidos atribuem sentidos e significados às suas ações no cotidiano das instituições.

3.3.3 Análise de conteúdo de notícias

Esta etapa da pesquisa pretendeu analisar como a mídia impressa pernambucana constrói conhecimentos e noticia fatos envolvendo o acolhimento institucional de jovens na cidade Recife. As notícias selecionadas se revelaram frutíferas para uma análise mais profunda do contexto social no qual o acolhimento institucional se insere em Pernambuco. Tendo em vista que sua análise nos permitiria entrar em contato com o conhecimento que se tem produzido acerca das mudanças envolvendo a Lei n. 12.010/2009 e a forma como os agentes envolvidos no processo de acolhimento o representavam, pareceu-nos bem utilizar as notícias elencadas para elevar o estudo do acolhimento institucional a um nível macro, percebendo como a imprensa tem produzido modos de visualização desta política pública e como estes modos diversos tem influenciado os atores que lidam com esse objeto polissêmico no seu trato ordinário.

Para tanto, foi realizado um levantamento nos bancos de dados dos três principais jornais em circulação pelo Estado no período subsequente à regulamentação da Lei n. 12.010/2009. Utilizando os indicadores de busca “abrigo para adolescentes” e “acolhimento institucional”, além de pesquisas avulsas, obtivemos trinta e seis notícias distribuídas entre os jornais pesquisados. Dessas trinta e seis notícias vinte e uma se adequaram ao critério de noticiarem fatos relacionados a vivências de jovens dentro das instituições. As notícias foram submetidas a análise de conteúdo segundo Bardin (2011).

3.3.4 Entrevistas do tipo qualitativo

Gaskell (2010) aponta que a entrevista qualitativa se ancora na possibilidade de compreensão dos mundos da vida de seus entrevistados. Partindo desta concepção, utilizamos a entrevista qualitativa como via de acesso às realidades sociais construídas no contexto do acolhimento institucional segundo as perspectivas dos atores sociais envolvidos.

No entender de Poupart (2010), essa perspectiva considera o argumento epistemológico de que as realidades e as condutas sociais não podem ser compreendidas sem o acesso das perspectivas dos atores sociais. Logo, os sentidos emprestados aos objetos sociais e que são formadores de Representações Sociais seriam dependentes de um contexto (JOVCHELOVITCH, 2008), o qual não pode ser apreendido totalmente sem levar em consideração a perspectivas daqueles que compõem o corpo daquele contexto.

Com a utilização de entrevistas qualitativas conseguimos obter acesso a outros sentidos que a observação direta e as análises de conteúdo de notícias não nos permitiram considerar.

4. INSERÇÕES NO CAMPO

A entrada no campo se iniciou em meados de março de 2013, quando foi solicitada autorização para a realização da pesquisa à Juíza da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital de Pernambuco. A autorização foi concedida no dia 02 de maio de 2013, como consta na autorização anexa a esta dissertação. Tal autorização se fez necessária porque todas as crianças e jovens que se encontram em situação de acolhimento institucional estão sob a guarda da Juíza dessa jurisdição, sendo sua autorização imprescindível para que as instituições permitissem o desenvolvimento da pesquisa.

De porte da devida autorização, buscamos a anuência do Instituto de Assistência Social e Cidadania/IASC da cidade de Recife, instituição responsável pela administração das Casas-Abrigo que atendiam o perfil da pesquisa. No dia 16 de maio recebemos a anuência da instituição, que autorizava a nossa pesquisa. De posse das devidas anuências, adentramos o processo de avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPE. A solicitação ocorreu no mês de junho e em julho obtivemos a aprovação do referido comitê.

Ainda em julho entramos em contato com o IASC para iniciar a pesquisa e ficou acertado que eles entrariam em contato para agendarmos uma reunião, que aconteceu em meados de agosto. A gerência das Casas de Acolhida iria marcar uma reunião com todas as Casas de Acolhimento para que eu fosse apresentado diretamente pela coordenação, no entanto, uma tragédia ocorrida em uma comunidade próxima, mais precisamente um incêndio que acometeu o bairro dos Coelhos/Recife em agosto demandou a atenção máxima da equipe do IASC, postergando essa reunião. Esse atraso modificou o panorama original da pesquisa, forçando que uma proposta de atividade de discussão em grupo a partir das notícias veiculadas na mídia impressa de Recife fosse executada. Visto não haver tempo hábil, tal atividade foi suprimida.

Após esse atraso, a gerência das Casas me forneceu um encaminhamento a ser entregue nas três unidades que atendiam os objetivos da pesquisa. A construção dos dados ocorreu do início de setembro até o mês de novembro.

4.1 O CAMPO DA PESQUISA

O Campo da pesquisa foi constituído por três Casas de Acolhida Temporária do Instituto de Assistência Social e Cidadania/IASC, uma autarquia da prefeitura da cidade de Recife criado em maio de 2003. O IASC desenvolve ações e serviços direcionados à promoção e o resgate dos

direitos da população recifense que se encontra em um alto nível de exclusão e vulnerabilidade social trabalhando por via de uma secretaria de proteção especial de média complexidade e outra de proteção especial de alta complexidade.

As Casas de Acolhida Temporária, substitutas dos antigos abrigos para menores, trabalham associadas à proteção social especial de alta complexidade, prestando serviços direcionados à usuários com vínculo familiar fragilizado ou rompido, visando atender as suas necessidades básicas e promover os seus direitos violados. Essas Unidades se caracterizam por serem espaços de acolhimento provisórios com capacidade para até vinte pessoas com dezoito anos incompletos. A atuação destas unidades se pauta pela Doutrina da Proteção Integral, presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, e visa à proteção de crianças e jovens em situação de rua e vulnerabilidade social por meio da promoção e do fortalecimento de seus direitos e garantias fundamentais.

Os usuários destas Casas chegam até a instituição por meio de encaminhamento judicial, sendo este arremetido às instituições ou por meio de conselheiros tutelares ou por oficiais de justiça, nos moldes preconizados pela Lei n. 12.010/2009. Quando os jovens são trazidos para a instituição se inicia o processo de acolhimento, começando pelo atendimento das necessidades básicas, isto é, alimentação, higiene e informação. Após esse primeiro período o jovem é recebido pela equipe técnica para atendimento. Esse pode ser realizado por qualquer funcionário da equipe técnica, composta por psicólogos, assistentes sociais e pelo gerente da unidade.

Após o primeiro atendimento a equipe técnica desenvolve um Programa de Atendimento Individual (PIA) para acompanhar o processo de acolhimento do usuário. A lei. 12.010/2009 preconiza que este dure no máximo dois anos, e que seja acompanhado por meio de audiências e relatórios enviados ao sistema judiciário a cada seis meses.

O objetivo máximo do programa desenvolvido pelo IASC é a reconstrução dos laços e retorno familiar. O trabalho da equipe é direcionado para este sentido, sendo realizadas intervenções específicas como visitas técnicas, com ou sem a presença do jovem, encaminhamentos para programas sociais que visem diminuir a vulnerabilidade da família, e o acompanhamento de retorno familiar aonde o jovem realiza visitas periódicas à sua família, que evoluem para finais de semana até que a família seja considerada preparada para receber novamente o jovem.

A instituição também trabalha com a noção de família extensa, não ficando refém de um modelo único de família original que, muitas vezes, não dispõe de condições e de interesse no retorno do jovem. A família extensa se coloca como alternativa à produção de vínculos que o ECA considera como necessários para um bom desenvolvimento da criança e do jovem. O trabalho das instituições é integrado com outras unidades de serviço governamental. A Casa de Acolhida, na figura do gerente, é responsável por matricular e acompanhar os jovens no sistema educacional, prover atendimento de saúde e inscrição dos usuários em programas sociais e profissionais.

As Casas também devem reproduzir no que for possível uma dinâmica que se aproxime de uma casa comum, fugindo do estigma negativo das instituições de abrigo. As Casas devem estar inseridas em ambientes residenciais, sem o aspecto prisional de algumas instituições que marginalizavam os jovens. O intuito é construir um ambiente que seja favorável ao desenvolvimento social e afetivo desses jovens, preparando-os para retornarem às suas famílias e continuarem seguindo as rotinas cotidianas da comunidade.

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa doze jovens que apresentavam idade entre 15 e 18 anos incompletos. Todos os participantes relataram ter os vínculos rompidos com a família e pertenciam a famílias pobres. O contato com os jovens se deu de forma gradual ao passo que eu me inseria na dinâmica da instituição. Após ser apresentado em cada Unidade, despendia um tempo conhecendo como a Instituição funcionava e conversando com seus usuários. Esse período geralmente ficava entre uma e duas semanas. A partir dessas conversas informais sobre a pesquisa que eu estava realizando, fiz os convites aos jovens que se mostraram interessados em participar. Não foram realizadas entrevistas até que todos os jovens presentes em cada instituição fossem abordados e decidissem participar ou não.

Dentre os pesquisados todos apresentavam dificuldades de se manter na escola, apesar de estarem matriculados e do acompanhamento, por vezes insistente, de educadores sociais e das equipes técnicas. Apesar desta difícil relação com a escola, essa instituição esteve presente nas entrevistas como uma das principais vantagens fornecidas pelas Unidades. A escola, mais precisamente a educação, é vista como uma porta de saída para a cidadania e para obter uma vida

melhor. Obstante a isso, os participantes revelaram, em tom de culpa, dificuldades de manter a frequência escolar.

A vivência da violência também demarcou os participantes da pesquisa, seja esta vivenciada no seio da família, na rua, ou até mesmo na própria instituição. Aqui encontramos a relação entre pobreza e violência, presente no senso comum.

Outra característica interessante é que consideravam que a sua família não era capaz de lhes receber. Enquanto alguns relatavam que o retorno para a família culminaria no seu retorno ao mundo das drogas, visto como prejudicial, outros relatavam a dificuldade de vivência com os pais por conta do uso abusivo de álcool e outras drogas por parte destes. Percebe-se que os usuários das Casas de Acolhida se encontram inseridos no pensamento de senso comum de que as famílias pobres são incapazes de criar seus filhos, o que concede às Casas a razão de existir.

Todos também apresentaram vivência de rua. Mesmo os usuários que chegaram à instituição por medida de destituição do poder familiar tiveram o contato com a vivência da rua ao evadirem das Unidades por certo período de tempo. A evasão se apresentou como uma constante entre a maioria dos pesquisados. Quase sempre se apresentando como uma resistência a um poder exercido pela equipe de trabalho das CATs, a evasão pareceu-nos se constituir como uma válvula de escape para uma experiência de liberdade, fugindo das regras institucionais que são relatadas como injustas, embora necessárias ao bom andamento da instituição.

4.3 CARACTERÍSTICAS DAS CASAS DE ACOLHIDA TEMPORÁRIA

Três unidades de acolhimento do IASC participaram de pesquisa. As unidades ocupavam casas de grande porte inseridas em bairros da cidade de Recife. Todas possuíam 1º andar e uma grande extensão de salas e terraços. As Casas ofereciam dormitórios com beliches, espaços de lazer, refeitório, banheiros específicos para os usuários e áreas para guardarem seus pertences e lavarem suas roupas. Os eucadores acompanhavam a maioria das atividades realizadas nessas áreas. Em cada CAT havia um gerente, dois técnicos, representados por profissionais de serviço social e psicologia, e quatro equipes de plantão constituídas por três educadores sociais, duas assistentes de serviços gerais, duas cozinheiras, um porteiro e um guarda municipal cada. Eventualmente acontecia a ausência de um desses profissionais devido à rotatividade das instituições.

Para o cargo de educador social se exigia apenas o nível médio, no entanto, percebemos certo número de profissionais com nível superior completo, ou em conclusão, exercendo esta função. Os guardas municipais possuíam nível médio. Essas duas classes profissionais eram compostas em sua maioria por integrantes da chamada classe média, variando muito em idade.

Já as assistentes de serviços gerais (nas unidades pesquisadas foram apenas mulheres), as cozinheiras (também apenas mulheres) e os porteiros (apenas homens) apresentavam em geral nível fundamental II completo ou incompleto. Compunham famílias de baixa renda e residiam em muitas das comunidades aos quais os jovens acolhidos pertenciam, estando familiarizados com muitas das práticas desses jovens. No entanto, resistiam firmemente às práticas desses jovens, o uso de drogas ilícitas em especial, como que para proteger a sua identidade e a identidade do bairro ao qual pertenciam. Julgavam o comportamento dos jovens abrigados como criminoso e depositavam exclusivamente sobre eles a responsabilidade da sua atual situação de afastamento familiar, relatando o exemplo de seus filhos, concedendo destaque ao modelo educacional que empreenderam, como possibilidade de ascensão social sem o envolvimento com atos infracionais. Os guardas municipais constantemente concordavam com esses julgamentos que responsabilizavam a família, especificamente os pais, pelo envolvimento dos jovens em situação de acolhimento institucional com atos infracionais. E associavam estes atos diretamente com o abrigo desses jovens, na maioria das vezes marginalizando-os.

5. ANÁLISE DOS DADOS

5.1 OBSERVAÇÃO DIRETA DA VIVÊNCIA DOS JOVENS EM ABRIGOS

5.1.1 Aplicabilidade das Leis

Durante a estadia no campo ficou evidente no discurso da equipe de funcionários, diversas dificuldades no que se refere à aplicabilidade das leis que regem o acolhimento institucional. Em sua maioria os argumentos utilizados se referem à má utilização da medida de acolhimento por Conselheiros Tutelares e Juízes e a utilização das leis de forma distorcida pelos usuários a fim de alcançarem seus objetivos. Os gerentes das unidades possuem diversos exemplos ilustrativos da inaplicabilidade dessas leis. Um deles⁶ comentou sobre a dificuldade de fornecer o ambiente de desenvolvimento que a lei prescreve, citando casos em que os jovens são acolhidos para que seja evitada uma situação de vulnerabilidade maior e acabam constituindo família dentro das instituições com outros usuários sem disporem das condições necessárias para criarem seus filhos.

Os casos de jovens pais e mães, e de jovens grávidas estiveram bem presentes nas instituições que visitei. Em todas as três unidades havia casos atuais e histórias sobre acontecimentos passados. Verificamos certa dificuldade das equipes quanto a questão da regulação da sexualidade dos acolhidos. Geralmente, em sua maioria, essas relações ocorrem por um viés proibitivo, a fim de evitar que gravidezes indesejadas pelas instituições aconteçam. Esta situação, no entanto, é de difícil regulação, visto a inserção que a sexualidade ocupa nos dias de hoje nos processos de subjetivação dos jovens.

Cassal, Lameirão e De Bicalho (2009) pontuam que as normas institucionais produzem e legitimam determinados modos de vida em detrimento de outros, e, dentro do espaço institucional se observa que os abrigos, atuando enquanto dispositivos de controle social, produzem modos de exclusão ao proibirem o exercício da sexualidade de seus acolhidos. No entanto, essa proibição não impede o desenvolvimento e a reprodução de comportamentos que são tidos como negativos ou criminalizados.

Utilizando Foucault como referência, Cassal, Lameirão e De Bicalho (2009) expõem como as instituições de abrigo normatizam modos de existência ao não autorizar o exercício

⁶ Farei referência a todos em sentido masculino para evitar possíveis identificações e garantir o anonimato dos gerentes que concordaram em participar da pesquisa.

sexual dos acolhidos dentro das unidades, lançando do dispositivo da sexualidade como forma de controle social. No entanto, como pontuam os autores, o poder sempre gera resistência, e essa se evidencia nos casos de gravidezes ocorridas dentro das instituições. De certo modo, a vivência da sexualidade, além de envolver a satisfação sexual dos acolhidos, atua como resistência à produção de uma subjetividade dócil, legitimada pela instituição.

Outro gerente criticou a forma como o acolhimento institucional tem sido estruturado após a judicialização, asseverando o que coloca como “falta de autonomia das Casas de Acolhida” como um impasse no modo de operar das instituições. Ele coloca que, por várias vezes, as unidades são obrigadas, por via de ordem judicial, a receber jovens que não condizem com os perfis das instituições e por motivos que não conferem com os requisitos necessários para se realizar um acolhimento institucional.

Outra dificuldade alegada se refere às medidas sócio-educativas previstas em lei. Muitos funcionários das CATs consideram que os agentes aplicadores das leis (juízes, oficiais, policiais) atuam fazendo “vista grossa” das situações, evitando a abertura de processos alegando falta de provas, mesmo quando as mesmas estão disponíveis. Relatam também certa facilidade dos usuários acolhidos inverterem a situação perante os juízes, fazendo uso da sua situação de vulnerabilidade. Em vista disso, muitos casos de assédio de usuários a funcionários não têm sido levados à GPCA por receio dos funcionários, mesmo quando estes dispõem de testemunhas.

Essa forma de “impunidade” relatada no discurso de boa parte das equipes, como observada na minha imersão no campo, é colocada como justificativa para os constantes atos de danos ao patrimônio público executados pelos acolhidos. A este respeito, pude observar que vários usuários quando tinham seus objetivos contrariados por funcionários se utilizavam da prática de depredar a instituição como uma via de chantagem para alcançar aquilo que queriam, ou, como forma de retaliação à equipe. Tais comportamentos não ficaram restritos a uma unidade e a poucos usuários, apresentando-se em todas as CATs pesquisadas na maioria dos seus acolhidos.

A dificuldade mais relatada, por parte das equipes de funcionários, diz respeito às evasões por parte dos usuários. Todos alegam que um dos motivos para o alto número de evasões é a forma como os jovens se apropriaram da lei que preconiza que o acolhimento não pode ser negado. Tal dispositivo legal impede que instituições mal intencionadas reforcem a vulnerabilidade dos acolhidos, fazendo imposições aos usuários do acolhimento por meio de

ameaças que envolveriam a perda do acolhimento. O relato dos funcionários, no entanto, é que os usuários utilizam este dispositivo como um passe livre para descumprir as normas de convivência da Unidade. Agindo assim, muitos saem das Casas de Acolhida com o intuito de participarem de ações que reforçam a sua vulnerabilidade, como o envolvimento com a criminalidade, retornando logo em seguida, prática relatada por Soares (2012) em sua dissertação de mestrado.

No entanto, cabe ressaltar que na cultura brasileira de institucionalização a punição era frequentemente a única medida sócio-educativa (RIZZINI, 2011; RIZZINI e RIZZINI, 2004), o que faz com que novas formas de se relacionar com a infração das normas de convivência ainda sejam tímidas em seu desenvolvimento e aplicação. Os usuários também se encontram inseridos neste sistema de pensamento que configura à punição um lugar privilegiado. Tanto que utilizam termos como “bonzinho”, em um sentido pejorativo, para se referir aos gerentes que não se impõem por meio de ameaças e punições e dizem que se fosse com outros gerentes que passaram pela instituição anteriormente a “história” seria outra e a unidade estaria mais tranquila.

Nota-se que os usuários não apreendem, em sua totalidade, os avanços e conquistas de direitos obtidos. Muitos ainda pensam conforme a lógica punitiva, e criticam o trabalho dos funcionários que buscam um caminho de diálogo ao invés do viés punitivo.

5.1.2 Hibridação

A hibridação, como pontuado anteriormente, consiste em uma forma de proceder que é característica da subjetividade de fronteira (SANTOS, 2002). O subtópico anterior confere abertura para abordarmos essa noção na relação dos acolhidos com as leis que regem o acolhimento. A hibridação consiste em uma forma de tensionar os limites que são impostos, tornando-os vulneráveis, o que permite a ação sobre eles. Caracteriza-se por estar atrelada a vivências sempre comunitárias, nunca ao nível da experiência individual (SANTOS, 2002). As relações observadas dos acolhidos com os limites encontrados para a vida dentro de uma instituição foram permeadas por essa noção.

Os acolhidos conhecem certas especificidades do sistema de acolhimento e as utilizam tendo em vista a situação de vulnerabilidade que enfrentam. Fazem uso das informações que adquirem de forma a diminuir a sua exposição à vulnerabilidade. Ao delimitar o seu conceito tridimensional de vulnerabilidade, Ayres et al (2003) consideram como componente individual o grau e à qualidade da informação de que os indivíduos dispõem sobre um problema e a

capacidade de transformar essas informações em práticas protetoras. Fica evidente o grau baixo de informação que os jovens em situação de acolhimento institucional dispõem, pois, embora conheçam certos aspectos da funcionalidade do acolhimento institucional, esses saberes estão sempre descontextualizados. No entanto, fazem usos sociais dessas informações para construir práticas de proteção à situação de vulnerabilidade social.

Logo, as normas de convivência muitas vezes são tensionadas diariamente pelos acolhidos ao ponto de uma norma perder o seu valor de efeito no cotidiano da instituição. A proibição do uso do celular foi uma delas. Após muitas tentativas de pôr fim a tal utilização, tendo em vista que os acolhidos em grande parte se utilizavam do celular para solicitar drogas a traficantes ou para marcar encontros de prostituição, a utilização dos celulares passou a ser encarada com naturalidade, visto que se configura como uma prática comum da sociedade a aquisição deste tipo de aparelho.

O problema que se levanta é que a forma de aquisição de aparelhos celulares pelos acolhidos geralmente se dá por duas vias. Ou por meio de ato infracional de roubo ou furto, ou com dinheiro recebido por prática de prostituição. Presentes de familiares se encontram em menor número. Considerando que o celular entra na unidade, na maioria das vezes, sem nota fiscal, a instituição corre o risco de estar guardando um objeto advindo de uma prática infracional, por isso a resistência ao porte desse tipo de aparelho.

No entanto, as inúmeras atitudes dos usuários contra as medidas proibitivas aliadas aos argumentos utilizados tensionaram este limite. Em face da impressão de “impunidade” que circunda o ambiente institucional, muitos usuários utilizam esta impressão para praticar certos atos que sabem não produzir a medida de reclusão. Ao mesmo tempo, tal procedimento funciona como forma de fazer com que a equipe aceite suas necessidades. As ações voltadas para causar dano ao patrimônio público são, também, frequentemente utilizadas para fazer com que certos limites sejam abrandados.

Essa lógica de enfrentamento à norma está presente no ato de conceder alimentos da instituição a pessoas que se encontram fora dela, geralmente pessoas que fazem a intermediação entre os usuários e as drogas que as instituições lutam para que não entrem nas Casas de Acolhida. Eles tensionam essa proibição utilizando argumentos interessantes, aludindo a: necessidade de alimentação (“vai negar comida é?”); a proveniência dos alimentos (“a comida

nem é de vocês, é do governo!”); e a asserção que outros plantões permitem tal ação (“o plantão de ontem é limpeza, só o de hoje que fica com essa frescura”).

Na maioria das vezes pudemos observar que os usuários logravam êxito com suas formas de tensionar os limites colocados pela instituição, e faziam isso de forma comunitária. Estava presente um modo de agir institucionalizado e disseminado entre eles. Quando um deles esbarrava em um limite definido, os outros incitavam dizendo que ele deveria “perturbar” de uma forma específica para alcançar um objetivo que eles julgavam justo. A “perturbação” era socializada como a reação natural à colocação de limites que os acolhidos julgavam impróprios, que aludiam à outra moral que não a deles, tal como o uso de drogas lícitas e ilícitas, a doação de alimentos para ex-companheiros que estavam na rua, a posse de celular e outros itens obtidos por meio de atos infracionais, e a prática da prostituição e de outros trabalhos considerados ilegais, como ser flanelinha durante shows, que implicavam um retorno tardio dos acolhidos às instituições.

Quando estas regras não podem ser negociadas pelas instituições, em face do risco e da vulnerabilidade que impõem sobre os acolhidos, eles lançam mão de seu conhecimento do sistema de acolhimento para novamente tensionar esses limites. As evasões são constantes a cada vez que um limite definitivo é imposto. E, normalmente, são seguidas pelo retorno do usuário evadido, por via do Conselho Tutelar, com ordem judicial que não pode ser negada. Dessa forma, os usuários fazem valer seus modos de vida se utilizando dos dispositivos de que dispõem.

Um exemplo ilustrativo desta postura é o jovem que criou a imagem de um irmão gêmeo para escapar de certas retaliações em sua comunidade e em abrigos anteriores. A construção de seu irmão, acompanhada de uma encenação de um temperamento e de um modo de falar diferente do seu denota como os jovens em situação de vulnerabilidade têm utilizado a criatividade para enfrentar estas situações tensionando os limites impostos pelas instâncias a que têm acesso. Outro caso, relatado como comum pelos funcionários das Unidades, é a utilização de nomes e endereços falsos para ingressar em instituições de acolhimento para fugir de ameaças de morte ou se restabelecer de danos ocasionados pela situação de rua. São maneiras encontradas por esses jovens para se proteger de certas situações, maneiras que não são encenadas ao nível individual, mas que se encontram no bojo de relações sociais complexas entre jovens em situação de vulnerabilidade social e as instâncias de acolhimento institucional da cidade de Recife.

5.1.3 Relações dos acolhidos com a instituição

As relações que os acolhidos mantêm com as unidades de acolhimento se apresentam de forma complexa e permeada de sentidos diversos. A Casa de Acolhimento é local de segurança, de provisão para as necessidades que eles apresentam, e também é um lugar permeado de insegurança, onde aquele que acolhe é percebido também como aquele que se opõe aos modos de vida dos acolhidos.

Tal choque moral entre a maioria dos funcionários e os modos de vida apresentados pelos acolhidos gera esse relacionamento dúbio entre equipe de trabalho e acolhidos. Por um lado, os acolhidos sabem que podem solicitar ajuda para certas situações que não conseguem resolver por si sós. Por outro lado, existem questões que devem permanecer em silêncio, questões “marginais” que a equipe não vai entender da forma como eles entendem. Por isso, o educador social, que é o funcionário que talvez esteja mais próximo do universo dos acolhidos, é tratado tanto como aquele que fornece ajuda, que “é limpeza”, quanto àquele que atrapalha seus modos de vida, “que embaça”. Os usos das gírias “limpeza” e “embaça” ilustram essa relação contraditória, permeada de prós e contras, de potencialidades e limitações.

O mesmo educador que é responsável pelos encaminhamentos ao sistema de saúde, ajuda nas necessidades dos acolhidos, é aquele que impõe limites institucionais que não se encaixam com os modos de vida produzidos pelos jovens em suas situações de vulnerabilidade. Assim, não constitui grande estranhamento a coexistência de relações de amizade e afeto em um dado momento com relações de enfrentamento e até de agressão em outros. O educador social é aquele que pode saber de algumas coisas referentes a vida cotidiana dos acolhidos, mas apenas de informações restritas, pois, se obtiver acesso a muitas informações ele pode “embaçar”, como diz a gíria. É uma relação que “é, mas não é”, para aludir a uma frase de uma entrevistada que define o abrigo como um lugar “que é, mas não é”.

Paralelamente a essa relação de ambiguidade, “que é, mas não é”, a instituição também é vista como esse lugar de indefinições. Considerando este ponto talvez se possa chegar a construção de uma explicação para o relacionamento contraditório de depredar o lugar de acolhida. É notório que quando os funcionários procuram intervir dizendo que os usuários estão destruindo aquilo que lhes pertence, os acolhidos retrucam com a assertiva de que “o abrigo é do governo”. Dessa maneira, a instituição não pertence a eles, tampouco pertence aos funcionários com quem se relacionam, pertence a uma instituição distante, afastada de suas vidas cotidianas.

Essa falta de um algo ou alguém a quem pertencer, necessidade esta que embora não seja universal é vivenciada em larga escala pelas sociedades capitalistas (KOURY, 2010) parece justificar a posse de certos objetos tidos como seus. Daí os conflitos exacerbados entre usuários por causa de certos objetos que podem ser repostos sem muita dificuldade, como sabonetes e escovas de dente. A instituição parece não construir uma relação de confiabilidade com seus acolhidos, fato que inviabiliza a ação de conceber ou conceder confiança (KOURY, 2010).

Tais conflitos parecem estar a serviço de uma afirmação de um espaço próprio por parte dos usuários, impedindo que outros busquem retirá-lo deles. A partir deste enfoque, vimos que a disputa por uma cama, ou um lugar no beliche, adquire um significado mais profundo no âmbito de relações em um espaço que está em constante disputa e que não lhes pertence.

5.1.4 Dificuldades de trabalho para os funcionários

O fato de estarem inseridos nesta relação complexa com os acolhidos gera uma série de dificuldades e tensões no trabalho dos funcionários. As queixas são frequentes, principalmente entre os educadores sociais. A maioria das queixas se refere à dificuldade de se estabelecer um roteiro de atuação. Os educadores relatam não saber como agir para resolver certas situações de conflito. Também não sabem como reagir aos dispositivos que os acolhidos lançam mão para tensionar os limites impostos pela instituição. É evidente a tensão concernente à discrepância entre o trabalho real e o trabalho prescrito. Quando esta tensão não é solucionada pela criatividade dos funcionários, ou estes não dispõem de meios efetivos de saná-la, o nível de produção dificilmente se manterá (SANTOS, 2012).

Em face disso, muitos educadores sociais apresentam falta de estímulo quanto ao seu exercício profissional, utilizando metáforas como “enxugar gelo” para caracterizar o exercício de suas funções. Contudo, essa percepção do trabalho como “enxugar gelo” se ancora, por vezes, na busca de um ideal de modificar os modos de vida dos acolhidos. Mais uma vez retornamos aos choques envolvendo a moral dos funcionários e a moral dos acolhidos.

Os acolhidos, por sua vez, demonstram conhecimento da dificuldade do trabalho dos educadores sociais. Quando um gerente me apresenta como psicólogo que vai passar uns dias na Casa de Acolhida e um dos usuários interpreta como se eu fosse um funcionário do IASC, ele afirma categoricamente “só uns dias mesmo”, em tom de ironia, querendo enfatizar que o trabalho naquela unidade não seria nada fácil.

Toda essa tensão entre o resultado que os educadores acham que deveriam conseguir e o que eles realmente conseguem se alia às dificuldades advindas dos envolvimento dos acolhidos com pessoas que traficam drogas ilícitas. A presença dessas pessoas rondando as unidades gera insegurança na equipe profissional. O desgaste às vezes é tanto que gera cansaço na equipe que, por vezes, apresenta certo sentimento de impotência face às situações que demandam uma maior criatividade para serem sanadas. Isso facilita uma rotatividade maior de funcionários na instituição. Contudo, esse desgaste só foi apresentado quando as unidades operavam próximas à sua capacidade máxima, evidenciando sobrecarga nos funcionários. Quando as unidades apresentavam um baixo ou médio número de acolhidos a rotina das unidades transcorria com mais tranquilidade.

5.2 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS ACERCA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA IMPRENSA PERNAMBUCANA

O objetivo desta etapa de pesquisa foi verificar como a imprensa pernambucana trata a temática do acolhimento institucional de adolescentes-jovens após a regulamentação da Lei n. 12.010/2009. Para alcançar esse objetivo foi realizada uma análise documental nos bancos de dados on-line nos três jornais de maior circulação na cidade de Recife, a saber, os jornais Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Comércio⁷.

A justificativa para esta etapa reside no fato de considerarmos o papel fundamental da mídia na construção e reconstrução das RS. Assim sendo, a análise de notícias fornece dados importantes acerca de como estão sendo consolidadas as CAT's no momento histórico pós-judicialização, no qual se inserem os jovens participantes da pesquisa. Optou-se por utilizar como critério para seleção das notícias o fato de terem sido publicadas a partir do ano 2009, ano em que a Lei n. 12.010/2009 entrou em vigor, até os dias atuais da pesquisa, considerando todos os dias da semana. As notícias também deveriam versar sobre o cotidiano das instituições privilegiando acontecimentos relacionados aos jovens em situação de acolhimento.

O levantamento das notícias foi realizado pela busca a partir de dois indicadores específicos em cada base de banco de dados dos jornais citados anteriormente. Foram utilizadas as frases “abrigo para adolescentes” e “acolhimento institucional”, em cada base de dados, e

⁷ Aqui elencados em ordem alfabética.

obtemos o quantitativo de 36 notícias distribuídas entre os jornais. Apenas uma notícia foi encontrada na base de dados da Folha de Pernambuco, enquanto que no Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio encontramos vinte e cinco e dez notícias, respectivamente.

Após uma análise posterior das notícias levantadas o quantitativo delas que atendia aos critérios de seleção foi reduzido para vinte e uma notícias, sendo uma referente ao jornal Folha de Pernambuco, treze referentes ao Diário de Pernambuco e sete referentes ao Jornal do Comércio. Finalizada a seleção do material a ser utilizado na pesquisa, passou-se à análise do mesmo utilizando como referência a Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 2011), buscando categorizar os temas mais frequentes noticiados pela imprensa pernambucana no que se refere a temática do acolhimento insitucional de juventudes pobres. Após uma análise flutuante foram elencadas três categorias presentes no discurso jornalístico acerca da temática, a saber: *Violência; as famílias pobres e o acolhimento institucional; e, instâncias de acompanhamento à juventude institucionalizada.*

5.2.1 Violência

Das vinte notícias selecionadas vimos que nove faziam alusão à temática da violência. Percebe-se que, sobre agenciamentos diversos, a situação de conflitos se faz presente nos textos jornalísticos como algo que permeia tanto a situação de afastamento do convívio familiar, quanto o subsequente acolhimento institucional de crianças e jovens. Em relação à população que se encontra em situação de rua os textos selecionados revelaram uma crescente denúncia de atos de recolhimento forçado e agressivo das pessoas aos abrigos e instituições de acolhimento.

As notícias relataram opiniões críticas às operações de recolhimento forçado apontando que, frequentemente, são constatados “casos graves de uso excessivo de força” (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/12/2011) e formas de recolhimento que desrespeitam os direitos das pessoas que estão em situação de rua. Os porta-vozes dessas críticas geralmente são organizadores de ONGs que desenvolvem e defendem estratégias de acolhimento que não firam a dignidade de crianças e adolescentes e se pautem no convencimento argumentativo destes, para participar em programas de acolhimento institucionais.

As críticas apresentadas nos textos relacionados são direcionadas ao Brasil como um todo, relatando que várias cidades tem utilizados meios forçados de acolhimento. Encontra-se

uma crítica latente à maneira como os aparelhos sócioassistenciais do Estado brasileiro vêm atuando nas suas políticas de acolhimento e é apresentada a sugestão de que as iniciativas interventivas da sociedade civil apresentam uma alternativa viável à um possível despreparo das instituições públicas.

Conferimos que foi dado certo destaque aos conflitos e às práticas de violência que têm sido vivenciados pelos usuários dentro das instituições de acolhimento. No entanto, tal destaque se centrou apenas nos danos que são causados ao patrimônio público e, as causas da violência geralmente são deixadas de lado ou depositadas sob a responsabilidade dos jovens acolhidos sem um maior aprofundamento.

Os conflitos são relatados, ora como ocasionados por disputas entre os jovens acolhidos, e ora, provocado tensões envolvendo os funcionários da instituição, geralmente os educadores sociais, e os usuários da mesma. No entanto, os relatos que se tornaram fatos jornalísticos foram aqueles cuja situação de conflito evoluiu a ponto de gerar grave dano ao patrimônio público, como os casos de depredação e/ou incêndio das Casas de Acolhida. Como por exemplo, a manchete “confusão em abrigo da prefeitura” (JORNAL DO COMÉRCIO, 26/07/2012) noticia que “houve uma confusão e um incêndio atingiu o imóvel” e posteriormente assinala que “duas adolescentes de 16 e 18 anos iniciaram o tumulto expulsando os funcionários com pedaços de madeira arrancados da escada”.

Em todas as ocorrências contidas nas notícias pesquisadas se encontra um mesmo modo de operação. Os jovens quebram camas, queimam colchões e utilizam pedaços de madeira e pedras para ameaçar os funcionários das instituições. Enquanto que, em uma notícias pedaços de madeira foram arrancados da escada (JORNAL DO COMÉRCIO, 26/07/2012), na outra os usuários quebraram camas e partes do teto para conseguir pedaços de madeira e iniciar um tumulto (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/04/2011). Mesmo nos casos em que o conflito se origina entre os jovens acolhidos, as notícias apontam que os funcionários foram alvo de ameaças.

Os conflitos apontados pelas notícias apontam para questões envolvendo choques entre a moralidade da equipe de funcionários e os usuários das Casas de Acolhida, como em um caso que ilustra que uma confusão teria se originado quando da intervenção de educadores sociais que teriam frustrado, durante a noite, a tentativa de alguns jovens de praticarem sexo em um dos

quartos da instituição (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/04/2011). O ato foi classificado pela imprensa como uma orgia que teria sido orquestrada pelos usuários da instituição. Não há uma discussão acerca dos modos de vivência da sexualidade entre esses jovens em uma situação de acolhimento institucional e, ao contrário, suas práticas geralmente são classificadas por termos moralmente deploráveis.

Nesta notícia, como também nas outras que se referem a estes assuntos, nenhum jovem usuário foi ouvido ou teve sua versão contada. A história do ocorrido sempre é relatada, nos textos, por alguém ligado a equipe de trabalho da instituição ou pela equipe policial que interviu na situação. Dessa forma, a mídia coopera com a construção simbólica de que os problemas existentes nas unidades de acolhimento institucional advém da moral dos acolhidos, que, por ser “marginal”, ocasiona toda sorte de entraves ao bom funcionamento das instituições.

Percebe-se que as histórias referendadas pelos adultos são consideradas pelas notícias como a versão verdadeira do ocorrido. Não houve espaço para se levantar a visão dos jovens envolvidos. Em um dos casos, quando os funcionários não souberam explicar o motivo da confusão, o mesmo não foi enunciado na notícia. Nota-se que o jovem em situação de acolhimento é privado, nos textos pesquisados, da sua capacidade de defesa quando se trata do seu envolvimento em situações de conflito. Embora a aplicação da medida protetiva do acolhimento institucional decorra de situações de vulnerabilidade diversas, a análise dos textos jornalísticos nos revelou também que a situação de violência doméstica alcançou notável proeminência entre os fatos jornalísticos que foram divulgados.

É emblemática a transcrição da fala de uma coordenadora de serviços de acolhimento que afirma: “os casos que chegam para nós são de abuso sexual, de criança negligenciada e abandonada e de criança queimada e espancada” (JORNAL DO COMÉRCIO, 28/12/2012). A violência é tratada como a principal causa do afastamento do convívio familiar de crianças e jovens que se encontram em situação de rua ou de acolhimento.

No entanto, se mostra presente nas notícias a colocação do Estado como co-responsável ou como gerador das situações de violência doméstica. Em uma das notícias foi dado destaque a afirmação de uma funcionária de uma ONG que aponta que “a violência doméstica é gerada por uma ineficiência do Estado” (JORNAL DO COMÉRCIO, 28/12/2012), aludindo a falta de uma

rede de atendimento que contemplasse as necessidades das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Em outra fala o Estado é apontado como desconhecedor dos problemas cotidianos das famílias que praticam violência (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/07/2012).

De certo modo as ações por parte de alguns familiares que violentam ou omitem a violência direcionada à crianças e jovens são justificadas pela precariedade das ações dos aparelhos de assistência social do Estado brasileiro. Logo, a prática da violência doméstica é ancorada numa série de desigualdades sociais que tornam a família vulnerável. Mesmo quando se trata de casos envolvendo questões de violência sexual a situação de pobreza é apontada como justificativa tanto para a família que violenta quanto para a família que omite. Como apontado por uma funcionária de uma ONG: “Essas famílias têm essa dificuldade financeira e isso acaba gerando outros tipos de violência. A questão financeira é geradora das demais violências. O Estado precisa olhar para essas questões”.

Também foi dado destaque ao crescimento do número de denúncias envolvendo a violência doméstica, fazendo-se o uso de manchetes que visam alarmar o público para estas situações, tais como “Todos os dias, cerca de 360 crianças e adolescentes são vítimas de violência no país” (JORNAL DO COMÉRCIO, 28/12/2012). Tal fato apareceu colocado nas notícias analisadas como uma maior apropriação dos veículos de denúncia que são disponibilizados pelos sistemas jurídicos e policiais. Esta apropriação se daria por uma diminuição da convivência e da omissão das pessoas em relação aos casos de violência praticados. No entanto, as notícias não referendam o motivo para a diminuição dos fatores apontados como responsáveis pelo aumento do número de denúncias.

Quando o assunto é a violência doméstica, notou-se que foi dado aos jovens o poder de contar a sua história, como narra o adolescente Lucas⁸: “se eu não lavasse a louça, eles (a mãe e um cunhado) me batiam. Aí eu fugi de casa e esse foi um dos motivos que me levaram ao abrigo” (JORNAL DO COMÉRCIO, 28/12/2012). No entanto, o poder de narrar a sua história foi sempre referendado por algum órgão público, como o Conselho Tutelar ou o Ministério Público, que, geralmente, agenciam as vozes desses jovens.

⁸ Nome fictício

As notícias referentes às denúncias de maus tratos em instituições públicas também foram constantes entre os fatos noticiados. Semelhantemente à violência doméstica, tais denúncias, quando noticiadas, apareceram referendadas por algum órgão do Poder Público que agencia as queixas dos jovens em situação de vulnerabilidade. Quando um destes órgãos não se faz presente por meio de denúncias referentes às instituições, os jovens não são ouvidos, como no caso relatado anteriormente da confusão envolvendo duas usuárias (JORNAL DO COMÉRCIO, 26/07/2012). Neste caso a notícia não apresentou nem ao menos uma hipótese como justificativa da disputa entre as acolhidas.

Os atos de violência praticados contra os acolhidos presentes nas notícias selecionadas são apresentados como retaliações de alguns funcionários contra comportamentos infracionais daqueles. Em um dos casos noticiados sete adolescentes relataram ter sido agredidos por via de um aparelho que dispara choques elétricos, ocorrência ocasionada após o celular de uma psicóloga da unidade ter sido roubado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/05/2013). Um dos adolescentes, que teria recebido um choque nas nádegas afirmou que “a agressão ocorreu após o celular de uma psicóloga ter sido furtado dentro da unidade”.

Percebe-se, nesta notícia que a falta de mecanismos sócio-educativos, por parte de alguns funcionários, para lidar com situações de conflito ocasionou uma grave violação dos direitos de alguns jovens acolhidos. Nota-se também a presença marcante da violência como um método para “ensinar” o comportamento considerado adequado às juventudes pobres, algo que remonta ao passado cultural do Brasil, no qual os escravos e criminosos sofriam severas punições físicas ao praticarem atos em desacordo com a moral vigente naquela época. Mesmo após um longo desenvolvimento das teorias acerca da sócio-educação ainda se identifica esse ranço punitivo na defesa de que as populações pobres poderiam ser tratadas com sanções violentas.

Concluimos que a mídia impressa pernambucana empresta certo sentido às unidades de acolhimento como ambientes permeados pela violência, onde os conflitos emergem constantemente, principalmente devido ao comportamento moral dos acolhidos e de suas famílias pobres. Embora ocorra certa responsabilização do Estado, esta encerra em si um sentido de que as famílias pobres não possuíam a capacidade de educar seus próprios filhos, demandando uma intervenção maior do Estado.

5.2.2 As famílias pobres e o acolhimento institucional

As causas das situações de abandono e de violência doméstica são expostas como em um themata, no qual as famílias pobres representariam o mal, a incapacidade, enquanto o Estado brasileiro seria o detentor do bem, o órgão que detém todas as premissas para conduzir os pobres ao “caminho certo”, à moral “correta”. De acordo com De Oliveira e Amâncio (2006) os themata “são ideias centrais a partir das quais criamos representações, por via de um passado histórico, que constantemente re-emerge nas transformações das representações sociais (p.604-605). A mídia impressa pernambucana utiliza o thema da incapacidade de criar os filhos, associada historicamente às famílias pobres, opondo-a a ideia de que as instituições de acolhimento poderiam fornecer uma boa educação-formação para esses jovens, legitimando com essas ideias de beml *versus* mal o seu discurso em relação ao acolhimento institucional.

As notícias evidenciam que as famílias dos usuários dos serviços de acolhimento institucional são, em geral, famílias pobres. As dificuldades financeiras foram elencadas como o principal problema a ser enfrentado e gerador de outras situações de vulnerabilidade. A fala de uma diretora técnica de uma instituição de acolhimento é emblemática desta relação entre situação de pobreza e outras formas de vulnerabilidade: “A questão financeira é geradora das demais violências. Já tivemos relatos de mães que tiveram seus filhos acolhidos por conta da questão financeira e que acabaram agredindo o filho porque ele pediu comida” (JORNAL DO COMÉRCIO, 28/12/2012).

A pobreza é dimensionada pela mídia jornalística como uma situação que impede a prática da criação e da educação dos filhos. Tal fato se evidencia melhor em uma notícia que abordou a questão do acolhimento devido à situação de pobreza, o que não se enquadra nos motivos para acolhimento elencados na lei n. 12.010/2009. Citando o trabalho de uma magistrada que interpreta ser legítimo aos pais deixarem seus filhos em instituições, a notícia traz o seguinte destaque:

a magistrada passou pela experiência na infância. Seis de seus dez irmãos estiveram em abrigos. “Foi isso que permitiu minha família estudar. E nenhum dos meus irmãos teve problemas. Eles trabalham em empresas sérias como a Vale e a Petrobras” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 05/07/2012).

Se evidencia nesta compreensão que as instituições de acolhimento se apresentariam como alternativas viáveis para a educação e o desenvolvimento saudável dos filhos das famílias pobres, as quais não possuiriam condições financeiras de sustentá-los. A instituição seria esse lugar que garantiria alimentação de qualidade e educação necessária para se “vencer na vida”. Dessa forma, se veicula uma imagem negativa das famílias pobres, considerando-as incapazes de prover as necessidades de seus filhos, principalmente as educacionais. Essa concepção é referendada na fala de uma das mães que alega ter deixado o filho em um abrigo para que ele pudesse ter um futuro melhor enquanto ela trabalhava como empregada doméstica morando na casa de seus empregadores:

Foi muito difícil, chorei muito no início, mas hoje vejo que ele está bem. Eu voltaria para casa todos os dias se tivesse uma instituição dessas por lá, mas (nome da cidade) não oferece creche de qualidade. Meu sonho é ser mãe, dona de casa e trabalhadora ao mesmo tempo (DIÁRIO DE PERNA, BUCO, 05/07/2012).

As famílias pobres também foram evidenciadas como praticantes de violência. Embora, como foi dito anteriormente, o Estado apareça nas notícias como co-responsável pela prática de violência das famílias em situação de vulnerabilidade, a constatação foi de que nas famílias pobres se pratica violência doméstica de forma constante. Tal sentido emprestado às famílias pobres contribui para referendar a construção de um saber que categoriza estas famílias como incapazes de educar seus filhos, conforme apontam os estudos de Negromonte (2010) e Ribeiro (2012).

A imagem de família que se apresenta nessas notícias veiculadas pelos jornais é de que quando a família não é a praticante do ato de violência, ela se omite de sua responsabilidade de proteção, colocando seus filhos em situações de vulnerabilidade. Difunde-se, assim, a ideia de que a família pobre é incapaz de gerir seus filhos e, do mesmo modo, se omite por ser incapaz de protegê-los. O aumento do índice de uso de álcool e outras drogas entre as famílias pobres é outro fator utilizado para referendar a incapacidade de criar seus filhos. Uma das notícias aponta esta razão como justificativa do crescimento do aumento do número de casos de violência doméstica entre as famílias pobres.

A situação social da família pobre a caracteriza, no discurso das notícias selecionadas, como não portadora dos elementos morais necessários para acolher, cuidar e educar crianças e

jovens. Rizzini e Rizzini (2004) expõem como para instituir a lógica de proteção da infância e da sociedade, no século XIX, o Estado brasileiro se ancorou na incapacidade moral das famílias pobres educarem seus filhos. Dessa forma, constrói-se a ideia de que a moral dos pobres não se caracterizaria pelos hábitos e padrões necessários para moldar um desenvolvimento sadio de crianças e jovens (SARTI, 1995b). O aumento do número de casos envolvendo violência doméstica seria então ocasionado pela situação destas famílias, que, conforme notícia divulgada: “precisariam de assistência técnica, social e psicológica” (JORNAL DO COMÉRCIO, 28/12/2012).

No entanto, não há menção nas notícias selecionadas aos programas sociais que forneceriam esse suporte. Ao invés disso, as instituições são colocadas como alternativas viáveis de desenvolvimento, lugares onde as famílias podem ser tratadas e treinadas para receber de volta e cuidar de seus filhos.

5.2.3 Instâncias de acompanhamento à juventude institucionalizada

As instâncias de acompanhamento aos jovens acolhidos receberam notável destaque na produção jornalística acerca do acolhimento institucional, após a promulgação da Lei n. 12.010/2009. Das vinte notícias selecionadas doze faziam referência direta às instâncias, tais como Conselho Tutelar, Ministério Público e as Varas da Infância e da Juventude.

Como uma das consequências da judicialização do acolhimento institucional vimos que houve a perda da autonomia conquistada pelas instituições de acolhimento em prol de um controle mais rígido das instâncias judiciárias. Logo, não é de se estranhar que tais instâncias comecem a aparecer mais no cenário midiático quando o assunto é o acolhimento institucional. Uma melhor compreensão desse tópico nos aponta que a mídia estrutura a atuação do Estado frente aos processos de acolhimento institucional em um *themata* estruturado entre o operante e o inoperante, no qual, a Assistência Social constitui o lado negativo, aquilo que é inoperante, enquanto o Poder Judiciário atua como o positivo, sendo arrancado simbolicamente do Estado, alvo de críticas severas pela mídia impressa.

Mazzotti (2002) aponta que os *themata* atuam em pares antitéticos organizando discursos e produzindo linhas de argumentação comum. Opondo o *thema* da inoperância dos aparatos da assistência social do Estado ao *thema* da operância do Poder Judiciário, a mídia

imprensa pernambucana descaracteriza a efetividade das políticas sociais concedendo méritos às instâncias jurídicas no que concerne a educação moral dos filhos das famílias pobres. Em notícia citada anteriormente, na qual o Ministério Público investigou denúncias de maus tratos, através de choque elétrico, foi dado destaque a seguinte afirmação de um promotor: “Como um aparelho, que pode ser daqueles vendidos clandestinamente, vai parar nas mãos de supostos educadores? Em uma unidade para educar, o que esperar desses jovens que são tratados dessa forma?” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/05/2013).

A notícia destaca a ineficácia do serviço público e seus servidores no cumprimento da meta para o qual teria sido designado, ou seja, educar. O modo de atuar de alguns funcionários da instituição, chamados de “supostos educadores” é colocado em contraste com o objetivo da instituição. Ao descaracterizar esses funcionários, já que, declarar que eles seriam supostos educadores equivale a indicar que eles não o são, da mesma maneira também se descaracteriza a ação sócioassistencial da instituição quando se pergunta “Em uma unidade para educar, o que esperar desses jovens que são tratados dessa forma?” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16/05/2013). Assim como os funcionários seriam “supostos educadores” o lugar físico seria também uma suposta instituição de acolhimento, ou seja, uma instituição que não cumpre o seu papel político e social, cuja ineficiência está estampada nos modos de agir de seus funcionários.

Outro ponto criticado nas notícias é a falta de instituições de acolhimento em cidades distantes da região metropolitana e nas cidades do interior de seus respectivos Estados. A falta dessas instalações que são de responsabilidade dos municípios foram relatadas como uma grave falha na proteção a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As notícias, no entanto, não citam as dificuldades desses municípios para viabilizar serviços de acolhimento de qualidade. Não é colocado em evidência que após a municipalização dos serviços de acolhimento institucional muitos têm encontrado diversas dificuldades para conduzir as instituições devido à falta de estrutura e de dotação financeira (BAZÍLIO, 2006).

Outra questão que foi alvo constante de críticas é a existência de muitos casos de adolescentes abrigados sem a devida guia de autorização judicial. Segundo uma juíza federal “se o juiz sequer sabe da presença da criança em um abrigo, fica impossível regularizar a situação. E, infelizmente temos aí um grupo de crianças que está no limbo” (JORNAL DO COMÉRCIO, 08/08/2013).

O discurso da juíza evidencia a lógica da judicialização, segundo a qual, a figura do juiz retoma um caráter central. Sem ela a situação fica impossível de se regularizar. Sem o conhecimento do juiz, nessa linha de pensamento, a reintegração familiar de jovens acolhidos dificilmente se realizaria. E, ao exaltar a centralidade do judiciário no funcionamento adequado do acolhimento institucional se pontua a deficiência do Estado, quando a mesma juíza afirma ainda sobre a mesma situação: “Verificamos aqui que as instituições não estão adequadas. Logo, temos que reconhecer a falha do Estado. E o próprio avanço da presença (participação) de adolescentes em atos infracionais tem muito a ver com as falhas do Estado” (JORNAL DO COMÉRCIO, 08/08/2013).

As crítica aos aparelhos de assistência social do Estado vêm acompanhadas ao mesmo tempo da exaltação aos serviços do Poder Judiciário após a promulgação da Lei n. 12.010/2009. A mesma tem sua eficiência posta em destaque por um promotor que conecta a queda de 20% nos acolhimentos com duração superior a dois anos ao monitoramento efetuado pelo Ministério Público.

“A lei trouxe parâmetros objetivos para o tempo do acolhimento. Então, agora o tempo máximo para a permanência de acolhimento institucional de uma criança ou adolescente é de dois anos e também a lei prevê a obrigação de reavaliação das medidas de acolhimento a cada seis meses. Então tudo isso, aliado à maturidade da rede, à transparência com que a gente vem trabalhando no estado, trazem esse cenário positivo favorável a mais integrações, mais desligamentos das instituições com qualidade nesse trabalho” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/08/2009).

Observou-se, então, que o promotor delega o mérito da diminuição dos acolhimentos de longa duração à uma exigência da lei esquecendo-se de citar, no entanto, que a referida lei permite a concessão de mais tempo para o acolhimento caso se comprove essa necessidade perante o judiciário (BRASIL, 2009; FIGUEIRÊDO, 2009).

Segundo a lógica do promotor, o simples fato da lei coibir acolhimentos que durem mais de dois anos, aliado ao monitoramento do Ministério Público, foram medidas suficientes para gerar um maior número de desligamentos e reintegrações familiares. Ao fazer tal constatação, esqueceu-se que, com o auxílio dos programas de redistribuição de renda do governo brasileiro, expandidos durante a promulgação da referida lei, muitas famílias que não possuíam condição

financeira de criar seus filhos passaram a reavê-las, favorecendo um maior número de retornos familiares entre os usuários de acolhimento institucional (CAMPELO e NERI, 2013).

O discurso que delega ao trabalho e monitoramento do judiciário uma melhora no serviço de acolhimento deixa transparecer uma crítica aos modos de trabalho dos funcionários das instituições públicas, que precisariam de um controle mais rígido para cumprir o seu trabalho em tempo hábil, isto é, em até dois anos. Alia-se a isso o fato de que a “maturidade da rede” se refere as instâncias de acompanhamento dos serviços de acolhimento, não se fazendo qualquer menção aos trabalhos desenvolvidos nas instituições.

Ainda dentre as notícias selecionadas, evidenciamos uma preocupação com o acolhimento institucional enquanto política pública e suas intercambialções com as intervenções da sociedade civil. Esta temática, presente em cinco notícias, é mais uma evidência do já referido *themata*, que coloca as propostas de atuação do Estado em um pólo negativo, e, as ações da sociedade civil em um oposto positivo.

Vimos que houve considerável destaque dado às manifestações e programas desenvolvidas por ONGs que trabalham as temáticas da situação de rua e do acolhimento institucional de crianças e jovens. Tais manifestações emergiram atreladas às lutas para a garantia dos direitos de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Um exemplo é um protesto contra a truculência de algumas políticas de acolhimento forçado. “O protesto teve o objetivo de conscientizar gestores públicos e a população sobre a violação dos direitos das pessoas alvos dessas ações” (JORNAL DO COMÉRCIO, 09/12/2011).

A justificativa para a realização desses movimentos se assenta na constatação de que é necessário um melhor aparelhamento do Estado, conforme pontuado por uma notícia que destaca: “os abrigos, para atender crianças e adolescentes precisam ser adaptados para cumprirem o papel de cuidar e proteger os direitos desse público”.

A crítica aos aparelhos sócioassistenciais do Estado se apresentou acompanhada e coexistindo com a apresentação de iniciativas relatadas como positivas e realizadas por intervenções da sociedade civil. O destaque foi para os programas que “tem o objetivo de criar laços afetivos entre pessoas que estão em casas de acolhimento e a sociedade civil” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22/12/2012). Assim, esses programas conseguiriam efetivar uma função que as

casas de acolhida apresentam dificuldades em cumprir, qual seja, garantir a participação de seus usuários na vida da comunidade em que estão inseridos.

Esses programas que se apresentam como programas de apadrinhamento foram elencados como de grande importância afetiva na vida dos usuários de instituições de acolhimento em Recife, considerando que o padrinho exerce uma função de referência e de apoio ao desenvolvimento dos jovens em situação de acolhimento.

5.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS QUALITATIVAS

O objetivo desta etapa da pesquisa foi mapear os sentidos construídos pelos jovens usuários das Casas de Acolhida acerca das suas experiências de acolhimento, buscando encontrar as representações e interpretações que os jovens conferiam a sua experiência por meio da entrevista qualitativa. Aludindo a uma das propostas de análise elencadas por Bauer e Jovchelovitch (2010) optamos por analisar as entrevistas por meio da análise de conteúdo temática de acordo com Bardin (2011). Para tanto, procedemos com a construção de um referencial de codificação, criando um sistema de categorização para cada entrevista, que posteriormente foram ordenados em um sistema de categorização geral para todas as doze entrevistas.

Buscando construir um sistema de categorização utilizando como referência a Análise de Conteúdo Temática (BARDIN, 2011), elencamos quatro categorias de análise que se apresentaram como centrais ao longo das entrevistas. São elas: *saída de casa; vida na instituição; futuro; e mobilidade social*.

5.3.1 Saída de casa

Durante as entrevistas a chegada à instituição se apresentou como um tópico importante para a estruturação das relações entre os jovens acolhidos e a instituição. Dentre os doze entrevistados dez relataram problemas envolvendo choques morais entre seus modos de vida e os modos de vida de suas famílias como principal motivo para sua saída de casa. Por vezes, essas disputas morais culminaram em violência familiar. Ferreira (2002) aponta a violência como um fenômeno, presente nas relações sociais e interpessoais de indivíduos em uma sociedade, que sugere uma relação de hierarquia na ordem cultural desta mesma sociedade, podendo ser

encontrada em todas as camadas sociais vigentes. Por tal motivo, o conhecimento acerca desse fenômeno, que foi aceito e idealizado como natural ao longo dos anos ainda se apresenta de forma escassa (REICHENHEIM e HASSELMANN,1999).

A violência só passa a ser questionada no Brasil a partir da década de 1970, quando a violência passou a ser uma das principais causas de morbi-mortalidade no Brasil (MINAYO e SOUZA, 1998). Antes disso, como pontua Sarti (2007), no âmbito familiar era comum a utilização da hierarquia produzida pela cultura para configurar a construção da violência doméstica como uma espécie de instrumento educacional.

Oliveira (2010) fornece a seguinte síntese conceitual da violência doméstica:

pode-se afirmar que a violência doméstica versa sobre uma transgressão do domínio disciplinador do adulto com relação a uma criança e/ou adolescente. Trata-se de uma distinção de poder intergeracional que atua na negação do valor da liberdade, pois exige uma cumplicidade entre adulto e criança através de um pacto de silêncio. Nesse tipo de ação, há um processo de vitimização na qual se suprime a vontade e o desejo da criança ou do adolescente (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Encontramos nas entrevistas produzidas resistências a esse domínio disciplinador do adulto por via da violência doméstica, configurando uma ruptura deste pacto com a posterior quebra de silêncio e a assunção do desejo dos jovens. Felipe⁹, ao iniciar sua história conta que sua mãe agredia a ele e seus irmãos devido a problemas mentais. Ele coloca a sua decisão de sair de casa nos seguintes termos: “E minha mãe sempre me batia. Eu ia apanhando, apanhando e depois dizia: um dia eu vou fugir” (FELIPE, 16 anos). Um dia, prossegue Felipe, ele se rebela contra a violência da mãe se utilizando do mesmo artifício. Atira pedras em cima da casa de uma tia, onde a mãe estava. Esta tia chama a polícia que ao retirar Felipe do local o leva para o Conselho Tutelar, que faz a sua inserção em um abrigo.

Da mesma maneira, Maria, que residia na casa de uma tia, relata: “Ela batia muito, e eu respondia. Chegou uma época que ela bateu em mim de mangueira e me deixou toda roxa. Aí mandaram eu procurar o Conselho Tutelar” (MARIA, 18 anos). A violência fez com que Maria buscasse o apoio do Conselho Tutelar, no entanto, a mesma relata que o conselheiro não quis lhe abrigar, porque julgava que ir para um abrigo “não era futuro”. Como prosseguiram os maus

⁹ Todos os nomes utilizados nas entrevistas são fictícios. Os próprios jovens escolheram os seus nomes.

tratos, Maria procurou a polícia, que fez a intermediação com o Conselho Tutelar e finalmente foi abrigada.

Rafaela também coloca a mesma situação ao relatar a violência de uma tia que a havia retirado, juntamente com seus irmãos, de um orfanato. Ela conta sobre o seu retorno à sua tia: “Aí depois eu voltei para a casa da minha tia e minha tia espancava eu e minhas irmãs. Aí alguns vizinhos fizeram a denúncia e eu vim parar aqui no abrigo de novo”(RAFAELA, 15 anos). Mais a frente complementa: “Ela batia muito em mim. Só fazia beber e mandava minha irmã se prostituir”.

Nota-se neste três relatos ecos da mudança, operada a partir dos anos 1970, na postura da sociedade em considerar a violência doméstica. A presença do Conselho Tutelar nos relatos é constante, demonstrando certa apropriação popular sobre esse mecanismo protetor de crianças e adolescentes. Embora os casos de violência sejam comuns em relação à abrigagem de crianças e adolescentes, os constantes choques de moral entre pais e filhos se configuram nas entrevistas como o principal motivo para a saída de casa e para justificar a violência dos pais e responsáveis, quando elas ocorreram.

Em relação à tia que lhe espancava, Maria assevera: “Ela queria que eu fosse evangélica a pulso... e ela não me aceita porque eu sou bissexual... ela diz que isso é coisa do demônio e eu disse a ela que não, que é do jeito que eu sou” (MARIA, 18 anos). Maria prossegue afirmando as ações de sua tia em querer determinar o estilo de roupas que ela (Maria) deveria usar e as maneiras de como se portar. Por se insurgir contra a sua tia, relata que sofria constantes violências, chegando a sofrer chicotadas de mangueira que deixaram marcas visíveis da violência sofrida.

Esse choque moral entre Maria e sua tia ainda trouxe como consequência afastamento de seu irmão. Ela relata: “E eu não tenho contato com ele porque ela não deixa e força ele a ir para a igreja. E isso chateia muito porque...eu tinha vontade de voltar para casa, muita, não era pouca, até que chegou o ponto da gente conversar com ela e ela disse que não aceitava mais, por eu não ser evangélica e que se ela me visse com um piercing ou brinco ela disse que ia arrancar”(MARIA, 18 anos).

Outro exemplo desse choque de moral se encontra na narrativa produzida por Geysi. Ela relata ter fugido de casa para morar junto com algumas amigas quando a mãe a preteriu para viver com o seu padastro. Ela conta que: “morava eu, minha mãe, meu padastro e meu irmão. Aí meu padastro ficava querendo ter pulso e eu não queria aceitar isso. Aí pegou eu mandei minha mãe escolher ou eu ou ele. Aí minha mãe escolheu ele, e eu peguei saí de casa”(GEYSI, 16 anos). Após finalizarmos a entrevista, ao desligar do gravador, Geysi me informou que sofria constantes violências por parte de sua mãe sempre que fazia coisas que a mãe não permitia, afirmando que a mãe e o padastro “queriam controlar demais a minha vida”.

João, que havia sido abandonado por sua mãe quando ainda bebê, relata que a reencontrou por meio do Conselho Tutelar, mas ela não o aceitou por conta da sua orientação sexual. “Minha mãe não me quis, conheci minha mãe ano retrasado. Falei para ela que era homossexual e ela não me aceitou. Aí me mandou de volta para o abrigo”(JOÃO, 16 anos).

Já Tayara alega que sua saída de casa se deveu ao fato de sua mãe querer interná-la em um orfanato ao descobrir seu envolvimento com drogas ilícitas: “Eu saí de casa... começou por causa de briga entre nós, lá essas coisas. Aí meu irmão foi e me botou com drogas e essas coisas. Aí ele me mandou pegar uns negócios pra ele na rodoviária. Aí eu fui pegar. Aí quando eu voltei minha mãe descobriu... Aí ela queria me botar em um orfanato, uma escola de internamento e eu disse a ela que não ia e fiquei pela rua andando, não fazendo nada”(TAYARA, 15 anos).

Tais situações envolvendo a quebra de tradições familiares se apresentam ao longo das dez narrativas mencionadas, evidenciando o que os jovens acolhidos caracterizam como falta de aceitação familiar. Sobre essa égide eles saíram de casa ou procuraram ajuda nos casos que reverberaram em violência doméstica, evidenciando uma resitência maior aos padrões definidos como corretos por suas famílias de origem.

Ruschel e Castro (1998) apontam que nas relações familiares intergeracionais:

há uma dinâmica interna na aquisição de conhecimentos que recebe influências externas, e que, muitas vezes, ocasionam choque de informações. Há, portanto, no relacionamento familiar, um submetimento do indivíduo a leis internas (regras de organização familiar) e externas (decorrência dos sistemas sociais a quais pertence) (RUSCHEL e CASTRO, 1998, p.6).

O distanciamento entre as gerações parece causar um conflito entre pais e filhos, no qual, aqueles, na tentativa de formar “herdeiros sociais”, termo utilizado por Ruschel e Castro

(1998), encontram a resistência de seus filhos, que possuem uma experiência cultural distinta da geração de seus pais. Sarti (1994), ao estudar as famílias pobres como uma ordem moral expõe que a dinâmica familiar tende a se estruturar em torno de obrigações morais de reciprocidade. Essas obrigações irão constituir a base segundo a qual estas famílias ordenam e atribuem sentido ao mundo social dentro e fora da família. Essas obrigações morais entre os participantes da família se evidenciam melhor nas relações entre pais e filhos como aponta Sarti (1994):

Entre as relações familiares, é sem dúvida a relação entre pais e filhos que estabelece o vínculo mais forte, residindo aí as obrigações morais mais significativas...dos filhos é esperada uma retribuição, que existe enquanto compromisso moral...das crianças espera-se que elas obedeçam. Há uma forte hierarquia entre pais e filhos, e a educação é concebida como o exercício unilateral de autoridade (SARTI, 1994, p. 49-50).

A quebra dessas obrigações morais, caracterizadas pelo rompimento da hierarquia entre pais ou responsáveis e filhos circundou a maior parte das narrativas construídas, podendo aludir que essa relação de retribuição e compromisso moral ainda se apresenta como significativa entre as famílias pobres.

5.3.2 Vida na instituição

Fatos envolvendo as dinâmicas da vida na instituição se apresentaram em dez das entrevistas realizadas. Os participantes elencaram pontos positivos e negativos dessas dinâmicas, bem como suas possibilidades e restrições. A relação dos acolhidos com a instituição se apresenta de forma bem ambivalente, considerando a instituição tanto como um lugar de potencialidades quanto prejudicial ao desenvolvimento. A relação com as Casas de Acolhida ocorre em uma constante tensão entre vantagens e desvantagens. A instituição é apontada como um lugar que privilegia certos tipos de desenvolvimento, como o educacional e o profissional pelo acesso que fornece à escola e cursos profissionalizantes. Ao mesmo tempo, os acolhidos relatam a vida no abrigo como permeada de conflitos e tensões. Felipe pontua que quando não consegue alguma coisa passa a “perturbar”. Ele conta:

Perturbo. Eu joga as coisas, esculhambo, já esculhambei. Esculhambo a gerente, mas num... esculhambo a gerente, mas, é normal... depois eu converso. Pra mim, eu vou falar, tô errado né? Pra mim se não resolver aquele negócio que eu quero, aí eu vô e, eu pego e já vou errado, já tirando onda, esculhambando, fazendo besteira, mas, normal (FELIPE, 16 anos).

Maria busca enfrentar essas tensões com naturalidade, ancorando o aparecimento de conflitos no convívio de pessoas que são diferentes, mas que precisam se aceitar. Sobre a sua chegada ao abrigo conta que:

Foi bem difícil né, porque eram várias pessoas diferentes de mim, e eu realmente eu não sabia aonde é que eu vim parar. Mas passaram dois meses, três meses e a convivência veio assim, porque tinha que conviver com a diferença. Tipo, eu era diferente, eu tenho pensamento diferente, ela tem o pensamento diferente e assim a gente foi se juntando, é normal. Um vai e fala uma coisa. Mesmo não concordando a gente tem que aceitar. Tudo aqui é coletivo né? Tudo que é coletivo a gente tem que viver o máximo sem briga, mas assim é bem relativo, tudo aqui é diferente, mas a gente convive com a diferença dos outros (MARIA, 18 anos).

Outro aspecto introduzido por Maria e a relação com os funcionários da instituição. Maria critica o que chama de “manha”, o fato dos acolhidos terem funcionários que realizam suas tarefas cotidianas, como cozinhar e limpar a casa.

Mas assim, eu acho uma desvantagem porque tá acostumando ao menino ser... ficar sem fazer nada. Porque come e dorme a hora que quer. E eu não acho isso meio certo. Na minha casa era eu que fazia as minhas coisas. E chego num abrigo é meio que displicente né, porque tem gente que procura médico pra gente, tem gente que faz as coisas, que cozinha, que limpa. As, as... coisas que a gente faz tem gente que limpa. E eu acho assim meio diferente porque tem gente que chama de empregados” (MARIA, 18 anos).

As tensões envolvendo funcionários e acolhidos aumentam quando o assunto tratado é a questão da evasão, isto é, da saída sem autorização da instituição. Maria pontua que:

Na evasão, assim, se eu pedir a um educador pra sair e o educador dizer que não, aí vai e pula o muro e volta a hora que quer. Se eles (os educadores) não deixarem entrar eles (os acolhidos) pulam o muro ou então voltam com o Conselho e o Conselho sempre tem que trazer porque é de menor (pergunto se a evasão é quando se sai sem autorização e ela diz que sim) (MARIA, 18 anos).

Talvez a fala de Larissa seja a que melhor ilustra esse conflito de vantagens e desvantagens da vida no abrigo: “As vantagens é porque...é como se fosse uma casa para a pessoa. A pessoa fica aqui estudando. E a desvantagem é que abrigo não é lugar para viver” (LARISSA, 16 anos). As tensões geralmente são resolvidas pelo enfrentamento das limitações impostas pelos funcionários, tentando negociá-las e tensioná-las ao máximo para se adequarem às práticas sociais dos acolhidos.

Recebeu considerável destaque nas entrevistas o modo como os acolhidos são tratados dentro da instituição. Embora mencionem que seus relacionamentos com os funcionários sejam positivos, comentaram fatos que aludiam a certos educadores em particular que, no entendimento dos entrevistados, não cumpriam a sua função. Felipe, ao colocar que a função dos educadores é fornecer apoio e ajuda, conta que:

o que eu vejo é educador batendo de frente com educando, com a gente mesmo, batendo de frente, bota pra lascar nos meninos, e, o que é que a gente pode fazer? A gente tá em desvantagem porque, eles são concursados, chegando na GPCA é a palavra deles contra a gente. Nós tá errado, tem motivo que a gente tá errado, mas quando a gente tá certo o educador vai lá e diz: não tenho medo porque eu sou concursado. Fala mesmo na cara de pau com a gente, e, ainda fica com deboche (FELIPE, 16 anos).

E Felipe prossegue relatando uma experiência:

Porque chamar a gente de porco é abuso, porque, se eu pago parte de um, eu não vou gostar também, se eu pago por conta de um vai pagar todos, aí, o que é que eu faço? Se ele me chama de porco eu digo: ah, gostei não! Começo a esculhambar, a não sei o quê, aí, chegou a gerente e a gerente fez o quê? Nada. A gente é nada bem dizer. Depende da Casa, mas... é nada (muda o tom de voz pra uma voz triste) (FELIPE, 16 anos).

Evidencia-se nesta situação ecos das relações de poder entre os acolhidos e aqueles que lhes acolhem nos tempos do Brasil Colônia e na Doutrina da Situação Irregular, como expõe Rizzini (2011). No entender de Felipe, esta relação se pauta na estabilidade que o serviço público confere aos seus servidores.

Maria, que se coloca como uma acolhida que “bate de frente” com os funcionários relata que “a expectativa deles (dos funcionários) é que a gente saia logo do abrigo, vá para outro” (MARIA, 18 anos).

Catiane relata o tratamento recebido como uma das principais desvantagens do abrigo: “Por uma parte sim, que eu tenho onde dormir, eu tenho onde comer, mas o tratamento não é certo, a gente fica preso aqui dentro. Quando eles não querem deixar a gente sair eles não deixam mesmo e acabou-se” (CATIANE, 16 anos). Ela relatou um caso de violência, que segundo ela acontece em um dos plantões noturnos da instituição em que está acolhida. Quando perguntei se ela gostaria de falar mais alguma coisa ao final da entrevista, ela cravou:

Gostaria sim (fala o nome de um educador) bateu em (nome de uma usuária), empurrou ela (nesse momento uma das cozinheiras bate na porta da sala avisando que é a hora do lanche). ele subiu batendo em panela de cinco horas da manhã pra acordar a gente, batendo nas panelas mesmo, como se a gente fosse cachorro, se tivesse morando na rua, como se a gente tivesse aqui porque eles querem. Não conversam com a gente direito, aqui a gente não tem um psicólogo, que a gente precisa. A gente tá aqui, mas a família da gente tá olhando pela gente e a gente fica apreensivo pô. E não vem um psicólogo pra conversar (CATIANE, 16 anos).

Catiane ao expor a falta de uma vinculação afetiva com os funcionários da instituição recorda o seu vínculo familiar, “a gente tá aqui, mas a família da gente tá olhando pela gente e a gente fica apreensivo pô”. Mesmo com os vínculos fragilizados e um relacionamento a distância, Catiane destaca o que percebe como um cuidado de sua família. É a esse cuidado que ela retoma quando enfrenta situações de conflito com a equipe da instituição.

Durante as entrevistas foram construídas narrativas que aludiam ao que Jovchelovitch denomina de andaimes psicossociais, metáfora para descrever estruturas e ações de apoio. Eles são definidos como:

os modelos, as fontes de identificação positiva e de apoio intersubjetivo que moderam as escolhas e as rotas comportamentais. Eles referem-se ao papel do outro na trajetória do Eu, que pode ser cumprida tanto por pessoas como por instituições (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 182).

O local de acolhimento, embora permeado de contradições na perspectiva dos entrevistados, se apresenta como um lugar de possibilidades e de apoio para o desenvolvimento individual dos jovens acolhidos, como ilustram as narrativas a seguir: Felipe aponta que sua chegada ao abrigo lhe permitiu um melhor aproveitamento da escola ao afirmar:

quando eu vim pra cá, quando eu vim pra cá teve muitas coisas que eu gostei, porque, como na minha casa, eu não vivo apanhando da minha mãe, tem escola, tem tudo. Pra eu aprender a ler mesmo a minha mãe dizia: ah, vai apanhar! Mas quando eu entrei aqui várias coisas melhoraram na minha vida. Me dedico mais a algumas coisas como estudar (FELIPE, 16 anos).

Geysi, ao ser questionada sobre as contribuições do abrigo para a sua vida elencou a “confiança em si mesma” como a maior contribuição. Quando pergunto como o abrigo a ajudou a desenvolver essa confiança ela relata: “me mostrando que a vida que eu estava vivendo era uma vida de ilusão, apesar de que às vezes, de vez em quando eu ainda saio do caminho, mas eu faço isso ciente de que isso não é certo, que é errado, que isso não é bom pra mim” (Geysi, 16 anos).

Tayara também afirma que a vida no abrigo trouxe contribuições para o seu modo de vida. Diz ela que o abrigo trouxe “algumas contribuições. Uma, me tirou da rua, me deixou aqui. E tá me ajudando, me botou na escola, me botou em um curso. E estou indo melhor do que antigamente que eu ficava usando droga por aí” (Tayara, 15 anos).

Mariana enfatiza o apoio que recebe no abrigo por conta da sua situação de gestante. Questionada sobre as vantagens de morar na instituição ela responde: “assim, eu não tenho vantagem nenhuma, mas vê: minha colega está trabalhando. Ela não iria deixar eu sozinha na casa dela porque eu estou com um barrigão” (Mariana, 17 anos). Pergunto se ela está no abrigo por causa do apoio e ela responde “é, aqui vou estudar, fazer meu curso, ser uma aeromoça se Deus quiser. Com fé em Deus eu vou fazer o meu curso”.

Larissa (16 anos) pontua que “Antes eu estava em um abrigo e eu não queria estar no abrigo, não queria estudar e agora não. Os abrigos me influenciaram a estudar, a fazer curso, porque antes eu não queria nada com a vida”.

João conta que evidencia uma mudança em sua vida após ter vivido em abrigos. Ele narra que o abrigo trouxe:

muitas coisas boas. Até porque hoje eu sou um João diferente, sou um João muito diferente. Porque na época que eu vivi com minha tia eu era muito danado, muito mesmo. Não ficava na escola, perturbava a professora, esculhambava a professora. E naquela época João era uma pestinha. Hoje João já é outro menino, já um adolescente, já está quase maduro. O comportamento de João já está muito bom, melhor (JOÃO, 16 anos).

Jovchelovitch (2013) expõe que a noção de andaime psicossocial é fundamental para a compreensão de que o aprendizado de competências sociais pode ser auxiliado no sentido de promover o desenvolvimento das pessoas. Ela assevera que:

Os andaimes psicossociais são necessários para a criação de um ambiente saudável para bebês, crianças e jovens, para regular circunstâncias interpessoais e para permitir o desenvolvimento de processos e de recursos para se lidar com ambientes caracterizados por dificuldades (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 193).

Dessa forma encontramos ecos de que as instituições de acolhimento são entendidas como fornecedoras de possibilidades que permitem o desenvolvimento de seus acolhidos, diferente das concepções do senso comum que interpretam o abrigo sempre como prejudicial ao

desenvolvimento de crianças e jovens. Entretanto, essa característica de apoio se encontra paralela às influências negativas que a vida no abrigo pode trazer.

Uma das queixas presentes nas entrevistas é o não cumprimento dos perfis das Casas de Acolhida. Devido ao fato do acolhimento ser ordenado por via judicial e não poder ser negado, é comum que jovens que não possuem o perfil de atendimento de uma unidade sejam acolhidos na mesma. Geysi coloca esse fato como negativo:

eu acho errado é que assim, por aqui ser uma casa que, como é mesmo o nome que se fala? Que o perfil dela é quem tem uso de drogas e convívio de rua, deveria ser mais rígido, porque tá assim, tem meninas aqui que usam drogas, mas sendo que realmente não são dependentes químicas de drogas, querendo não usa, então deveria ser o quê? Tratamento para quem usa drogas assim. Eu não acho certo botar menina que é ameaçada aqui. Porque bota em risco todas nós. Porque quando chega o cara pra matar não vai querer matar só ela, vai querer matar quem está perto dela também, aí não deveria botar menina ameaçada aqui. E pra quem realmente tem uso muito forte de drogas deveria ter tratamento, encaminhar para o Caps, que tem remédio pra dormir, essas coisas. Porque como elas usam drogas e aqui elas não tem contato direto com drogas, aí ficam agitadas e começam a quebrar as coisas, a xingar os educadores a agredir com as outras educandas. E também é errado misturar um abrigo para adolescentes com o abrigo para grávidas e mães porque ninguém aqui respeita, que nós temos uma menina com dezoito meses, tem outra de três e tem uma grávida, e ninguém aqui respeita. De madrugada é quebra-quebra, confusão, é zuada, barulho, ninguém pensa nos meninos pequenos, então isso é errado. Não era para elas estarem aqui (GEYSI, 16 anos).

Geysi pontua a insegurança por conta de riscos externos, insegurança frente aos transtornos dos usuários que fazem uso de drogas e necessitam de atendimento especializado e a insegurança da relação das usuárias com grávidas e crianças pequenas, logo, mais vulneráveis a sofrerem danos advindos dos conflitos que permeiam o acolhimento. Prossegue sua crítica ao perfil misturado que convive na instituição alegando ter sido mau influenciada por outras acolhidas quando chegou ao abrigo. Quando relata sua saída de casa e chegada ao abrigo pontua que “depois, com doze anos de idade eu vim pra cá. Aí depois eu fugi com as meninas, comecei a usar drogas, me perdi (aludindo à virgindade), tudinho” (Geysi, 16 anos). Ao final da entrevista fala novamente do que chama “perfil misturado” e alega que esse é o principal motivo de ter passado a agir diferente e ter deixado a escola. Esse encontro de perfis é para ela a causa do abrigo ser entendido como um local prejudicial para o desenvolvimento dos acolhidos. Para ela a heterogeneidade de demandas e situações encontradas na instituição em que se encontrava dificulta o atendimento das necessidades das usuárias da instituição.

5.3.3 O futuro

O futuro foi evidenciado como uma importante categoria de análise por conta do notável destaque concedido pelos entrevistados à expectativa da construção de uma vida diferente após a saída da instituição.

Carlos diz que espera para o futuro “arranjar um curso, estudar, arranjar um trabalho, arrumar uma mulher e ter meu filho, minha casa, só isso mesmo” (Carlos, 16).

Catiane, embora não queria falar muito do futuro, revela o desejo de voltar a morar com a vó: “Eu penso, eu penso em ir embora morar com minha vó e arrumar um emprego e ficar morando só eu e minha vó, só isso” (Catiane, 16 anos).

Geysi corrobora o desejo de sair da instituição, que mesmo se configurando em sua narrativa como andaime psicossocial ainda é visualizada como negativa em sentido geral. Ela narra: “Quando eu sair daqui vou ter minha casa, mesmo que não seja própria, mas alugada que eu pague com meu próprio dinheiro, ter condições de me sustentar. É isso, ter meu emprego, que aqui é ruim”(Geysi, 16 anos).

As falas dos jovens acolhidos revelam um desejo de autonomia para sair do abrigo. Embora o abrigo seja considerado um lugar que ajude no desenvolvimento ele é configurado como negativo, por conta das privações que impõe aos seus acolhidos. Além disso, os jovens acolhidos demonstram aceitar a visão popular de que “abrigo não é lugar pra ninguém”, mesmo quando denotam o seu crescimento ao abrigo, mais uma vez aludindo a ambivalência da relação com a instituição. Mais evidente do que o retorno familiar ou a constituição de uma família foi o discurso relacionado à profissionalização. Os jovens das Casas de Acolhida do IASC apresentam conhecimento sobre os cursos profissionalizantes que podem fazer e se ancoram a isso como possibilidade de um futuro melhor e fora do abrigo.

Geysi relata: “Eu imagino sair logo dessa Casa aqui. Eu imagino eu entrando no Vira-vida (curso profissionalizante) e consegui me repor no trabalho, eu quero ver, eu quero sair daqui” (Geysi, 16 anos). Pedro enfatiza a necessidade de dar a volta por cima e não desistir da vida:

Estudar, trabalhar, voltar a fazer meus cursos, de música, de pinturas de tela e botar minha vida pra frente, dar a volta por cima, porque eu disse bem pra minha família, hoje vocês podem até estar me desprezando, mas eu vou mostrar pra vocês quem eu sou de verdade. E eu vou dar a volta por cima e vou vencer. Vou mostrar a vocês que eu sou um homem (PEDRO, 17 anos).

Para Pedro a profissionalização é o caminho para o emergir de um novo projeto de vida. É o caminho que o permitirá “dar a volta por cima” e mostrar que “é homem”. Para além da questão de gênero que envolve o homem que não é capaz de se manter e sustentar o seu lar está a questão de colocar o desenvolvimento profissional como via de acesso a outra vida.

As expectativas quanto ao futuro aponta uma função protetiva da identidade dos jovens entrevistados. A esperança de um futuro onde ocorre tanto a recuperação da família quanto a inserção na sociedade atua protegendo a identidade desses jovens, vítimas de vários estereótipos nos contextos de desenvolvimento no qual deslizam.

Na medida em que a falta da família e de um emprego figuram no cotidiano desses jovens como vias de exclusão social, associar o futuro, ou uma expectativa de futuro, com objetos de valor moral na sociedade brasileira (família, trabalho) parece cumprir uma função protetora da identidade desses jovens, o que aponta para uma lógica de função indentitária na estruturação das Representações Sociais de abrigo encontradas nas entrevistas dos jovens.

5.3.4 Mobilidade social

No que se refere à forma como o abrigo é representado nas entrevistas a provisoriamente adquiriu lugar de destaque. Felipe considera que quem vai morar em um abrigo “Vai passar um tempo e depois vai ver pra onde vai. Mas o que eu entendo de abrigo é a melhora, a melhora das pessoas”.

Maria (18 anos) relata que “é um período que a pessoa vai poder se reconstituir com a família, acho que é isso”. E prossegue posteriormente falando que no abrigo:

tudo é bom e o mesmo tempo não é bom, porque abrigo não é casa de ninguém, abrigo é por um tempo, é e não é ao mesmo tempo. E assim, em compensação tem aquela coisa de querer fazer tipo...mas é bom, ter um canto pra morar e é tudo né? O abrigo não é a casa que a pessoa espera né? Porque na minha casa eu tenho prioridade, eu assisto o que eu quero, mas no abrigo não é assim, mas é bom tá no abrigo, pelo menos tá conhecendo pessoas novas, refletindo o que eu

passsei na minha vida toda e no abrigo eu tô pensando o que eu quero para o meu futuro. É bom. (MARIA, 18 anos).

Maria pontua que a vida na instituição possui a desvantagem de não respeitar, em certos momentos, a sua individualidade. Na instituição, a coletividade suprimiria os gostos singulares dos acolhidos. Azevedo e Castro (2009) pontuam o potencial de despersonalização das unidades de acolhimento com seu foco no sempre no coletivo. Maria também enfatiza a temporalidade do abrigo dizendo que “abrigo não é casa de ninguém, abrigo é por um tempo, é e não é ao mesmo tempo”, caracterizando a incerteza que perpassa a situação de abrigamento dos jovens acolhidos. É uma instituição que, embora sirva de apoio, é difícil de definir o seu lugar e seu papel como um todo visto que “é e não é ao mesmo tempo”. A incerteza caracteriza a experiência vivida de acolhimento.

A provisoriedade atua, no discurso dos entrevistados, como um referente desestruturador. Ela desestabiliza o sentido de que o abrigo é uma “casa” onde vive uma “família” igual a todas as outras. A família, na sociedade brasileira, não é encarada como uma instituição provisória, mas, antes figura como a base da sociedade na Constituição Federal do Brasil.

Embora muitos jovens tenham buscado diferenciar o abrigo da família, ainda persiste certa comparação do abrigo a um ambiente familiar.

Catiane ao enfatizar que a função do abrigo é cuidar diz que o abrigo deve “Cuidar. Normal, como se cuida em casa, normal, como se fosse pai da gente, mas é diferente, como se fosse a família” (Catiane, 16 anos). Larissa (16 anos) também coaduna com esse posicionamento ao dizer “para mim é como se aqui fosse uma casa”. Dessa forma, pudemos observar uma disputa para organizar os sentidos conferidos ao abrigo sem que o elemento da provisoriedade enfraquecesse a estrutura da representação.

A representação de abrigo como se fosse uma família, embora venha sendo abalada pela questão da transitoriedade, ainda persiste no discurso de alguns jovens. A identificação com o ambiente familiar se dá mais pela questão do cuidado, sendo o papel de cuidador historicamente associado ao ambiente familiar, especificamente às mulheres, como assevera Gonçalves et al (2006). Para definir esse jogo representacional de forma que a Representação Social alcançasse uma organização interna estruturada e estável, os jovens atribuíram ao abrigo um sentido de mobilidade social. O abrigo é uma instituição que escolariza e profissionaliza.

Novamente aludimos à metáfora do andaime psicossocial que Jovchelovitch (2013) constrói a partir da teoria de andaimes de Jerome Bruner, quando aborda o apoio fornecido por pais e professores no desenvolvimento das crianças. O pressuposto dessa noção é a ideia de que existem estruturas de suporte, oriundas de pessoas ou instituições, que sustentam os indivíduos e os orientam em sua movimentação no mundo da vida para práticas mais aceitas socialmente.

O abrigo, como evidenciado nas entrevistas, é indicado como esse lugar de apoio, de ajuda, de melhora, mesmo contendo em sua dinâmica eventos que o conduzem na direção contrária.

João (16 anos) coloca o abrigo como um espaço que tem a função de “dar educação, moradia, um respeitar o outro”, destacando o atendimento de necessidades básicas, sociais e o ensino de um modo de viver que vai ao encontro da sua experiência de jovem homoafetivo vítima de violências e de preconceitos. Ele insere a sua experiência na representação que possui do abrigo enfatizando o respeito que deve ser construído entre as pessoas.

Carlos (16 anos) entende o abrigo como um lugar para “ajudar usuários de drogas, que moram na rua, um negócio assim. E também quem já foi ameaçado assim né?”. Nesta colocação ele movimenta tanto o seu conhecimento do perfil da instituição em que se insere, mas também se coloca nesta relação, colocando a sua experiência de ameaça de morte.

Larissa enfatiza a falta de apoio que deve ser característica dos usuários de abrigos. No seu entendimento ele serve “pra acolher quem não tem para onde ir, quem não tem família, só que as meninas que vem para cá a maioria tem família e pensa que aqui é como se fosse uma casa normal, só que não é. É para acolher quem não tem família” (Larissa, 16 anos). O abrigo seria a instituição que daria o suporte necessário à falta da instituição familiar, considerada em nossa sociedade como crucial no desenvolvimento da pessoa.

Mariana também enfatiza o apoio ao caracterizar a função dos abrigos como:

ajudar quem não tem condições, morador de rua, tudinho, dar um apoio, tudinho, para ajudar a gente mesmo a ser alguém na vida da gente. Até esse né? Que esse abrigo é para ajudar a vida da gente. Mãe de família que não tem uma casa para morar. Não tem um pão para comer (MARIANA, 17 anos).

E ao fazer isso ela também coloca a sua experiência na forma de representar o abrigo, aludindo o fato de ser mãe de família que não possui residência nem acesso a alimentação pela situação de vulnerabilidade que enfrenta.

Pedro (17 anos) também segue a lógica de apoio ao afirmar que “abrigos já está dizendo tudo. É para abrigar. Abrigar quem tá necessitado de um apoio, de um acolhimento”. Maria (18 anos) também segue o mesmo raciocínio, embora aponte divergências na operacionalização do trabalho das instituições: “É pra ajudar pessoas que não tem casa, com vivência de rua, que não tem mãe nem tem pai e a função deles aqui é ajudar, não pra complicar, mas às vezes eles complicam em vez de ajudar”.

Geysi (16 anos) enfatiza a perspectiva de mudança presente nas Casas de Acolhida ao afirmar que “eles querem ajudar a gente a sair dessa vida que não é vida pra ninguém”. Pergunto de que vida ela está falando e ela me responde: “De droga, de prostituição, de morar na rua, de ter esses pensamentos que muitas meninas têm, de querer matar, roubar”.

Felipe, também alude a essa perspectiva de mudança, ao indicar que o trabalho do abrigo é providenciar uma melhora de vida para os acolhidos. Ele define a função dos abrigos da seguinte forma:

O que eu entendo da função dos abrigos é que os abrigos são aqui pra ajudar quem precisa, quem não tem casa, quem tá precisando e quem... é..., por que, quem não tem e quem não tem família, quem não tem nada, por que Casa de abrigo é temporária, ninguém vai passar...vai morar aqui né? Vai passar um tempo e depois vai ver pra onde vai. Mas o que eu entendo de abrigo é a melhora, a melhora das pessoas (FELIPE, 16 anos).

O conceito de andaime psicossocial proposto por Jovchelovitch (2013) consegue caracterizar a forma que os jovens que participaram da pesquisa representam o abrigo. A instituição é esse lugar de apoio, que atua como um andaime, fornecendo uma estrutura de suporte para alcançar certos objetivos que sem essa estrutura seria impossível alcançar. Dessa forma, o acesso à escola, a um curso profissionalizante, a uma educação diferenciada, a satisfação de necessidades básicas como alimentação e local para dormir, são pontuados por esses jovens como as principais vantagens da vida no abrigo. É essa estrutura de sustentação que concede significado à existência dessa instituição.

Quando essa estrutura falta, quando a unidade de acolhimento falha em fornecer esse aparato, há uma relação de resistência aos funcionários que compõem a equipe do abrigo. Dessa forma, ocorre uma regulação que permite a adaptação da representação à evolução ocorrida no contexto do acolhimento institucional. A provisoriedade, este elemento novo, é integrada ao todo da representação modificando certos elementos de acordo com as mudanças provenientes da Lei n. 12.010/2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado apresentou o objetivo de compreender as Representações Sociais de abrigo e suas relações com a situação de acolhimento institucional por jovens usuários das Casas de Acolhida Temporária na cidade de Recife. Intencionamos também investigar as incidências do contexto mais amplo da judicialização do acolhimento institucional nas representações e práticas desses jovens relacionadas ao processo de acolhimento. Chegamos a algumas considerações que além de demonstrar a relevância da pesquisa empreendida, aponta lacunas que fazem necessárias novas investigações para uma compreensão mais ampla do fenômeno do acolhimento institucional.

Situando o fenômeno da institucionalização de crianças e jovens enquanto objeto inscrito na história brasileira, lembramos que se trata de uma temática polêmica, que suscita diversos entendimentos e desdobramentos. O processo de judicialização coloca este objeto sob novas situações de disputa, que demandam dos sujeitos envolvidos elaborações e reelaborações que produzem realidades datadas historicamente e circunscritas por contextos mais amplos.

Por conta disso, percebemos os jovens que participaram da pesquisa como atores sociais exercendo um papel ativo de contruir e reconstruir teorias que confirmam significados à sua vivência institucional. Tal construção ocorre a partir de suas inscrições no mundo vivido, das experiências obtidas, das relações estabelecidas com outras pessoas e instituições de significativa relevância. Pudemos perceber, como aponta Jodelet (2009), que não há sujeito isolado, nem existe pensamento desencarnado. O contexto social de interação e de inscrição desses jovens está presente nos seus modos de representar a situação de acolhimento. Como Jodelet (2009) pontua, há uma interação entre as esferas do subjetivo, do intersubjetivo e do transubjetivo, e foi possível observar como os participantes da pesquisa agiram de forma ativa, negociando suas inscrições na vida cotidiana tanto com os conhecimentos socialmente partilhados circulantes nos contextos que constituíam seu mundo vivido quanto com o repertório do aparato sócio-cultural que possibilita a socialização dos sentidos produzidos em meio às normas e os valores impostos pela sociedade.

A partir de nossa imersão no campo de pesquisa podemos apontar que considerar os abrigos como “espaços de fronteira” se revelou muito perspicaz na análise das relações nas

CAT's pesquisadas. As instituições de acolhimento se constituem como espaços de fronteira, no qual seus jovens usuários trazem consigo padrões dos lugares de origem que são ressignificados em novas formas de se relacionar na instituição. Observamos que nas relações dos jovens com as Casas de Acolhida Temporária eram frequentes a experiência da *cabotagem*, onde verificávamos jovens agindo em situações semelhantes ora pelos seus padrões de origens e ora por novos paradigmas construídos na relação com outros acolhidos, e da *hibridação*, onde os jovens tensionavam os limites que lhes eram impostos, tornando-os vulneráveis (SANTOS, 2002).

A fronteira, assim, se constitui como uma boa metáfora para a situação de acolhimento. Foi possível observar muitas das características da subjetividade de fronteira exposta por Santos (2002), como *o uso muito seletivo e instrumental de tradições*, onde os jovens aludiam aos padrões de origem para contornar certas situações e caracterizar a relação que possuíam com os funcionários da instituição. O padrão familiar era retomado em muitas situações, ajudando a resolver situações de conflito entre acolhidos e acolhidos, e acolhidos e funcionários.

A invenção de novas formas de sociabilidade para se adequar as situações e às tradições presentes entre os jovens que já estavam acolhidos. Ao perceberem que certos padrões de conduta não se adaptavam à uma convivência tranquila e segura no ambiente do abrigo, esforços eram realizados para que se construíssem novas formas de se relacionar nesse novo ambiente sem transgredir as regras do grupo nem se afastar de seus valores individuais. As *hierarquias fracas* caracterizam a relação acolhido-instituição. Embora todas as Unidades de Acolhimento pesquisadas possuíssem normas de convivência, muitos dos limites impostos pela instituição eram facilmente tensionados pela falta de orientações específicas e tecnologias sociais que fundamentassem as atividades dos funcionários. Embora os abrigos estejam inscritos na história do Brasil, ainda há dificuldades quanto ao que pode ser permitido e proibido devido à complexidade das diversas situações de vulnerabilidade enfrentadas. Desse modo, constitui-se uma hierarquia fraca que muitas vezes contribui para o surgimento de tensões entre acolhidos e funcionários.

A fluidez das relações sociais parece-nos a principal característica das instituições que confere embasamento para a representação do abrigo como um espaço temporário de apoio. As relações entre acolhidos e funcionários ainda não está cartografada de modo adequado e as

relações com os funcionários são caracterizadas pela fluidez, construídas em um espaço provisório e temporário.

A *promiscuidade entre estranhos e íntimos*, referindo-se a convivência de pessoas diferentes oriundas das mais diversas condições sociais, também encontra o seu lugar na dinâmica cotidiana das instituições. Essa relação, embora produza várias tensões, abre caminhos para a aceitação e acolhimento das diferenças. Embora conteúdos culturais que produzem efeitos como o machismo, a homofobia e o preconceito com usuários de drogas consideradas ilícitas estejam arraigados em muitos usuários, novas invenções de sociabilidade advém desses encontros permitindo que as relações se estruturam de uma forma a permitir a convivência entre os acolhidos.

Dadas às características apontadas acima, apontamos como relevante abordar a constituição das identidades de jovens em situação de acolhimento institucional tomando como base a noção de subjetividade enquanto espaço de fronteira. Tal noção permite uma melhor compreensão dos modos de vida construídos por esses jovens no lugar provisório que é a instituição de acolhimento.

A análise de notícias nos permitiu verificar como a mídia impressa pernambucana vem lançando mão de *thematas* para estruturar sentidos e representações sociais acerca do acolhimento institucional e dos objetos que o circundam, como a família, o poder judiciário e a assistência social. Esses *thematas* opunham a ideia de bem *versus* mal estruturando as relações entre as Famílias pobres e o Acolhimento institucional; e a Assistência Social e o Poder Judiciário de forma a permitir a construção de linhas de argumentação que atestavam a incapacidade das famílias pobres de criarem seus filhos e a ineficiência da Assistência Social de conduzir as medidas de abrigamento.

Essas linhas de argumentação estiveram presentes no discursos dos jovens entrevistados, ora quando consideravam que a volta para a casa implicaria na volta do envolvimento com delitos e práticas infracionais, ora quando criticavam as formas de operação das Casas de Acolhida, considerando-as permissivas e inoperantes demais. O Estado foi culpabilizado por não fornecer às famílias pobres as condições básicas para a educação moral e cívica de seus filhos e filhas. A pobreza extrema, embora caracterizada como responsabilidade da ausência de políticas

públicas, é considerada um risco para o desenvolvimento da sociedade e apontada como principal causa da necessidade de programas de acolhimento institucional. O foco não é a diminuição de desigualdade social, e sim a preocupação com os danos colaterais gerados pelas ações políticas e econômicas do Governo Brasileiro que produzem e reproduzem o fenômeno da desigualdade e exclusão social (BAUMAN, 2013).

Ao introduzir o conceito de danos coletarais às ciências humanas e sociais, Bauman (2013) tinha o intuito de designar os traços mais gerais da condição humana frente ao que considera uma desorganização da sociedade atual, que seria marcada pelo divórcio entre o *poder*, a habilidade de fazer as coisas, e a *política*, a capacidade de decidir como as coisas devem ser feitas. Notadamente, percebemos que o grande alvo da mídia jornalística pernambucana cobra soluções frente ao divórcio exposto por Bauman, que tem gerado danos colaterais que causam insegurança à população. Logo, as críticas dirigidas pelos jornais pernambucanos ao Estado Brasileiro não se pautam pela garantia de direitos e pela promoção da cidadania de jovens em situação de vulnerabilidade. Direccionam-se antes para o não cumprimento da socialização esperada para esses jovens pelas instituições de acolhimento. A falta de resultados obtidos que possam garantir a tranquilidade e a segurança da população, transformando jovens considerados como possíveis riscos em trabalhadores que façam avançar a economia do país, é que fundamentam as notícias.

A incidência do processo de judicialização do acolhimento, com sua ênfase na transitoriedade e na provisoriedade do abrigo, contribuiu para representar o abrigamento como algo provisório, passageiro. O abrigo passa a ser algo que “é”, mas a qualquer momento pode deixar de “ser”, de não possuir mais nenhuma espécie de vínculo com seus usuários. Como o vínculo familiar é vitalício na cultura brasileira, na qual “família é pra sempre”, esse acolhimento provisório não pôde mais ser ancorado na ideia de uma família substituta.

Fez-se necessário, para os participantes, associar o acolhimento institucional a outro modelo de funcionamento, que permitisse um lugar para a transitoriedade em sua elaboração. Assim, o abrigo passou a ser representado não como uma família, ou uma instituição para substituir a família dos jovens, mas como uma instituição de apoio, um lugar provisório, no qual, seus usuários poderiam se proteger das situações de vulnerabilidade enfrentadas, e se preparar para conceder uma nova orientação para suas vidas.

Embora a expressão andaime não tenha sido utilizada por nenhum dos participantes, a noção de um andaime psicossocial (JOVCHELOVITCH, 2013) ilustrou o entendimento que os jovens concediam às Casas de Acolhimento. O abrigo se tornou um lugar de ajuda, de proteção e de preparação para a vida, por meio da inserção no mercado de trabalho.

A ênfase dada à possibilidade de estudar (quase sempre de voltar a estudar) e de fazer um curso profissionalizante para conseguir um emprego e assim “mudar de vida” atesta esta representação de abrigo. Percebemos também que, embora a ideia do abrigo como espaço negativo ao desenvolvimento dos jovens esteja presente no espaço público brasileiro, a forma de representar o abrigo como algo negativo não se reproduziu na maioria das entrevistas. Foram levantadas desvantagens, mas elas eram consideradas como elementos não constituintes do programa de acolhimento institucional. Considerar como exceção os muitos fatores negativos, responsabilizando alguns funcionários e alguns usuários pela existência deles, pareceu-nos contribuir para proteger a identidade desses jovens, impedindo um ataque à representação de abrigo como um lugar de mobilidade social, logo, feito para pessoas que poderiam ascender socialmente.

Dessa forma, percebemos que o acolhimento institucional foi objetivado enquanto um lugar de proteção e apoio, ancorado na ideia de um andaime passível de conduzir à seus usuários uma passagem para um “outro nível”, uma “mudança de vida”. Assim, mediante alguns ajustes, o objeto que havia se tornado estranho à noção de família se adapta ao sistema de valores dos participantes, angariando um lugar para a provisoriedade que não coloca em risco a representação. Percebemos que o grupo pesquisado criou uma rede de significações em torno do acolhimento institucional generalizando-o a uma categoria comum, um local de apoio provisório, facilitando a interpretação de suas características e a construção de opiniões acerca deste objeto social. Desse modo, foi possível aos jovens formularem julgamentos sobre os modos operacionais das instituições de acolhimento sem maiores dificuldades.

Essa construção seguiu uma lógica de função identitária, ao passo que considerar o abrigo como um andaime psicossocial permitia aos acolhidos pensar em um futuro, protegendo assim sua identidade. Observamos também que essa transição de paradigmas acarretou mudanças não apenas na forma dos jovens representarem o abrigo, mas também nas práticas

referentes ao acolhimento. Os jovens se utilizaram do impacto produzido pela judicialização para construir estratégias que diminuíssem as situações de vulnerabilidade a que estavam expostos.

A imersão no campo da pesquisa nos permitiu verificar que a apropriação da judicialização do acolhimento institucional foi avaliada negativamente pelos funcionários das instituições pesquisadas. Muitos a caracterizaram como limitadora da autonomia das Casas de Acolhida. As principais queixas se relacionam ao modo como os jovens vêm tensionando às normas de convivência das instituições utilizando especificidades da legislação. Pode-se dizer que, no que se refere à relação funcionários-acolhidos, a judicialização contribuiu para enfraquecer ainda mais uma hierarquia já fragilizada. A existência dessas tensões envolvendo a fragilidade das formas de convivência entre funcionários e acolhidos denota uma dificuldade de se estabelecer uma forma de vínculo que efetive os funcionários como figuras de referência para os acolhidos. Logo, destacamos a necessidade de se privilegiar em novas pesquisas tanto as incidências da judicialização nos repertórios de trabalho dos funcionários, quanto as constantes tensões no relacionamento dos acolhidos com os funcionários neste novo contexto.

Faz-se necessário investigar estes conflitos privilegiando as questões morais, intergeracionais, institucionais e afetivas entre profissionais e usuários das Casas de Acolhida. Pesquisas que preencham esta lacuna contribuirão para uma melhor compreensão e estruturação dos serviços de acolhimento.

Outro ponto destacado pelos funcionários é a utilização da legislação vigente, pelas instâncias de acompanhamento, para fundamentar acolhimentos que não seriam considerados legítimos sob a forma da lei. Muitos jovens ainda são acolhidos devido a situação de pobreza de suas famílias, algo considerado ilegal desde a promulgação do ECA, por conta da impossibilidade de se negar uma ordem judicial. Muitos acolhimentos que não deveriam ser feitos, por haver outras formas de proteção mais indicadas, são realizados pela falta de autonomia que as instituições possuem frente às instâncias de acompanhamento. Estas, cientes do que deveria ter sido determinado, ainda prescrevem as ações a serem feitas para as instituições, que, na maioria das vezes, ainda não detêm condições de realizá-las.

Dessa forma, delegam-se certas responsabilidades, que poderiam ser determinadas por ordem judicial ou resolvidas pelo trabalho dos conselheiros tutelares, aos funcionários das

CAT's. Essa demanda termina sobrecarregando a equipe de trabalho, que demonstrou não estar preparada para enfrentar as demandas complexas da situação de vulnerabilidade dos jovens acolhidos. Por diversas vezes, funcionários das CAT's se demonstraram apreensivos quanto às medidas que deveriam ser tomadas para solucionar certas situações de conflitos. Alguns denotaram a necessidade de treinamento. Outros, mais notadamente, circulavam pelos conflitos existentes negociando com propriedade suas soluções.

Percebemos que as equipes de educadores sociais que exerciam com mais propriedade a sua função em situação de tensão possuíam pessoas com formação superior em áreas das ciências sociais, demonstrando um melhor preparo para compreender o mundo vivido dos usuários. Longe de sugerir a necessidade de formação superior para o exercício da função de educador social, destacamos a falta de preparo e treinamento de muitos funcionários, que, por vezes, desrespeitam as especificidades dos jovens acolhidos. Quanto a isso, notamos muitas queixas provenientes da atuação de certas equipes de trabalho do horário noturno, período em que não há a presença de técnicos nem do gerente na instituição. Os jovens relataram práticas abusivas exercidas por funcionários nestes períodos, com o agravante de que alguns funcionários haviam se utilizado da condição de servidor público, logo possuidor de estabilidade, para desmotivar possíveis denúncias por parte dos acolhidos.

Pudemos notar, nos relatos dos usuários, fortes resquícios de práticas consideradas obsoletas pela atual legislação. Sob um viés de educação, ministra-se punição para os jovens pobres, tolhendo seus direitos e desrespeitando suas condições de ser. Tais medidas apontam dificuldades que poderiam ser sanadas pela capacitação necessária da equipe de trabalho e por uma fiscalização mais efetiva por parte da Instituição. Ao invés dessas medidas, o que constatamos foi a contratação de servidores terceirizados, que exerceriam função similar a dos educadores sociais. Essas ações revelam certa tensão entre a instituição e alguns servidores contratados por concurso público. A estabilidade na função, aliada à sobrecarga de trabalho, à falta de capacitação e a diferença entre trabalho real e trabalho prescrito parece constituir um sério problema ocupacional a ser sanado pela Instituição.

Um debate apressado apontaria que a estabilidade do servidor público seria um problema para a Instituição, no entanto, outras variáveis precisam ser estudadas para compreender o contexto organizacional em que essas dificuldades se inserem. Destas variáveis,

destacamos a necessidade de capacitação dos servidores, pois, muitos estão inseridos em contextos que promovem representações negativas dos jovens em situação de rua e vulnerabilidade. O aparato fornecido pela cultura brasileira contribui fortemente para legitimar violações aos direitos dos pobres, das mulheres e dos usuários de drogas consideradas ilícitas.

Apontamos também que, embora os jovens acolhidos representem as instituições como Andaimos Psicossociais, a lógica do serviço na cidade de Recife tem distoado deste modelo. As instituições tem funcionado de modo a prover as necessidades básicas dos usuários, como alimento e moradia. Não há um trabalho continuado que promova o atendimento de necessidades sociais e culturais, necessárias para promover a saída da situação de vulnerabilidade. A informação, considerada central por Ayres et al (2006) para a designação da situação de vulnerabilidade, ainda continua insatisfatória.

Os jovens ainda não são informados de seus direitos e nem capacitados para assumir uma posição ativa na promoção da sua cidadania. Suas práticas ainda são consideradas ilegais, como o uso de drogas psicoativas, sem terem suas especificidades levadas em questão. Como no exemplo citado, a informação no tocante a redução de danos ainda é precária, salvo atividades desenvolvidas por outras entidades. Os choques entre a moral dos funcionários e a moral dos acolhidos causam tensões que muitas vezes suprimem os direitos dos jovens usuários das CAT's, uma vez que se encontram imersos em um contexto cultural que criminaliza muita de suas práticas e estratégias de sobrevivência frente às situações de vulnerabilidade enfrentadas. Por conta disso, o direito a informação garantido por lei é suprimido pela imposição de normas e valores do contexto cultural no qual estão inscritos muitos dos funcionários das CAT's.

Apontamos que sem uma lógica que privilegia a informação, o processo de promoção da proteção e da cidadania de jovens em situação de vulnerabilidade se torna mais difícil. Para poder “ascender” com a ajuda do “andaime” é necessário saber como utilizá-lo e quais as suas possibilidades.

Quando os jovens acolhidos não encontram o funcionamento considerado adequado desse Andaime Psicossocial, isto é, condições de desfrutarem desse lugar provisório de apoio sem abandonar, ao menos de imediato, certas práticas sociais, são tomadas certas decisões que inviabilizam o trabalho da instituição. Uma delas é a evasão, relacionada pelos jovens à vivência

da liberdade, ao rompimento dos limites impostos pela instituição. A outra é o tensionamento dos limites e normas das instituições de uma forma que atinge aqueles considerados responsáveis pelo mau funcionamento do andaime, os funcionários.

As “confusões” e “perturbações” apontadas pelos jovens acolhidos apresentam como justificativa sempre a ação de ao menos um dos membros da equipe de trabalho. A falta de informação também limita a forma de agir desses jovens, que muitas vezes não lançam mão da voz que possuem para fazer valer seus direitos e interesses. A linguagem utilizada é outra, a da reação agressiva, seja por meio do uso de drogas, seja por meio da depredação da instituição. As “retaliações” executadas pelos jovens parecem constituir uma gramática estruturada na qual os comportamentos apresentados representam uma linguagem de não conformismo aos limites impostos pelas normas e valores presentes na instituição. Uma clara reação à normatividade defendida por muitos funcionários que não possuem ainda a capacitação necessária para compreender a complexidade das situações de vulnerabilidade social com as quais lidam rotineiramente no ambiente de trabalho.

Não queremos encerrar esse assunto composto por tantas variáveis, e sim apontar a necessidade ainda pungente de mais pesquisas que enfoquem os choques morais entre acolhidos e funcionários e a normatividade imposta pela sociedade àqueles considerados “desviantes” em uma situação em que os “desviantes” podem tensionar os limites a seu favor, sem, no entanto, estarem ileso de outras reações por parte daqueles que defendem a norma considerada legítima. Logo, para que as CAT's adquiram o estatuto de espaços de acolhimento social e afetivo pertinentes à construção de novos modos de vida de seus usuários, por meio da metáfora do andaime psicossocial, fazem-se necessários projetos e intervenções que privilegiam a informação como central na ressignificação da situação de vulnerabilidade.

No entanto, a informação por si só não é suficiente para promover a cidadania à estes jovens, sendo necessário uma ação efetiva de políticas públicas integradas que permitam a construção de uma identidade positiva e um uso adequado dos andaimes psicossociais disponíveis nas esferas pública e privada da sociedade.

A nossa proposta nesta pesquisa não foi esgotar o debate acerca do acolhimento institucional de jovens em situação de vulnerabilidade social, nem obter conclusões “neutras” e

“imparciais” que representassem a “verdade” sobre as CAT’s da cidade de Recife. Por conta disso expomos várias reflexões e apontamos lacunas que podem ser exploradas para ampliar o entendimento e fomentar o enriquecimento da discussão em torno do processo de acolher jovens em instituições governamentais. Com um maior aprofundamento da temática pesquisada novos olhares poderão ser lançados sobre as dificuldades enfrentadas no contexto brasileiro de acolhimento institucional, possibilitando o surgimento de novas práticas e modalidades que defendam e promovam os direitos dos jovens acolhidos em sua lógica estrutural e não apenas no papel da legislação vigente.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Armina; KNOBEL, Mauricio. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo; ANPOCS, n. 5 e 6., p. 25-36. 1997
- ABRAMOVAY, Miriam et all. *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para políticas públicas*. Brasília: Editora Unesco, 2002.
- ABRIC, Jean-Claude. A Abordagem Estrutural das Representações Sociais. In: MOREIRA, Antônio Silva Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de. *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. 2ª Ed. Goiânia: AB, 2000.
- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações Sociais: desenvolvimentos recentes. Tradução feita por Maria de Fátima de Souza Santos do original: Abric, Jean-Claude. *L'approche structurale des Représentations Sociales: Développements récents*. Trabalho apresentado na V Conferência Internacional sobre Representações Sociais realizada no México, 1998.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. A pesquisa em Representações Sociais: Proposições Teórico-metodológicas. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria (Orgs.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Ed. Universitária da UFPE, 2005.
- ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Abordagem Societal das Representações Sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 24, n.3, p. 713-737, set./dez. 2009.
- ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2003.
- ARRUDA, Angela. Representações Sociais: dinâmicas e redes. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fatima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo (orgs.). *Teoria das Representações sociais: 50 anos*. Brasília. Editora Technopolitik, 2011.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. 2003. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2003. P. 117-139.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, Haraldo César; FRANÇA-JÚNIOR, Ivan. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et all (orgs). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2006.
- AZEVEDO, Noemia Maria Pereira de; CASTRO, Tereza Cristina Veras. Tocando em frente...uma proposta de atendimento em abrigos para crianças e adolescentes órfãos e abandonados. In: FRANCISCO, Ana Lúcia; LIMA DE SOUZA, Severino Ramos. *Psicólogos na Fundac: uma história que precisa ser contada*. Recife: Editora Fundação Antônio dos Santos Abranches - FASA, 2009.
- BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual prático*. Tradutor: Pedrinho Guareschi. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 39 - 63.
- BAUMAN, Zygmunt. *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2013.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. Avaliando a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BERTAUX, Daniel. “*L’approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités*”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LXIX, p. 45-67, 1980.

BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradutora: Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Estatuto da Criança e Adolescente n. 8.069/1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 12 jun. 2011.

BRASIL. Lei nº. 10.683/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm. Acesso em 20 de jul. 2013.

BRASIL. Lei de Adoção n.º 12.010/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm Acesso em: 12 jun. 2011.

CALDANA, Regina Helena Lima. *Família: mulher e filhos, três momentos numa revista católica brasileira (1935 a 1988)*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 1991.

CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. Publifolha, 2009.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria. As representações sociais de “menino de rua”: proximidade do objeto e diferenças estruturais. In: MOREIRA, Antônio Silva Paredes & OLIVEIRA, Denize Cristina de. *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. 2ª Ed. Goiânia: AB, 2000.

CAMPELO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (orgs.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.

CARDOSO, Gisele Pereira; ARRUDA, Angela. As representações sociais da soropositividade e sua relação com a observância terapêutica. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 151-162, jan./mar. 2005.

CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e História: um diálogo necessário. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 445-456.

CASSAL, Luan Carpes Barros; LAMEIRÃO, Mayra Silva Bressy; DE BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. JUVENTUDES RIZOMÁTICAS: PROBLEMATIZAÇÕES DA SEXUALIDADE EM ABRIGOS E INSTITUIÇÕES DE CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, n. 7, 2009.

CASSORLA, Roosevelt Moisés Smeke. Prefácio. In: LEVISKY, David Léo (org.). *Adolescência pelos caminhos da violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane. Juventudes, transformação do contemporâneo e participação social. In: CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane (orgs.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: NAU editora: FAPERJ, 2005. p. 9 – 26.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação Política e Juventude: Do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

CASTRO, Ricardo Vialves de. Prefácio. In: *Teoria das Representações sociais: 50 anos*. ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fatima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo (orgs.). Brasília. Editora Technopolitik, 2011.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et all. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. pp. 295-316.

CLÉMANCE, Alain; GREEN, Eva; COURVOISIER, Nelly. Comunicação e ancoragem: a difusão e as transformações das representações. In: *Teoria das Representações sociais: 50 anos*. ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fatima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo (orgs.). Brasília. Editora Technopolitik, 2011.

DE ALMEIDA, Leda Maria. Representações Sociais e prática pedagógica no processo de construção identitária. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria (Orgs.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

DE OLIVEIRA, João Manuel; AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 596-615 set-dez. 2006.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et all. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. pp. 127-153.

FERREIRA, Pedro Moura. Os jovens e a cidadania política e social na Europa. In: CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane (orgs.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: NAU editora: FAPERJ, 2005. p. 31 - 56.

FERREIRA, Kátia Maria Maia. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes – nossa realidade. In: SILVIA, Lygia Maria Pereira. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Recife: EDUPE, 2002.

FIGUEIRÊDO, Luiz Carlos de Barros. *Comentários à Lei Nacional da Adoção (Lei nº 12.010/2009)*. Curitiba: Juruá, 2009.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, M. V. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 64-89.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 10, n. 2, p. 375-363, 2006.

GONÇALVES, Lucia Hisako Takase et al. Perfil da família cuidadora de idoso doente/fragilizado do contexto sociocultural de Florianópolis, SC. *Texto Contexto Enferm*, v. 15, n. 4, p. 570-7, 2006.

GONZÁLEZ, Zuleika Köhler; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Concepções sobre a categoria juventude – Paradoxos e as produções nos modos de ser jovem. In: CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GRACIOLE, M. M. *Concepção subvertida de futuro dos jovens: a trajetória pelo Ensino Médio*. 2006. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara (SP).

GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia social crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: Edpuers, 2004.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et all. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. pp. 254-294.

JESUÍNO, Jorge Correia. Um conceito reencontrado. In: ALMEIDA, Angela Maria; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo. (orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011.

JODELET, Denise. Imbricações entre representações sociais e intervenção. In: MOREIRA, Antônio Silva Paredes & CAMARGO, Brígido Vizeu. *Contribuições para a teoria e o método de estudo das representações sociais*. Ed. Universitária da UFPB, 2007. Cap. 2. P. 45-74.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

JODELET, Denise. A fecundidade múltipla da obra “A psicanálise, sua imagem e seu público”. Público In: *Teoria das Representações sociais: 50 anos*. ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fatima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo (orgs.). Brasília. Editora Technopolitik, 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Os Contextos do Saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações Sociais e Polifasia Cognitiva: Notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em Psicanálise, sua Imagem e seu Público In: *Teoria das Representações sociais: 50 anos*. ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fatima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo (orgs.). Brasília. Editora Technopolitik, 2011.

JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). *Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro*. Brasília: UNESCO, 2013.

KALOUSTIAN Sílvia Manoug; FERRARI, Mário. A importância da família. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (Org.). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo: Cortez-Unicef, 1994.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 18/19, p. 193-203, 2005.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Identidade e pertença: disposições morais e disciplinares em um grupo de jovens. *Etnográfica*, v. 14, n. 1, p. 27-58, 2010.

LÉON, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *História dos jovens: da antiguidade a era moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

LIMA DE SOUZA, Severino Ramos. Intervenção psicossocial com grupos em situação de acolhimento institucional. In: FRANCISCO, Ana Lúcia; LIMA DE SOUZA, Severino Ramos. *Psicólogos na Fundac: uma história que precisa ser contada*. Recife: Editora Fundação Antônio dos Santos Abranches - FASA, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, José de Souza. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1967.

MARSHALL, Catherine; ROSSMAN, Grethcen. *Designing Qualitative Research*. Newbury Park (Califórnia): Sage, 1989.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Núcleo figurativo: themata ou metáforas. *Psicologia da Educação*. São Paulo, v. 14, n. 15, p. 105-114, 2002.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. n. 5 e 6. São Paulo: ANPEC, 1997.

MENANDRO, Maria Cristina Smith.; TRINDADE, Zeide Araújo; ALMEIDA, Angela Maria Oliveira. *Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos*. Vitória-ES: GM Gráfica e Editora Ltda, 2010.

MEYER, Dagmar Estermann; MELLO, Débora Falleiros de; VALADÃO, Marina Marcos; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. "Você aprende. A gente ensina?" Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 22, p. 1335-1342, 2006.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na idade média*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

MONTEIRO, Renata Alves de Paula; CASTRO, Lúcia Rabello de. A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. *Psicologia Política*. São Paulo, v. 8, n. 16, p. 271-284, jul./dez. 2008.

MOSCOVICI, Serge. "El campo de la Psicología Social." *Psicología Social. I. Barcelona*: Paidós, 1991.

MOSCOVICI, Serge. "A melhor maneira de se provar o pudim ainda é comê-lo." Texto apresentado na 2ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais, Rio de Janeiro, 1994.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. 7ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, Serge. *A invenção da Sociedade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. *A Psicanálise, sua Imagem e seu Público*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco; 1993.

MINAYO Maria Cecília de Souza; SOUZA Edinilsa Ramos. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde IV*: p. 513-531. 1998.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSHAN, Silvio M. (Org.) *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. p. 26-46.

NEGROMONTE, Danielle das Graças; PEDROSA, Maria da Conceição. Desabrigamento: um vínculo a ser rompido. In: FRANCISCO, Ana Lúcia; LIMA DE SOUZA, Severino Ramos. *Psicólogos na Fundac: uma história que precisa ser contada*. Recife: Editora Fundação Antônio dos Santos Abranches - FASA, 2009.

OLIVEIRA, Tadzia Assunção Negromonte de. *Ele nunca demonstrou e de repente...: representações sociais da paternidade segundo as mães de meninas vítimas de violência sexual intrafamiliar*. 2010. 169f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2010.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigo no Brasil. In: BAPTISTA, Myriam Veras. (Org.). *Abriço: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 39-51.

PAIS, José Machado. As múltiplas “caras” da cidadania. In: CASTRO, Lucia Rabello de; CORREA, Jane (orgs.). *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: NAU editora: FAPERJ, 2005. p. 107 - 133.

POUPAR, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et all. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. pp. 215-253.

REICHENHEIM, Michael; HASSELMANN, Maria Helena; MORAES, Claudia Leite. Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciênc Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 109-21, 1999.

RIBEIRO, Patrícia Monteiro. *O abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores em Recife*. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2012.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde; SERRANO, Solange Aparecida; ALMEIDA, Ivy Gonçalves. Desafios e perspectivas para o acolhimento institucional. In: ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde;

SERRANO, Solange Aparecida; ALMEIDA, Ivy Gonçalves (orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, 2011.

RUSCHEL, Ângela Ester; CASTRO, Odair Perugini de. *O vínculo intergeracional: o velho, o jovem eo poder*. Universidad Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

SÁ, Celso Pereira. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, ano I, n. 1, jul. 2009. Disponível em <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf > Acesso em 21 de nov. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A Teoria das Representações Sociais. In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria (Orgs.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, Eloísa Helena. Trabalho prescrito e real no atual mundo do trabalho. *Trabalho & Educação- ISSN 1516-9537/Submissões, Soumissions d'articles, Paper submissions-2013/2014*, v. 1, p. 13-27, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*, v. 91, p. 46-53, 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. A continuidade entre casa e rua no mundo da criança pobre. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 39-47, 1995a.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Campinas: Autores Associados. 1995b.

SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11. ed. Petrópolis: Vozes. 2011.

SILVA, Fernando Antônio da. *Representações sociais da maternidade segundo mães de crianças com deficiência*. Recife 2012. 130 páginas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2012.

SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. n. 5 e 6. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEC), 1997.

SOARES, Selma Maria Gomes de Miranda. *Família – Abrigo – Rua: Construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento*. 2012. 237f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2012.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. *Maconho e Representações Sociais: a construção discursiva da cannabis em contextos midiáticos*. 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2013.

TRAVERSO-YÉPES, Martha. A interface psicologia social e saúde: perspectivas e desafios. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.6, n. 2, p. 49-56, jul.\dez. 2001.

TRINDADE, Zeide Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: *Teoria das Representações sociais: 50 anos*. ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fatima de Souza; TRINDADE, Zeide Araújo (orgs.). Brasília. Editora Technopolitik, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abri./jun. 2012.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia do Cotidiano: Representações Sociais em ação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

ZAMBONI, Caroline. Juventude: uma questão de fronteira para a Psicologia Social. In: VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia do Cotidiano: Representações Sociais em ação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

WAINSELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência: Homicídios e juventude no Brasil*. Brasília, 2013.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

Convidamos o(a) adolescente que está sob sua responsabilidade para participar, como voluntário(a), da pesquisa “Representações Sociais de Acolhimento Institucional por Adolescentes-Jovens nas casas de acolhida temporária na cidade de Recife”. Esta pesquisa é orientada pela Prof.^a Fátima Maria Leite Cruz e está sob a responsabilidade do pesquisador Thiago Silva Lacerda, residente a Rua Manoel Alves Deus Dará, Nº 93, Engenho do Meio, Recife – PE, CEP 50730-000, Telefone: (81) 9206-3401 / (81) 3272-7800, E-mail: thiago7lacerda@gmail.com.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar que o(a) adolescente faça parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa o(a) Sr.(a) ou o(a) adolescente não serão penalizados(as) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa pretende identificar representações sociais de acolhimento institucional por adolescentes

nas casas de acolhida temporária da cidade de Recife objetivando analisar as tensões que emergem no encontro entre os saberes técnico-profissionais que orientam o serviço socioassistencial do acolhimento institucional e o saber de senso comum presente nos significados construídos pelos próprios acolhidos acerca de seus processos de acolhimento no atual âmbito das mudanças estabelecidas pela Lei nº 12.010/2009.

Fica acordado que as informações fornecidas não serão utilizadas para outro fim além desta pesquisa, que serão de grande contribuição para a construção do conhecimento, refletindo um tema da atualidade que tem sido alvo de discussões, que é o acolhimento institucional, o qual passa por muitas modificações atuais. Tal proposta já foi devidamente autorizada pela Instituição participante.

A pesquisa propõe como procedimento para obtenção de informações junto aos adolescentes-jovens uma entrevista onde os participantes serão convidados a contar a sua história acerca do seu processo de acolhimento institucional.

O material obtido será apenas para o uso do pesquisador, no caso de qualquer publicação de razão acadêmica/científica, não haverá a identificação dos participantes.

Trata-se de uma **atividade voluntária**, em que o adolescente-jovem em situação de acolhimento participará se desejar. Ele(a) pode desistir a qualquer momento e sua participação não envolve nenhuma remuneração. Nestes termos, é facultado recusar e/ou retirar este consentimento, informando o pesquisador, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento em que for desejado.

Como possíveis **benefícios**, os resultados da pesquisa poderão subsidiar o trabalho de diversos profissionais que lidam com a temática do acolhimento institucional e sua relação com a juventude em situação de vulnerabilidade social, além de favorecer uma reflexão a cada participante sobre o tema proposto, o que pode ter efeitos até terapêuticos. Como possíveis **riscos**, alguma das etapas da pesquisa poderá causar algum desconforto emocional para o participante, talvez o tema traga alguns conflitos da

sua experiência de vida, os quais, o pesquisador, tendo a formação em psicologia, tentará minimizar. A equipe de pesquisa garantirá a confidencialidade e o anonimato.

Os dados coletados na pesquisa serão armazenados no computador do pesquisador pelo prazo de 5 anos, ficando o mesmo responsável pela guarda dos dados em todas as suas implicações.

O contato para qualquer esclarecimento de que necessite, será realizado com o pesquisador Thiago Silva Lacerda, autor do estudo, pelo endereço: Avenida Professor Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, no Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, da UFPE, pelo telefone: (81) 2126-8730, (81) 9206-3401 ou e-mail: thiago7lacerda@gmail.com.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, Sala 4 – Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: 2126.8588 – e-mail: cepcs@ufpe.br**).

Assinatura do pesquisador

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG/ CPF/ _____, abaixo assinado, responsável pelo(a) adolescente _____, autorizo a sua participação no estudo **Representações Sociais de Acolhimento Institucional por Adolescentes-Jovens nas Casas de Acolhida Temporária na Cidade do Recife**, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele (a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de seu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data _____

Nome e Assinatura do (da) responsável: _____

Nome e Assinatura do (da) adolescente: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:

Nome:

Assinatura:

Assinatura:

Apêndice B – Roteiro das entrevistas

Roteiro temático das entrevistas

- Dinâmica familiar
- Saída de casa
- Ingresso na instituição
- Relacionamentos construídos na instituição
- Dinâmica institucional
- Vantagens/desvantagens de morar em uma instituição
- Expectativas para o futuro

Questões

- (1) Como você entende a função dos abrigos?
- (2) E deste em que você está? (implicação da própria experiência)
- (3) Quais as contribuições que o abrigo trouxe para a sua vida? Por que?

Anexo 1- Carta de anuência da 1º Vara da Infância e da Juventude

Poder Judiciário do Estado de Pernambuco
1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital
Rua João Fernandes Vieira, 405, Boa Vista, CEP 50050-200
Fone: (081) 31815900

Of. Gab. nº 45/2013**Recife, 02 de maio de 2013.****Ilmº. Sr. Coordenador:**

Pelo presente, **AUTORIZO** que seja realizado o trabalho dissertativo sobre representações sociais de acolhimento institucional por adolescentes nas casas de acolhida temporária da cidade de Recife, elaborado pelo aluno Thiago Silva Lacerda, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Deverá o mencionado aluno ser acompanhada e ter a anuência da direção ou da equipe técnica, na estrita forma requerida, respeitados os limites estatutários, observando-se, para tanto, o segredo de justiça, de acordo com o dispositivo nos Arts. 3º, 4º, 5º, 15, 17, 18, 143 e 144 da Lei nº 8069/90.

Atenciosamente,


Valéria B. Pereira Wanderley
Juíza de Direito

Valéria Pereira Wanderley
Juíza de Direito

Ilmº Sr.**Luís Felipe Rios do Nascimento****Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE**

Anexo 2 – Carta de apresentação às Casas de Acolhida Temporária do IASC



DIRETORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Às Gerencias de Casas de Acolhida:

Baque Solto
Novos Rumos
Raio de Luz

Carta de Apresentação

Apresento o pesquisador Tiago Silva Lacerda, do Programa de Pós graduação de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco que desenvolverá nas nossas casas de acolhida a seguinte pesquisa: Representações Sociais de Acolhimento Institucional por Adolescentes e Jovens nas Casas de Acolhida Temporária da Cidade do Recife.

Orientamos que as gerencias procedam com as seguintes observações: estabeleçam horário e dias de fluxo nas casa e apresente-os aos usuários e equipe de trabalho.

O pesquisador compromete-se a depois da defesa da dissertação disponibilizar/apresentar o resultado final do referido trabalho.

Agradecemos antecipadamente o empenho e a colaboração.


 Josélia Batista da Silva Lages
 Chefe de Divisão das Casas de Acolhimento da Pessoa Idosa
 Josélia Batista da Silva Lages
 Chefe de Divisão de Residência Inclusiva
 Mat. 9.011-5/IASC
 Instituto de Assistência Social e Cidadania


 Sara de Araújo Rodrigues
 Sara de Araújo Rodrigues
 Chefe de Divisão das Casas de Acolhimento da Criança e do Adolescente


 Sara de Araújo Rodrigues
 Chefe de Divisão de Acolhimento
 Mat. 9.011-5/IASC
 Instituto de Assistência Social e Cidadania